

M5 ANOS MOVIMENTO

Cinco anos contra a opni

Veja
o roubo na
página 9

**Agora,
a grande
disputa
pelas
palavras
do papa**

P. 3 e 4

Atenção depositante:

**Governo
meteu a mão
nas cadernetas
de poupança!**



Dulce Tupy Agência F4

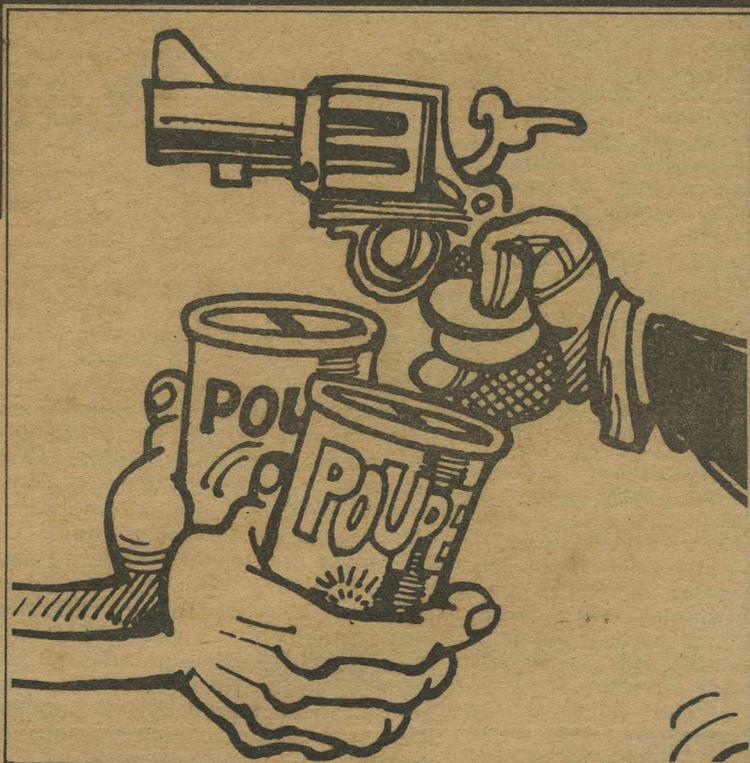
**Entrevista
exclusiva com
Chico Buarque**

P. 19

CONSTITUINTE

Opiniões de Aarão
Reis, José Wilson
e Raimundo Pereira
Páginas 6 e 7

**EM DEBATE
A POSIÇÃO
TOMADA
PELO PT**



Milhões de pessoas,
depositantes nas
cadernetas de
poupança, perderam
dinheiro neste ano

MOVIMENTO

Conselho de Direção

Aguinaldo Silva, Alvaro Antonio Caropreso, Antonio Carlos Ferreira, Antonio Carlos Moura, Antonio Carlos Queiroz, Antonio Neto, Armando Sartori, Benedito Cintra, Célia Regina de Souza, Chico Pinto, Clóvis Moura, Eduardo M. Suplicy, Elifas Andreato, Fernando Peixoto, Flávio Carvalho, Flávio Dieguez, Jaime Leao, Jaime Sautchuck, Jair Borin, José Crisóstomo de Souza, José Tadeu Arantes, Kurt Mirow, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Luiz Felipe Novaes, Márcio Bueno, Marcos Gomes, Maria Amélia Telles, Maria Elena Pereira, Maria Leonor Viana, Maurício Azedo, Murilo Carvalho, Paulo Barbosa, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Raimundo Teodoro de Oliveira, Renato Godinho, Roldao de Oliveira, Samuel Rodrigues, Sérgio Buarque Gusmao, Sonia Rodrigues e Teodomiro Braga.

Conselho Editorial de Movimento

Alencar Furtado, André Foster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilo Borba Filho (1912-196)

Diretor Responsável

Antonio Carlos Ferreira

Editor

Raimundo Rodrigues Pereira

Movimento é uma publicação de Edicao S A — Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administracao e redacao: Rua Dr. Virgilio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, Sao Paulo, Brasil. Telefones 210 6622 e 210 6.44 Belo Horizonte Av. Amazonas, 135, sala 509 Edificio Codó Minas, tel. 224 605. Salvador: Rua Caetano Moura, 16, tel 245 2861, Federacao. Distribuicao: Abril S A Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 5/5, tel. 65 5115. Composto e impresso nas oficinas da Cia Editora Jorues. Rua Gastao da Cunha, 49, tel. 531-8900, Sao Paulo. Material Internacional via Varig.

SERVICOS INTERNACIONAIS

Le Monde

várias

A OMISSÃO DO CRÍTICO

"Projeto Jari, a invasão americana", de Jaime Sautchuk, Horácio Martins Carvalho e Sérgio Buarque de Gusmao é, para a revista *Veja*, uma tentativa frustrada de fazer uma denúncia retumbante contra a gigantesca propriedade que o milionário Daniel Ludwig tem na Amazônia. "Alguns trechos são tão facciosos", diz a revista, "que comprometem a confiabilidade das denúncias". Algumas informações e omissões da crítica comprometem, porém, é a seriedade da revista: ela reproduz de forma errada o título do livro, reduz seu número de páginas e passa os três autores para um só. Além disso, omite que se trata do 9º livro de não ficção mais vendido no país. E, ainda, não diz que Jaime Sautchuk era repórter de *Veja*, antes de ser demitido depois de escrever o livro (Antônio Carlos Queiroz).

ESSA É SUA, ACKEL

O Ministro da Justiça, que está jurando que vai pegar os autores do atentado contra o jurista Dalmo Dallari, tem também a obrigação moral de investigar o absurdo surto terrorista mineiro, que agora se volta contra os jornais populares. Na semana passada, os ultradireitistas enviaram mais

uma ameaça explícita de bombardear qualquer banca que tente vender os jornais que eles consideram "comunistas": o *Pasquim*, *Movimento*, *Em Tempo*, *Companheiro*, *O Trabalho*, *Hora do Povo*, *Tribuna da Luta Operária* e *Voz da Unidade*.

CONSTITUINTE, NA TP E NO PT

O comitê do deputado federal e operário metalúrgico Aurélio Peres reuniu 80 operários e donas-de-casa na segunda-feira da semana passada para dar início a uma campanha de discussão e popularização da tese da Constituinte livre e soberana em bairros e fábricas. Aurélio é da *Tendência Popular* do PMDB, que recentemente fez a direção de seu partido recuar da idéia de uma "Constituinte com Figueredo".

O núcleo do PT de São Bernardo do Campo reuniu na terça-feira da semana passada 100 operários, outros trabalhadores e estudantes para debater a tese da Constituinte, que o partido ainda não encampa. Os representantes ouviram depois Lula contar entusiasmado os resultados do PT no Nordeste. "Aqueles que diziam que PT era coisa apenas de São Bernardo, podem acabar vendo o PT com mais camponeses até do que operários", disse ele.

O Papa abre. Como o João?

A visita de João Paulo II ao Brasil ajudou a nossa oposição democrática e popular dentro e fora da Igreja, como dizem numerosos comentaristas políticos e religiosos?

Se parece certo afirmar que a aparição do Papa no país ajuda a esconjurar as possibilidades do temido "retrocesso" de que tanto se fala, é bom também tomar cuidado para não confundir as outras alternativas presentes na cena política: a abertura do João, e o projeto da oposição em luta por plenas liberdades políticas.

Que a visita ajudou a abertura do regime, não há dúvida. Ninguém pode esperar que o governo militar volte hoje a proibir D. Helder Câmara de ser citado pelos meios de divulgação; nem que torne, agora, a matar é torturar, como regra, tal qual em 1970 torturou o metalúrgico Waldemar Rossi que saudou Sua Santidade no Estádio do Morumbi na semana retrasada. O governo militar não nega também a justiça de objetivos sociais mínimos como melhor distribuição de renda, salários mais justos, um uso mais social da propriedade e uma melhor utilização das terras no campo.

Para a oposição democrática e popular brasileira isto, porém, não basta. Embora ela considere positiva qualquer melhoria limitada, na situação do país, o seu projeto é exatamente o de aproveitar-se dessas melhorias feitas sob controle do regime, para torçar a derrocada do próprio regime militar e garantir as liberdades plenas sob seu próprio controle.

É visível que o regime militar não tem, no momento, outra alternativa política favorável que não a da abertura. Falando na Escola Superior de Guerra há poucos dias, o general Golbery do Couto e Silva, o estrategista oficial, confirmou plenamente essa

avaliação. A *Folha de S. Paulo*, que publicou um resumo da palestra, deu-lhe o seguinte título: "Na ESG, Golbery defendeu a abertura a qualquer preço" (FSP, 10-7-80). Tem esse mesmo sentido a disposição do regime de realizar uma reforma constitucional ampla, talvez ainda este ano — se não funcionar o seu plano de melhorias constitucionais, cedidas pelo gradualismo.

A oposição democrática e popular, no entanto, toma essas aberturas como resultado de suas lutas anteriores. E organiza seus esforços para ir decididamente mais à frente. Quando o Ministro Abi Ackel vem a público dizer que é ponto de honra para o regime identificar os autores do atentado contra o jurista Dalmo Dallari, a oposição não corre para aplaudi-lo mas para cobrar dele o esclarecimento dos 71 atentados já feitos pela ultradireita, pois sabe que isso é parte do esforço necessário para o desmascaramento da justiça militar atual e para o desmantelamento de todo o aparato repressivo.

Nos seus pronunciamentos no Brasil, João Paulo II não fez mais do que defender uma abertura, social e política, também gradual e controlada. E, além do mais, com a torrente de admoestações que fez à "opção preferencial pelos pobres", ao engajamento político e social dos religiosos, às inovações que traziam a participação popular para dentro do culto católico, ele de fato armou ideologicamente os setores conservadores e moderados da Igreja. É por isso que o Palácio do Planalto se esmera em citações do Sumo Pontífice. É por isso que o novo guardião da fé, *O Estado de S. Paulo*, já está para lá de uma dezena de editoriais de beija-mãos ao Papa, considerado um dos maiores estadistas de nosso tempo.

Vinícius de Moraes
(1913-1980)

Para testemunhar a tristeza pela morte do poeta Vinícius de Moraes, o poeta Carlos Drummond de Andrade rompeu um antigo costume e falou à imprensa: "(Vinícius) foi um poeta total, pois fez versos, escreveu música e viveu a vida de poeta. Conseguiu popularizar a poesia escrita, a poesia erudita. Nenhum outro poeta brasileiro — e aí me incluo — conseguiu tanto. Eu amava Vinícius, eramos grandes amigos, embora não nos encontrássemos muito. Às vezes nos falávamos por telefone. Mas eu sabia que ele também me amava e por isso sempre achei natural que não nos víssemos sempre. Vinícius não teve uma vida regulamentada por padrões burgueses. Daí não se poder cobrar dele atitudes formais. Para mim, o grande mérito de Vinícius foi conseguir conciliar a poesia erudita com a música popular. Ele sentiu que esse era o caminho para tirar a poesia do gabinete, do laboratório".

As palavras de Drummond dizem quase tudo sobre Vinícius. "Poeta total", ele viveu sempre perto da máxima do escritor inglês Oscar Wilde — de empregar a melhor parte de seu talento em viver. Gostava de se apaixonar e de casar; e o fez por nove vezes, ao longo de seus 66 anos. Gostava muito também de beber, fumar e ficar acordado até o dia raiar, prática *dissoluta*, boa para o espírito poético, mas nem sempre benéfica ao corpo.

letras influenciado pelo pai, um "pós-panasiano com tendências simbolistas".

Quando passou a ter interesses mais institucionais pela poesia, encontrou ao redor um mundo em grande confusão, de modo que é conveniente classificá-lo genericamente como "último dos românticos" ou "libertado do formalismo modernista" ou coisa igualmente vaga que o valha. Passou sob a influência mística do espírito cristão que tentava juntar os cacos do mundo partido nalguma transcendência febril. A experiência foi duplamente boa. Dos modernistas assimilou a libertação formal, do pesadume transcendental ganhou treino para escrever poemas de maior fôlego — principalmente se comparados com os poemas — piadas dos modernistas.

Na música ele viveu parcerias inapagáveis com Pixinguinha (*Lamento*); Ary Barroso (*Rancho das namoradas*); Tom Jobim (*Felicidade*, *Lamento no morro*, *Se todos fossem iguais a você*, *Chega de saudade* e *Garota de Ipanema*, entre as mais conhecidas); Edu Lobo (*Prá dizer adeus*) e muitos outros nomes conhecidos como Chico Buarque, Francis Hime até finalmente Toquinho, que seria seu último parceiro. Foi, ainda, um dos precursores da Bossa Nova. Foi cassado por obra e falta de graça do general Costa e Silva que o considerava "mau exemplo para a juventude", por fumar, beber e namorar demais. Costa e Silva, que não era dado a nenhum desses excessos morreu mais cedo, sem amigos dignos de nota.

No que toca à parte do talento que ele reservou à produção literária propriamente dita, começou nas

Mas a Vinícius sobrevive sua obra e o talento de viver. (Flávio Carvalho)



Todos esquadriham cada palavra de João Paulo II em busca de apoio às suas ações: quem está certo?

Os herdeiros do papa

Índios não dançaram e falaram ao papa

Na quinta-feira, penúltimo dia de sua visita ao Brasil, o papa João Paulo II teve um dos encontros mais marcantes entre todos os mantidos nos 12 dias, pelo seu caráter democrático.

Foi com 54 caciques de nações indígenas, não apenas do Amazonas e Roraima, mas também de outros Estados, que viajaram a Manaus, na tentativa — bem sucedida — de falar diretamente ao papa. Ao contrário de tantos outros encontros com representantes de diversos segmentos e classes sociais, em várias capitais, desta vez a comunicação, além de direta, foi recíproca. Aliás, o papa mais ouviu do que falou.

Três líderes indígenas — o guarani Marçal de Souza, do Mato Grosso do Sul, o xavante Mário Juruna, de Mato Grosso, e ainda Lino Pereira Ordeiro, do Rio Tefé, no Amazonas — discursaram frente a frente ao papa, na sacada do palácio Episcopal, enquanto seus patrícios, na praça, embaixo, assistiam e aplaudiam. Marçal e Mário discursaram de improviso, Lino leu seu discurso, previamente escrito. O guarani, sobretudo, pela firmeza e contundência de seu pronunciamento, em que denunciou o massacre das populações indígenas e a omissão da Funai, impressionou João Paulo II, que chegou a perguntar: "Isso está escrito?" — referindo-se à carta que, pouco antes, os líderes haviam entregue ao papa.

Por sua vez, o papa leu um discurso pequeno, genérico — como praticamente todos os seus pronunciamentos — mas suficientemente claro para se inferir dele um apoio às atuais lutas desenvolvidas pelos povos indígenas no Brasil, com o

respaldo do Cimi — Conselho Indigenista Missionário.

Aliás, o Cimi foi o grande vitorioso desta última jornada de João Paulo II. Não o Cimi enquanto entidade, mas a luta indígena que ele decidiu assumir, apesar das campanhas contra ele desencadeadas pela Funai e mesmo por setores ultra-reacionários da Igreja no Brasil. A vitória ficou caracterizada pela transformação de um programa meramente folclórico — que incluía danças indígenas "para o papa ver" — em um acontecimento político. A intenção do bispo salesiano da prelazia do Rio Negro, Dom Miguel Alagná — opositor declarado do Cimi — era evitar qualquer manifestação anti-Funai dos índios em Manaus. Mas dias antes, caciques de várias tribos haviam se reunido em Manaus, elaborando a "Carta ao Papa", tão incisiva quanto a que outros caciques haviam preparado em Brasília e entregue ao papa, pelas mãos de D. Tomás Balduino, vice-presidente do Cimi. Nessa reunião em Manaus, os índios decidiram cancelar a "dança para o papa ver" e, por orientação expressa de Fortaleza, onde o papa cumpria a penúltima etapa de seu périplo, foram autorizados a alterar a programação, da forma como pretendiam.

Com isso, aqueles que hoje são a minoria esmagada do país, "os últimos", conseguiram ser "os primeiros" a se dirigir ao papa diretamente, reforçando, consideravelmente, sua luta em busca da "união nacional dos povos indígenas", que vem sendo articulada pelos caciques mais conscientes de numerosas tribos e que vem sendo objeto de contestação por parte da Funai.

Fim da glória e do esplendor: o papa foi embora. E o país volta-se para a discussão dos seus tradicionais e corriqueiros assuntos, sem nenhuma transcendência, como inflação, dívida externa, constituinte, atentados de extrema-direita, greves, abertura ou fechamento, usinas nucleares etc...

Se alguém esperava grandes mudanças, enganou-se. Afinal, nem mesmo durante a visita papal o povo se esqueceu de praticar atos de rotina, como ir ao governador Paulo Salim Maluf. Em São José dos Campos, na sexta-feira, dia 3, uma multidão de 30 mil pessoas foi tão insistente na sua vaia, que Maluf teve que se esconder numa sala do aeroporto local, enquanto aguardava o papa. Em Teresina, onde o papa ficou pouco mais de uma hora, quatro jovens ergueram uma faixa com os dizeres: "Santo Padre, o povo está com fome". (Apesar do apoio pontifício à faixa, através de exclamação "Pai Nosso, o povo passa fome, Pai Nosso", a polícia local também não fugiu à rotina e prendeu os quatro menores).

Não há dúvida de que foi uma longa trégua, incentivada pelo governo, que gastou — com o apoio de grandes empresas — o que podia e o que não podia para promover o espetáculo.

Em 12 dias de visita ao chamado maior país católico do mundo, o papa mobilizou multidões jamais vistas na nos-

sa história; conseguiu a maior recepção de todas as suas excursões pelo mundo nos últimos dois anos; e conseguiu deixar claro, mais uma vez, que nenhuma outra personalidade no mundo, hoje, é capaz de atrair tantas multidões.

E tudo isso apesar do incrível esquema de segurança montado à sua volta, que dificultou imensamente a movimentação do povo junto aos lugares por onde parava ou passava o Sumo Pontífice da Igreja Católica. Na visita à Colônia de Hansenianos de Marituba, Belém, na terça-feira, dia 8, a segurança mobilizou dois mil homens do Exército, em farda de manobras na selva, enquanto o número de presentes à recepção não chegava a três mil, segundo os jornalistas que lá conseguiram chegar.

Figueiredo ou D. José? Tancredo ou D. Helder?

O espetáculo, que também teve momentos trágicos, como a morte de três pessoas em Fortaleza, ou a prisão de 150 mendigos nas ruas de Salvador, na véspera da visita papal, acabou.

Mas a viagem do Pontífice ainda vai dar muito pano prá manga, ou melhor: muita discussão. Antes mesmo do papa embarcar em Manaus rumo ao Vaticano, todas as facções da Igreja, do governo, da oposição, esquadrihavam cada uma de suas palavras e gestos em busca de um sinal de apoio a suas ações.

Um longo abraço que João Paulo II deu ao arcebispo de Olinda e Recife, D. Helder

Câmara, por exemplo, chegou a ser tema de manchetes em jornais europeus. Afinal, D. Helder se destacou desde 1964 como um dos mais combativos opositores do regime militar, o que lhe valeu uma feroz e contínua perseguição pelos órgãos de repressão. O abraço do papa ao arcebispo foi considerado como um claro apoio à linha progressista da Igreja no Brasil. D. José Maria Pires, bispo da Paraíba, considerado "progressista", disse que o encontro com D. Helder foi "uma verdadeira consagração, com a qual nenhum bispo do Brasil foi distinguido".

Ao mesmo tempo, porém, o discurso que o papa pronunciou em Recife, dedicado aos camponeses disse que "a terra foi posta por Deus à disposição do homem", recebeu todo o apoio do ministro da Agricultura, Amauri Stabile, que não deixou por menos ao dizer que já havia defendido posição idêntica em palestra na Escola Superior de Guerra.

Disse Stabile, lembrando os temores papais em relação à violência no mesmo discurso, que, mesmo respeitando a propriedade privada, o governo está desapropriando terras onde há focos de tensão social.

Ainda o mesmo discurso de Recife foi considerado um dos mais contundentes entre todos os pronunciados pelo papa no Brasil, com um claro apoio à linha que a Igreja adotou em relação aos problemas do campo, consubstanciada recentemente no documento de Itaici, tão condenado pelo governo. Foi também D. José Maria Pires, quem disse: "O papa reforçou a posição que a Igreja tomou em relação à terra".

Figueiredo, o Estadão, D. Helder e D. Paulo elogiaram o papa. Como isso é possível?

Outro bispo dos mais "progressistas" que elogiou os pronunciamentos papais foi D. Thomás Balduino, bispo de Goiás Velho e um dos criadores do combativo Conselho Indigenista Missionário: "A lição maior deste encontro foi o reforço da caminhada da Igreja a serviço dos pobres e engajada também na defesa dos injustiçados".

Mas também os bispos conservadores e moderados gostaram dos pronunciamentos do papa. O cardeal D. Vicente Scherer, de Porto Alegre, pertencente à ala conservadora, disse após ouvir o pronunciamento do papa aos bispos em Fortaleza, qualificado pelo próprio João Paulo II como o mais importante de todos: "A linha que seguem meus pronunciamentos em nada diverge das palavras do Santo Padre".

Outro que também se identificou com os pronunciamentos foi o próprio presidente João Batista Figueiredo, como revelou um de seus mais importantes assessores no projeto de "abertura" política, o brig. Délio Jardim de Mattos, ministro da Aeronáutica. Segundo Délio, há muita semelhança entre os discursos do papa e os de Figueiredo, "sobretudo nas questões relativas à melhor distribuição de renda e à necessidade de melhoria das condições de vida do povo".

O presidente do Partido Popular, Tancredo Neves, hoje às voltas com a execução da palavra de ordem "algo tem que mudar para que tudo fique como está", disse: "não nos surpreendemos realmente com a pregação do Sumo Pontífice, porque toda sua luta contra as injustiças sociais e pela reestruturação da sociedade brasileira consta do programa do PP".

João Paulo falou o mesmo para todos?

Um dos poucos — talvez o único — a fazer algum reparo aos pronunciamentos de João Paulo II foi o bispo de S. Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga: "Ele fala a partir de uma linha um pouco mais social-democrata ou até democrata-cristã, como alguém diria. Compreendo isso, respeito".

Mas mesmo Casaldáliga, que leu em Fortaleza um poema para o papa e foi por ele abraçado, acabou também se achando contemplado pela visita. Não tanto nos pronunciamentos, mas nos gestos: "O papa confirmou nosso compromisso com os pobres... A vontade dele se encontrar

com o povo, os gestos foram para mim muito mais importantes que as palavras".

Na sexta-feira, 11, um dia após o pronunciamento aos bispos em Fortaleza, dois dos principais diários do país saíram com as seguintes manchetes: "Papa afasta a Igreja da política" — *Estado de S. Paulo*; "Papa apóia ação social dos bispos brasileiros" — *Folha de S. Paulo*.

Como é possível que as mesmas palavras sejam interpretadas de tão diferentes maneiras e que todos se sintam apoiados? Teria o papa cometido a mesma façanha de seu primeiro antecessor, Pedro — o pescador, que certa vez falou para uma multidão vinda de diferentes países, fazendo com que cada um entendesse seu discurso no seu próprio idioma? Ou todos estariam deturpando as palavras do Sumo Pontífice, de acordo com seus interesses? Quem está dando a interpretação mais correta?

Discurso genérico, reformista e respeitoso

Esse tema vai polarizar muita atenção nos próximos dias, até que se chegue a alguma conclusão mais clara, se é que isso será possível. Mas desde já pode-se apontar algumas características importantes nos discursos do papa no Brasil, tais como: 1) Foram quase todos muito genéricos em relação às questões sociais, o que certamente contribui para que haja tanta interpretação diferente; e bastante conservadores em relação às questões mais relacionadas com a vida na Igreja, como modificações na liturgia.

2) Mesmo quando apontam problemas concretos, como o das migrações, os discursos colocam de forma difusa as responsabilidades por tais problemas, como se a culpa fosse de todos.

Para o papa, a miséria será solucionada com a tomada de consciência dos ricos e governantes sobre a miséria, competindo à Igreja ficar alertando-os sobre isso, conforme disse em Salvador, dirigindo-se aos "construtores da sociedade pluralista": "A Igreja não tem pretensão de intrometer-se na política, não aspira a participar da gestão dos assuntos temporais. A sua contribuição será a de fortalecer as bases espirituais e morais da sociedade".

Em Teresina, no Piauí, disse à multidão que esperava dele um milagre — achava no Nordeste: "Aqueles dentro



Fotos de Juca Martins/Agência F4

A multidão — a maior que o país já viu — delirou com o papa, apesar do incrível e violento esquema de segurança por toda parte

vós que pudesdes conquistar os bens espirituais do saber, que dispoñdes de posses materiais, de conforto e bem-estar, que num ou outro ponto ocupais postos de decisão, não posso silenciar um pedido que vem do coração: assumir plenamente, sem reserva e sem retorno, a causa de vossos irmãos que se debatem na pobreza".

3) O tom do discurso papal é reformista: urge tomar medidas nas áreas onde a miséria é mais gritante, para se evitar a violência. No mesmo discurso aos "construtores da sociedade pluralista", em Salvador, foi muito claro: "A realização da justiça neste continente está diante de um claro dilema: ou se faz através de reformas profundas e corajosas, segundo princípios que exprimem a supremacia da dignidade humana, ou se faz — mas sem resultado duradouro e sem benefício para o homem, disto estou convencido — pelas forças da violência".

No discurso que fez em Fortaleza, perante 189 bispos, acrescentou: "As reformas audazes, que são necessárias, não têm como objetivo único a coletivização dos meios de produção, menos ainda se com isso se entende a concentração de tudo nas mãos do Estado, convertido na única força capitalista. Essas reformas devem ter por escopo permitir o acesso de todos à propriedade, já que esta constitui de certo modo condição indispensável da liberdade e criatividade do homem".

4) O papa condena o capitalismo egoísta, assim como propostas socialistas ou comunistas. Parece propor um capitalismo mais humano, não muito definido por ele, mas que pressupõe maior participação dos trabalhadores do campo e das cidades "na vida das empresas e nas organizações destinadas a definir e salvaguardar seus interesses".

5) Ele respeita a Conferência



Nacional dos Bispos do Brasil, que reúne o corpo episcopal mais numeroso do mundo e que tem um caráter pioneiro, pois nasceu antes do Concílio Vaticano II, já em 1952, conforme o próprio João Paulo frisou. Mas, mesmo respeitosamente, adverte que sua principal tarefa é a evangelização e a catequese, dando maior atenção às questões espirituais.

Apoiar pobres não significa excluir ricos

6) O papa não condena explicitamente os padres da ala mais radical da Igreja, que acreditam ser seu papel colocar-se ao lado dos oprimidos, contra os opressores. Mas também deixa claro que esta não é sua forma de interpretar os ensinamentos do Evangelho: "Vós sabeis que a opção preferencial pelos pobres, vivamente proclamada por Puebla, não é um convite a exclusivismos".

7) Ele condena a filiação partidária dos religiosos de qualquer forma. Mas, apesar do destaque dado pela grande imprensa a esta referência, no discurso de Fortaleza, não se trata de nenhuma novidade, na medida em que a própria CNBB já definiu que a Igreja não

deve ter o seu partido (o que vale também para afastar as pretensões daqueles que ainda sonham com um partido democrata-cristão ou coisa parecida no Brasil, apoiado pela Igreja).

8) Finalmente, João Paulo II, que foi hóspede oficial do governo brasileiro durante toda sua visita, não costuma fazer crítica direta aos governantes, proclamando o respeito às autoridades constituídas, pois são uma necessidade, como disse em Fortaleza.

Mais ainda: essas autoridades devem ser incentivadas em algumas decisões que a Igreja, ou o papa considera importantes. Isso ficou claro em Recife, em seu discurso aos camponeses: "É sabido que neste país se estão estudando e pondo em prática iniciativas de vasto alcance para o setor agrícola. Queira Deus que um humanismo cristão as ilumine sempre: um verdadeiro senso do homem".

Há muitas outras questões levantadas por João Paulo II em seus discursos, sobre as quais se debruçam agora os bispos e políticos; e que servirão sem dúvida para incentivar o debate sobre os rumos da Igreja hoje intimamente ligados com os rumos da própria sociedade brasileira.

PT: a crise é de inteira responsabilidade do atual regime.

A já escassa adesão de parlamentares ao Partido dos Trabalhadores foi diminuída mais na semana passada quando os irmãos Santillo, de Goiás, abandonaram o PT oficialmente, depois de longo período de hesitação. Em ofício dirigido aos presidentes da Câmara e do Senado, o senador Henrique Santillo e seu irmão, o deputado Adhemar Santillo, comunicaram o desligamento do bloco parlamentar do PT e solicitaram a transferência para o bloco do PMDB, onde, provavelmente, voltarão a se alinhar com a chamada Tendência Popular, embora existam pressões de certas bases dos irmãos Santillo para que eles não se filiem a "grupo isolado, com atuação diferenciada da cúpula do partido". Falando a Movimento, o senador Henrique Santillo garantiu que "não exigiu absolutamente nada e não fez nenhum compromisso para sua volta ao PMDB".

E em São Paulo, a Comissão Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores, reunida nos dias 2 e 3 de julho, em Taboão da Serra, tomou iniciativas sobre sua ação política imediata e distribuiu a seguinte Resolução Política, que reproduzimos na íntegra:

"A crise econômico-financeira, política e institucional em que está mergulhada a Nação é de inteira responsabilidade do regime. Os que se apropriaram do poder vêm arrancando do povo suas condições mínimas de sobrevivência. Submetem toda a Nação a uma férrea política de arrocho que tira dos salários seu poder aquisitivo, e marginaliza amplos setores da população com um assustador aumento do custo de vida. A situação se agrava com uma inflação desenfreada e um endividamento externo que chega a somas nunca antes alcançadas. Isto tudo permeado por uma corrupção que se alastra nos escalões governamentais, saltando à vista de todos.

Diante dessa situação, e incapaz de dar-lhe solução, o regime generaliza e intensifica uma política repressiva que se dirige, sobretudo, contra os trabalhadores e os demais setores populares. Política repressiva que se alia à propalada abertura, a qual não tem outro objetivo senão o de institucionalizar o regime de arbítrio e perpetuar no poder os que dele se apropriaram há 16 anos.

Como tentativas de resposta a essa crise têm surgido de vários lados propostas que vão desde soluções de força até gestos de conciliação sem qualquer respaldo social, que protelam a solução real dos problemas e conferem indevido crédito aos detentores do poder. Nenhuma dessas soluções aponta, na prática, para a participação popular.

O Partido dos Trabalhadores, fiel a seus princípios, reafirma que só a participação efetiva e organizada dos trabalhadores e de todos os setores populares nas decisões políticas poderá assegurar-lhes a real possibilidade de solução de seus problemas. Nesse sentido, o PT considera insatisfatórias as propostas de Constituinte até agora apresentadas e repudia especialmente a de "Constituinte com Figueiredo", embora não seja contrário à discussão aprofundada e democrática do real significado, para o povo, de uma Constituinte.

O Partido dos Trabalhadores considera importante, nesse momento, mobilizar e organizar os trabalhadores e todos os setores populares na luta pelas mais amplas liberdades políticas e sindicais.

Essa luta compreende a revogação da Lei de Segurança Nacional e de toda a legislação repressiva e restritiva como a lei de imprensa, o projeto de lei contra os estrangeiros; o repúdio às cassações de mandatos sindicais ou parlamentares; o repúdio a toda e qualquer violência contra os movimentos sociais e políticos, em especial as que se abatem contra os trabalhadores da cidade e do campo.

Igualmente, o PT conclama todos a lutar pela defesa dos direitos dos trabalhadores, em especial pelo direito de greve, direito de livre organização, liberdade e autonomia sindical.

O Partido dos Trabalhadores também considera de importância imediata a luta por melhores condições de vida para toda a população: especialmente nas áreas de educação, saúde, transporte e moradia — e por salários condizentes com as necessidades dos trabalhadores. Com essa resolução, o PT intensifica com seus militantes uma ampla mobilização em torno desses propósitos e conclama todas as forças populares." (Comissão Diretora Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores, julho de 1980)



Cardoso (foto ao alto), Brandt e Vilella (foto maior): em busca de ações

Barganhas e ações políticas à vista

A oposição parlamentar discute, reúne-se, procura uma forma de isolar o regime. Mas o governo também barganha e quer Chagas no PDS

Tornaram-se mais definidas, na semana passada, as fronteiras que separam os conciliadores dos que efetivamente querem o fim do atual regime militar. O senador Saturnino Braga, por exemplo que há três semanas havia pregado um governo de conciliação nacional (Ver Movimento da semana passada) admitiu na quarta-feira que poderá compor-se com o PDS no Rio de Janeiro para eleições a governador de Estado em 1982 visando derrotar o esquema do governador Chagas Freitas. Mas a barganha ainda está em curso, pois o próprio PDS tenta também negociações diretamente com Chagas Freitas. Os indícios de que estas negociações já estariam num estágio avançado foram detectados sob a forma de liberação de verbas e atendimento de uma série de reivindicações de Chagas ao governo Federal. Além disso, também na semana passada o ministro Golbery teria se reunido com Chagas, aproveitando a ocasião de sua visita à ESG no Rio.

Articulações em São Paulo

O recesso parlamentar serviu também até agora para acelerar a atividade de contatos e entendimentos de parlamentares a nível nacional, mas o centro de todas as articulações pareceu se deslocar para São Paulo. Estiveram na capital paulista o senador Teotônio Vilella, o deputado Edgard Amorim, o ex-vice governador carioca Raphael de Almeida Magalhães e se encontraram com lideranças do PT e do PMDB, para debater a unificação das oposições. Raphael de Almeida reuniu-se com Vinicius Caldeira Brandt (do PT), com o suplente de senador Fernando Henrique Cardoso e outros intelectuais e políticos que estão redigindo um documento teórico que pretende nortear as ações comuns da oposição. Na quarta-feira um documento de 100 linhas nesse sentido foi distribuído à imprensa e anunciada a criação de um Comitê de Entendimentos da Oposição. O documento traça um diagnóstico da situação do país e dá indicações gerais para a atuação da oposição a curto prazo, que seria esclarecer à opinião pública que "a recessão, devido ao seu alto custo social, não interessa às classes populares e, portanto, o povo não pode pagar o ônus pela atual bancarrota econômica". A longo prazo, as tarefas da oposição são definidas como a conquista de amplas liberdades políticas, suficientes para garantir a

convocação de uma assembléia nacional constituinte livre e soberana. O comitê poderá ser formalmente inaugurado esta semana se for confirmada a reunião de Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Leonel Brizola.

A Constituinte do governo

Contraopondo-se a essa união, parece ter sido posta em andamento a proposta governamental de realizar reformas constitucionais em 1982, como foi anunciado na semana passada por diversos líderes do PDS. O ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, que defende até mesmo a transformação do Congresso eleito em 1982 em Constituinte, já está se precavendo com a possibilidade das oposições conseguirem maioria em 1982. Ele e o líder do PDS na Câmara, José Sarney, iniciaram essa semana viagens por todo o país para fortalecer o PDS e aparar diferenças entre políticos de cada região — atícos aliás que começam a comprometer seriamente o PDS. A primeira escala da viagem será em Florianópolis.

Obstáculos no caminho

Do lado oposicionista a unificação passará por diversos obstáculos também, pois as divergências atuais são bastante profundas. De um lado estão o PP, o PTB ivetista, o PDT de Brizola e a maioria do PMDB, que aceitam a tese da "constituinte com o João", embora nem todos admitam isso publicamente. De outro lado, a tendência popular do PMDB e o PT, mas as duas alas não estão totalmente de acordo. Os primeiros defendem a constituinte livre, soberana popular enquanto o PT insiste na defesa de bandeiras específicas (contra a Lei de Segurança Nacional e contra a legislação trabalhista atual) pois considera que a constituinte não sensibiliza o povo — embora a questão esteja ainda em debate dentro do partido de Lula (veja debate sobre o tema nesta edição, nas páginas 6 e 7). A união das oposições, seja qual for a forma sob a qual se dará — fusão, confederação, união — enfrentará portanto esse difícil obstáculo: encontrar o denominador comum dos setores mais consequentes, que permita ainda isolar dentro desses partidos os conciliadores. (A.C.Q. e F.C.)



Constituinte 4 x 0

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA

Correm na praça quatro argumentos contra a Constituinte. É possível derrotá-los, um a um: O governo, a grande burguesia e os grandes fazendeiros estão propondo uma Constituinte agora porque vêem o avanço dos trabalhadores.

É falso que o governo aceite, hoje, a Constituinte; Abi Ackel já disse e repetiu que toda Constituinte, na história do Brasil, significou o fim de um regime — e ele acha que o regime militar está de pé e firme. Os representantes da grande burguesia e dos grandes fazendeiros têm falado, quando muito, em o presidente da República convocar eleições para uma Constituinte, sob o regime militar, com todo o aparato repressivo em forma; é claro que esta não seria uma Constituinte nem livre, nem soberana; enquanto persistir o regime militar, nenhum parlamentar ou constituinte valerá mais que um coronel.

A tese da Constituinte livre e soberana foi levantada há anos pelos setores mais combativos da oposição popular. Um exemplo: em 1977, uma edição inteira de *Movimento* foi apreendida porque sua manchete era: "Constituinte com Liberdade e Anistia".

À medida que evolui favoravelmente a situação política do país e que cresce a aceitação nacional da tese da Constituinte, setores vacilantes da oposição passam a defender uma *meia* Constituinte — a Constituinte com Figueiredo — e o regime militar passa a ter, nas suas cogitações, a *idéia* de vir a empunhar esta bandeira para deformá-la e falsificá-la. Mas é claro que isso não nos leva a deixar de defender a Constituinte. O mesmo aconteceu no caso da Anistia: no começo, o governo não queria nem ouvir falar; depois apresentou a anistia parcial, incompleta e restrita.

jornalista, integrante da Tendência Popular do PMDB

Seguindo o raciocínio de quem diz que o trabalhador quer terra e não a Constituinte, se chega ao absurdo de que ele quer pão porque não come liberdade.

Os trabalhadores devem se organizar primeiro para depois defender a Constituinte; se não fizerem assim, a Constituinte não atenderá aos seus interesses e sua participação nela só servirá para legitimar leis absurdas.

Esse é um argumento que valeria contra a participação em qualquer luta econômica ou política. Os trabalhadores devem primeiro se organizar para depois começar a defender aumentos salariais negociados diretamente com os patrões? Os trabalhadores devem primeiro se organizar para depois defender o socialismo?

É claro que não: a pregação das eleições diretas ajuda a organizar politicamente os trabalhadores, assim como a pregação das negociações livres e diretas entre patrões e empregados ajuda a organização sindical dos operários. Nesse sentido, defender que a Constituição do país deve ser feita pelo método mais democrático possível — a Constituinte — ajuda a organizar politicamente os trabalhadores.

Não é preciso defender a Constituinte agora; há muitas outras bandeiras políticas mais prementes e de unidade.

Não é verdade: os trabalhadores se educam politicamente através de sua partici-

pação na vida política concreta do país e o país está debatendo a forma de fazer a Constituição brasileira. Como sempre, este bate está ainda restrito às elites econômicas e intelectuais; mas a tarefa dos que lutam pela elevação do nível de consciência política do povo é levar esse debate às massas e ajudar, com isso, na constituição de uma força social que defenda uma Constituição efetivamente democrática e popular para o país.

Os trabalhadores são os mais interessados em que o país tenha uma Constituição livre. Eles têm o que dizer sobre todos os seus títulos — do que define o tamanho do nosso mar, passando pelo dos direitos trabalhistas e até o das relações familiares. Os militares estão dizendo como a Constituição deve ser feita. A grande burguesia e os grandes fazendeiros estão fazendo o mesmo. Então, os trabalhadores não podem deixar de dizer que a nossa Constituição brasileira, que deve jogar no lixo o amontoado de leis arbitrárias que temos hoje a título de Constituição, deve ser feita por constituintes eleitos com ampla liberdade de organização, propaganda e agitação política, garantida por um governo efetivamente democrático e popular.

Trabalrador não está pensando em Constituinte, ele quer pão.

É um absurdo contrapor as necessidades econômicas e materiais dos trabalhadores às suas necessidades políticas e subjetivas. O trabalhador quer pão, terra e não come liberdade nem constrói seu barraco em cima de direitos democráticos. Mas a liberdade o ajuda a ter pão e os seus direitos facilitam a luta por terra. Lutar pela Constituinte não significa pôr de lado nem relativizar a luta econômica. Nem tampouco a Constituinte pode ser apresentada como uma panacéia. A Constituinte não vai resolver por si o problema das secas, nem do salário. Mas, a defesa da Constituinte ajuda a preparar e elevar o nível de organização e consciência política dos que irão constituir a força social que antes, ou depois da Constituinte, poderão resolver o problema da seca e do salário.

«O PT deve Reformular Essa Resolução»

JOSÉ WILSON

A resolução da Comissão Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores, após reunião nos dias 2 e 3, amplamente divulgada no dia 8 passado, representa um grande passo atrás na trajetória do PT. Embora diga que aceita uma discussão aprofundada e democrática a respeito da idéia de uma Constituinte, o PT nega-se a participar da luta imediata em torno dessa bandeira, sob dois argumentos: a) só aceita propostas que impliquem ampla participação do trabalhador e dos setores populares, de forma organizada e efetiva; b) considera insatisfatórias as propostas de Constituinte até agora apresentadas.

A decisão do PT parece ter sido precipitada e, principalmente, não se baseia em fatos concretos. Ela foi tomada poucos dias depois do amplo debate suscitado no interior do PMDB (largamente divulgado através da imprensa), onde se opuseram duas visões sobre a questão: de um lado Ulysses Guimarães e outros defendendo uma Constituinte "até mesmo com Figueiredo", de outro lado a Tendência Popular do PMDB, exigindo uma ampla campanha popular, ligada às lutas concretas do povo, propondo a Constituinte em conexão com o prévio fim do regime militar e seu aparato repressivo, sob anterior liberdade de organização e expressão para todo o povo. Essa proposta da Tendência Popular não corresponde aos anseios enunciados pelo PT? E um detalhe: a um partido — especialmente se procura representar amplos setores operários e populares — não compete *esperar* e

(*) José Wilson foi agente pastoral na Prelazia de São Felix do Araguaia e Secretário de Educação daquele município; é um dos articuladores da Tendência Popular em São Paulo e participante do movimento popular na zona Sul da cidade de São Paulo.

analisar propostas relativas ao fim do regime militar, mas sim lançar e dirigir o encaminhamento dessas propostas.

Na verdade, o PT quando na citada resolução opõe a bandeira da Constituinte às lutas imediatas contra a Lei de Segurança Nacional e Lei de Imprensa, pelos direitos dos trabalhadores, de greve, autonomia sindical e liberdade de organização, fica no meio do caminho e um pouco atrás dos movimentos populares, porque levanta apenas algumas das bandeiras pelas quais os movimentos populares já vinham lutando antes de sua existência. O PT ficará caracterizado como um partido apenas "espontaneísta" se prevalecer esse rumo e, o que é pior, nem ao menos seguirá de perto o movimento popular pois está negando uma bandeira que operários, camponeses e demais movimentos do povo estão pegando com firmeza: a luta pela Constituinte como meio para colocar um fim ao regime obtém ampla aceitação entre os setores populares, como bem demonstram as primeiras articulações feitas.

O PT é dirigido por combativos representantes do movimento operário e popular, nascidos quase espontaneamente para a política. Precisa superar essa condição, senão fica uma coisa atrasada. O PT deve reformular essa resolução, ou deixará de existir antes mesmo de ter existido.

“Com a resolução da Constituinte, o PT fica caracterizado como um partido ‘espontaneísta’, nem ao menos seguirá de perto o movimento popular”.

«Um Negócio Entre as Elites»

DANIEL AARÃO REIS

Mal terminara o encontro nacional do Partido dos Trabalhadores — PT — em São Paulo, desabou e continua desabando sobre o país uma tempestade de indignação, promovida pela "elite" política que já governa, está governando e espera ainda governar este país por muitos e muitos anos. Mesmo setores oposicionistas e de esquerda manifestaram-se alarmados.

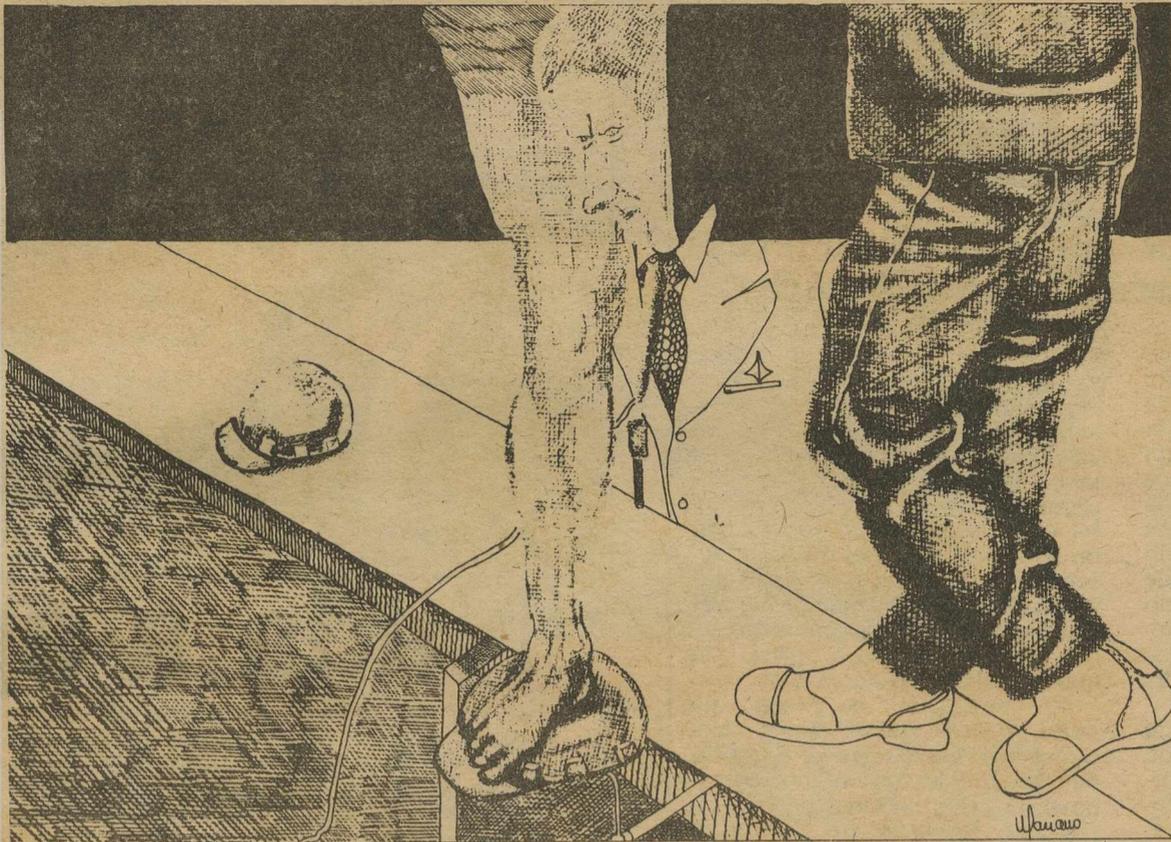
A imprensa grande e os pequenos responsáveis pelos editoriais dos jornais bem-pensantes vivem agora perseguindo tudo o que o PT faz ou deixa de fazer. Substituíram o boicote aberto que prevalecia até há pouco tempo por uma feroz campanha de intrigas e de calúnias.

Mas o centro de tudo é a questão da constituinte (desculpem a minúscula). A ira dos profissionais da política tradicional ou dos tradicionais profissionais da política não teve e ainda não está encontrando limites. Será que o PT, que ousou sobreviver à má vontade e ao desprezo dos "de cima", quer ousar agora pôr em questão a mais sofisticada palavra de ordem existente no arsenal da conciliação de classes? Será que o PT vai ousar desprezar o "último recurso", o instrumento maior de "entendimento" — como diz sabiamente o Dr. Ulysses —, a bandeira que uniu quase todos os políticos profissionais do país? É um fato: do Dr. Abi Ackel ao Dr. Tancredo Neves, do Dr. Magalhães ao Dr. Ulysses, do Dr. Thales ao Dr. Brossard etc., todos apóiam a constituinte.

Claro, não se trata de colocar todo o mundo no mesmo saco. Há variantes. E significativas, mas seria impossível abordar todas as diferentes defesas da constituinte em suas múltiplas combinações que, aliás, alteram-se semanalmente para a delícia dos cronistas políticos de Brasília. Mas é possível identificar um ponto comum a todas as variantes: os homens de elite querem um entendimento. Que seja rápido, embora não ideal, que seja tranquilo, embora imperfeito, mas, sobretudo, que a coisa se passe entre brancos e proprietários, de preferência sem mulheres e, naturalmente, com uma percentagem considerável de doutores.

A elite quer um entendimento alto e nobre. Com muitas "Vossas Excelências", "Suas Excelências", "Nobre De-

Daniel Aarão Reis Filho é ex-presidente do DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor de História, membro do Partido dos Trabalhadores — núcleo Tijuca/Rio de Janeiro.



putado" prá cá, "Nobre Colega" prá lá. Essa busca de entendimento faz parte integrante do processo em curso no Brasil. Infelizmente, muitos setores da própria esquerda brasileira ainda pensam que o Brasil vive uma "grande farsa" montada pelo general Golbery. Que a abertura é uma cortina de fumaça, só prá "disfarçar", "prá enganar os trouxas". O que há no Brasil, no entanto, resultado da combinação de muitas circunstâncias que o nosso artigo não permite examinar, é um processo de transição de uma ditadura militar para uma democracia burguesa "relativa" (como dizia há alguns anos o atual presidente da Norquisa S.A.).

Claro, muita gente se opõe a isso lá no alto. Há contradições. Avanços e recuos (lembrar o Pacote de Abril). Pode haver recuos novos. Mas o sentido geral do processo em curso, pelo menos atualmente, é exatamente esse: uma transição c' uma forma de dominação para outra. Não é e não será um processo simples. O modelo espanhol encanta alguns setores das elites, mas tem suas dificuldades. E houve transições que já foram para o brejo na história. O que é importante compreender é que a democracia a que as elites querem chegar é relativa, ou seja, relativa a elas. Vai ser uma democracia burguesa à imagem e semelhança da burguesia e do capitalismo brasileiro: elitista, truculenta.

É compreendendo, portanto, a natureza do processo em curso que devemos situar a questão da constituinte e de como o povo e os trabalhadores devem se colocar diante dela. Talvez, assim, compreenderemos melhor porque o PT resiste a adotar essa bandeira.

Porque o povo e os trabalhadores, concretamente, não estão lutando e, a meu

“Em todas as constituintes do Brasil a “plebe” ficou de fora, no máximo mandou alguns poucos representantes, os operários concientes sabem disso”

ver, não devem lutar pela constituinte?

Há várias respostas que se completam:

1 - Porque o povo tem outros gatos pra chicotear. Ou seja: tem interesses profundos que devem ser atendidos antes de tudo. A plataforma do PT, aprovada no encontro nacional, mostra as grandes reivindicações dos trabalhadores deste país. Não custa repetir: 1) liberdade de organização partidária e sindical; 2) desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção; 3) combate à política salarial; 4) melhores condições de vida; 5) reforma agrária ampla e maciça e sob controle dos trabalhadores; 6) independência nacional; 7) apoio aos movimentos de negros, das mulheres, índios e de todas as minorias oprimidas. Ai está. Curto e simples. Curto e grosso, como dizem os operários de São Bernardo. Atualmente, os trabalhadores estão empenhados em torno desses pontos. Sim, porque os delegados do PT não inventaram um programa, não o tiraram de uma cartola mágica, apenas sistematizaram as reivindicações dos trabalhadores que

em todo o país lutam.

Quando, no encontro nacional do PT, não surgiu nenhum trabalhador manual defendendo a constituinte, confirmou-se a impressão que já se tinha a olho nu: a constituinte não era efetivamente, e continua não sendo, uma bandeira popular. E não é por falta de se falar no assunto. Rádios, jornais, TVs não a têm em primeiro plano, mas falam e falaram dela o bastante nestes últimos tempos.

Bem, então, ai está uma primeira resposta: o povo não quer saber da constituinte. Isso poderia não significar muita coisa se o povo estivesse imóvel, paralisado, temeroso. Mas o povo está lutando. Houve milhões de grevistas e de gente em luta nos últimos anos no país. Lutaram por seus interesses e a constituinte nunca foi sua bandeira. Tudo bem, mas por que diabo o povo não se interessa pela constituinte? Ela não é defendida por tanta gente boa?

2 - Porque o povo deve estar sacando, instintivamente, que uma constituinte agora seria um negócio entre as elites. E os trabalhadores não teriam força para fazer valer seu programa, o programa do PT, nos luxuosos salões do Congresso em Brasília. Não adianta dourar a pílula: "Ela será livre e soberana". Bonito. Mas sem a materialização daquele programa já citado ela não será livre nem soberana. Será mais uma farsa, uma falsificação, "negócio entre brancos". Claro, se qualquer constituinte for convocada, os trabalhadores vão votar, mas nunca lutarão por ela. Já houve muitas constituintes no Brasil. Em todas elas a "plebe" ficou de fora, no máximo mandou alguns poucos representantes, os operários mais conscientes sabem disso. Alguns setores de esquerda,

inegavelmente de boa fé, colocam uma série de condições que "garantiriam" o caráter livre e soberano da constituinte. Mas por que então não lutar por essas condições, se por elas o povo já está lutando? Outros setores argumentam que a constituinte é uma bandeira democrática que o povo não poderia "deixar" nas mãos dos liberais. Mas quem estudar o programa do PT não poderá deixar de observar que se trata de um programa profundamente democrático e popular. Agora, dourar a pílula de uma bandeira que sempre foi manipulada pelos políticos profissionais (mais profissionais que políticos), nas atuais condições de luta do povo, com o povo lutando em massa, na defesa de seus interesses, levantar essa bandeira só pode confundir e desservir a causa dos trabalhadores.

3 - Finalmente: a constituinte é ambígua. Há gente que diz "com" Figueiredo, outros preferem "sem" Figueiredo; há os que levantam condições, há outros que abaixam condições; uns a querem "agora", outros "já", outros ainda "no seu devido tempo", ou seja, quando efetivamente a "plebe" estiver ameaçando. Enquanto isso o programa do PT é cristalino, tem a clareza e o sabor das coisas simples, dos interesses claramente definidos dos trabalhadores.

Mas por trás de toda essa ambiguidade, existe uma coisa certa, positiva: a constituinte é a palavra de ordem do entendimento. É o coroamento da consagração da abertura. É o fim da transição e o início da democracia relativa. Relativa a eles, aos homens de cima, brancos e doutores. De preferência, homens. Proprietários, naturalmente. Superar a transição pela estabilização de uma nova ordem. Fazendo concessões aqui, reformas ali, elaborado uma nova constituição, uma nova estruturação político-jurídica para a nação. Ou seja: mais uma camisa de força para o povo. Não como a atual, inteiramente desacreditada, pisoteada, rasgada e violada pelos seus próprios autores.

Por essa nova estabilidade os trabalhadores não lutarão. Os trabalhadores pagaram caro os anos do milagre. Não vão agora lutar para que a democracia relativa se estruture direitinho. Os trabalhadores têm interesses e lutam por eles, os trabalhadores estão querendo, e cada vez vão querendo mais, dirigir este país. Estão começando a descobrir sua força e inteligência. Têm um programa e vão batalhar por ele. Se for um dia possível conquistá-lo, ai então, mas só então, saberão elaborar uma constituição que garanta os direitos do povo e que permita a construção de uma sociedade nova, sem exploração e sem opressão, democrática e igualitária. Até lá, como disse o Lula, a constituinte é um problema do Dr. Ulysses.

Impune, a direita ataca com violência

A sede do CBA-SP foi baleada. Mais um caso para o dossiê que será levado a Abi Ackel.

Repetindo a mesma técnica utilizada dez dias atrás, quando foi baleado o prédio onde funcionava a Livraria Zapata e a Agência Brasileira de Reportagens, um grupo de extrema-direita voltou a agir em São Paulo. Na madrugada da última quinta-feira, foram feitos vários disparos contra a sede do Comitê Brasileiro de Anistia, onde também funciona o escritório do advogado Luis Eduardo Greenhalgh, e contra a sede do Partido dos Trabalhadores, instalada no prédio ao lado.

Como no atentado contra a Livraria Zapata, a polícia demorou para chegar ao local. E para surpresa dos membros do CBA e funcionários do escritório, os policiais, tanto da Polícia Técnica como do Deops, mostraram-se muito mais interessados em fotografar os cartazes afixados na parede, do que em procurar as cápsulas dos projéteis. Embora no boletim de ocorrência conste a existência de nove perfurações na fachada do prédio da travessa Brigadeiro, nº 21, no bairro central da Bela Vista, era possível observar 11 sinais de bala: a porta de vidro foi estilhaçada, as vidraças quebradas, além de várias marcas na parede.

Um perito da Polícia Técnica informou que foram encontradas duas cápsulas, possivelmente calibre 7.65 mm, de pistola semi-automática. Mas outro policial comentou, durante a perícia, que poderia se tratar de calibre 9 mm (privativo das Forças Armadas).

O atentado contra a sede do CBA-SP e contra a sede do PT foi denunciado ao ministro da Justiça pelo deputado federal Airton Soares (PT), justamente e no momento em que os advogados José Carlos Dias, da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, e Cândido Mendes, da Comissão Nacional de Justiça e Paz, acabavam de sair de uma longa entrevista com Abi Ackel.

Os advogados foram a Brasília justamente para expor ao ministro os dados que levantaram sobre os últimos atentados e violências ocorridos em São Paulo, que começaram durante a greve dos metalúrgicos do ABC, passam pela pancadaria ocorrida durante o "governo de integração" do biônico Paulo Maluf no bairro da Freguesia do Ó e deságuam no seqüestro e espancamento do jurista Dalmo Dallari, na noite do dia 2 de junho, véspera da chegada do papa a São Paulo.

Ao sair da entrevista com o ministro Abi Ackel, o presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, José Carlos Dias, declarou que o ministro da Justiça comprometeu-se a se empenhar totalmente para que os seqüestradores do jurista Dalmo Dallari sejam identificados. Pelos comentários existentes em Brasília, o governo teria ficado extremamente irritado com as declarações do governador

Paulo Maluf a respeito do seqüestro do jurista. Em entrevista à imprensa, divulgada no dia 6, Maluf afirmou que Dalmo Dallari era ligado a grupos esquerdistas e estaria "fazendo teatro". Os improperios do governador, — que foi seguido pelo deputado Armando Pinheiro, líder do PDS na Assembleia Legislativa — não pararam aí. No dia seguinte ele voltou à carga, criticando o jurista por não estar auxiliando a polícia para que identifique os agressores.

As declarações de Maluf, que tanto Dalmo Dallari como José Carlos Dias recusaram-se a responder, teriam descontentado tanto o governo que, no final da semana passada, falava-se em Brasília na possibilidade de "impeachment" do governador.

Como no caso da Freguesia do Ó (veja matéria ao lado), até o final da semana passada a polícia paulista ainda não havia encontrado nenhuma pista dos seqüestradores de Dalmo Dallari. O retrato falado de um dos quatro homens que seqüestraram e espancaram o jurista, elaborado a partir de informações prestadas por Dallari, foi distribuído a todos os policiais que trabalham no caso e, agora, o delegado do Deops Zildo Heleodoro está tentando identificar o Corcel, de cor vinho, que foi utilizado no seqüestro.

O inquérito policial que investiga o atentado cometido contra o jurista — na semana passada, em função do agravamento de seu estado de saúde, Dalmo Dallari foi internado em uma clínica de repouso — está sendo acompanhado pelo promotor público Valter de Almeida Guilherme, conhecido por sua honestidade e pela fama de implacável nos júris. Ao ser nomeado pelo procurador geral da Justiça, João Severino de Oliveira Peres, Valter de Almeida Guilherme disse não temer pressões ou ameaças: "Eu já atuei como promotor em três júris de Esquadrão da Morte e nada me aconteceu".

Durante a audiência com Abi Ackel, José Carlos Dias prometeu enviar-lhe um dossiê que mostra as várias etapas da violência em São Paulo e que comprova, por exemplo, que muitos dos envolvidos na pancadaria da Freguesia do Ó também estiveram envolvidos na repressão à greve do ABC (ver *Movimento* nº 261). Para o advogado, o seqüestro e espancamento de Dalmo Dallari está ligado também a esses fatos, embora o governador Paulo Maluf tenha dito que o atentado poderia estar ligado a grupos de esquerda, "provocando uma farsa para empanar a visita do papa". Agora o presidente da Comissão Justiça e Paz vai ter que incluir, em seu dossiê, o atentado contra as sedes do CBA e do PT.

(Lia Ribeiro Dias)

Prefeitura quer abafar o atentado fascista



Basilio (foto menor) nega o envolvimento da Rosas de Ouro na pancadaria. E Nieto (foto menor) insiste: "faltam provas"

"Nada a apurar"

Quase um mês depois do atentado fascista da Freguesia do Ó, em São Paulo, quando um grupo paramilitar — formado por funcionários públicos e policiais à paisana — atacou parlamentares, jornalistas, padres e populares que se manifestavam contra o "governo de integração" de Paulo Maluf, nada foi apurado pelas autoridades policiais e administrativas. E, na última semana, o secretário das Administrações Regionais da Prefeitura, Francisco Nieto Martin, impediu que quatro funcionários da AR-Butantã falassem a *Movimento* sobre o seu envolvimento na pancadaria.

O presidente da Escola de Samba Rosas de Ouro, Eduardo Basílio, acusado pelas vítimas de ter cedido a quadra da escola para a reunião do grupo de agressores, desmentiu a sua participação direta na pancadaria do dia 21 de junho e acusou os policiais do DEOPS paulista de serem os responsáveis pelo espancamento de dezenas de pessoas. Para ele, somente a polícia poderia portar cassetetes e soco-ínglês, "pois ninguém anda com isso na rua, nem compra essas armas em qualquer loja".

Eduardo Basílio explicou que, no dia do "governo de integração", cerca de trinta membros da Escola de Samba se reuniram na nova quadra, às 8 horas da manhã, para distribuir os crachás (15 no total) às pessoas que iam despachar com o prefeito e com o governador. "Nós ficamos na sede da Regional das 9 às 10 e 30 e não passamos, tanto na ida como na volta, pelo local da briga, juro pela minha filha".

No entanto, ele atribui o envolvimento do nome

da escola de samba no episódio aos seguintes fatos: 1) entre os agressores havia um que estava vestindo uma camiseta da Rosas de Ouro (segundo ele, vendida a qualquer pessoa); 2) ele identificou (através da televisão e das fotografias publicadas na imprensa), entre os agressores, o sambista Mário Embaixador (conhecido também por "Marião", que vende automóveis na "boca"), que é apresentador da Escola de Samba Camisa Verde e freqüenta também a quadra da Rosas de Ouro; 3) ele e seu irmão Edmundo (vice-presidente da União das Escolas de Samba de São Paulo) ocupam na Prefeitura cargos de chefe da fiscalização, nas administrações regionais da Vila Mariana e de Pinheiros, respectivamente, e entre os agressores foram identificados vários fiscais municipais; 4) a Escola de Samba Rosas de Ouro promoveu, na mesma noite do atentado, uma festa em sua quadra com o nome de "Samba da Integração", em homenagem ao despacho itinerante do governador biônico Paulo Maluf.

Nenhum interesse na apuração

Embora as vítimas, os deputados estaduais e a imprensa tenham identificado e revelado os nomes de vários funcionários municipais que integraram a brigada facista de Maluf, o secretário das Administrações Regionais, Francisco Nieto Martin, encarregado pelo prefeito de fazer um "levantamento" sobre o ocorrido, afirmou, na semana passada, que não há nada que possa ser apurado, "por falta de provas".

Nieto Martin não apenas impediu que

quatro funcionários da AR-Butantã falassem ao *Movimento* (já que seus nomes foram citados por testemunhas), como também, numa atitude clara de proteção aos denunciados e acobertamento do crime, explicou que a Prefeitura não tem nada a ver com o que os funcionários façam quando não estão de serviço, por exemplo, no sábado em que ocorreu a pancadaria da Freguesia do Ó. Ainda de acordo com o secretário, a Prefeitura não tem motivos para apurar o caso, nem mesmo quanto ao aspecto administrativo, já que as agressões não ocorreram nas dependências da Administração Regional da Freguesia do Ó.

O secretário Nieto Martin (segundo consta, homem de confiança de Maluf) se negou a dar qualquer explicação ao fato de estarem reunidos na Freguesia do Ó inúmeros funcionários pertencentes a outras administrações regionais. Ele alegou, repetidas vezes, que "não há prova de nada" ou "qualquer denúncia formal", nem mesmo no inquérito policial que o diretor do DEOPS, Romeu Tuma, prometeu instaurar.

De outro lado, o advogado José Carlos Dias, presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, esteve quinta-feira com o ministro da Justiça, em Brasília, e disse que o atentado da Freguesia do Ó está relacionado com a agressão sofrida pelo professor Dalmo de Abreu Dallari, na véspera da chegada do Papa a São Paulo. Segundo José Carlos Dias, a Comissão continua investigando os dois casos e deverá, em breve, divulgar tudo o que foi apurado. (Hamilton de Souza).

Veja como a inflação comeu o seu dinheiro

Atenção
depositantes
em cadernetas
de poupança

Crime contra a poupança popular

Ricardo Bueno

Mais de 15 milhões de pequenos depositantes em cadernetas de poupança estão sendo escandalosamente lesados pelo governo, em nome da política de combate à inflação. Basta olhar alguns números para comprovar isso. No primeiro semestre os preços subiram 40,5%. Pois bem, a remuneração das cadernetas de poupança foi de apenas 27,66% incluindo juros e correção monetária. Então o negócio é o seguinte: quem tivesse no início do ano depositado Cr\$ 10 mil em caderneta, estaria em junho com 12.766,00. Acontece que para que seu dinheirinho não fosse corroído pela implacável inflação precisaria ter Cr\$ 14.050,00. Logo, o depositante perdeu Cr\$ 1.284,00.

Ele está levando na cabeça porque o governo decidiu que a correção monetária este ano seria de apenas 45%, embora a inflação certamente vá ultrapassar a casa dos 80%. Assim, no primeiro semestre a correção monetária ficou em apenas 24% enquanto a inflação superava os 40%. Para o segundo semestre, a situação estava se desenhando dramática. Para manter a correção monetária em 45% o governo poderia remunerar as cadernetas em apenas 17% (mais os juros). Quer dizer, a perda dos depositantes iria ser maior ainda que no primeiro semestre.

E a caderneta é a única alternativa do pequeno depositante

Para atenuar um pouco essa situação, Delfim Netto decidiu que o ano acabava em junho e que a correção monetária começaria a ser calculada de novo a partir desse mês. Quer dizer, de junho deste ano a junho do ano que vem será de 50%. Assim, o governo escapou da camisa-de-força dos 45% de correção monetária e poderá ser um pouquinho mais generoso com os depositantes em cadernetas. Mas que ninguém se iluda. A correção neste segundo semestre deverá ser de uns 23% ou 24% e no primeiro semestre do ano que vem também (para ficar no limite de 50%). Portanto, a perspectiva é de que o depositante em caderneta de poupança continue levando na cabeça.

Esses milhões de depositantes não seriam, então, uns beócios? Por que não deslocam seu dinheiro para outras aplicações? Ora, a caderneta é praticamente a única alternativa que o pequeno depositante tem para botar seu dinheirinho. As letras de câmbio e os certificados de depósito bancário (emitidos pelos bancos de investimento) também estão rendendo pouco, já que o governo estipulou que sua remuneração este ano não pode ultrapassar 54%. E as demais aplicações existentes são para quem tem muito dinheiro em mãos e tempo e disposição (ou assessoria especializada) para realizar jogadas especulativas.

Sim, os ricos não se apertam. Disso ninguém duvida. É a velha história de dinheiro chamando dinheiro (e a concentração da renda aumentando).



Quem é rico pode, por exemplo, jogar seu dinheiro no redemoinho do mercado de ações e lucrar muito. De janeiro a maio deste ano a cotação dos 40 papéis mais negociados na bolsa do Rio subiu 103%. Para os 70 papéis mais negociados o panorama é igualmente favorável: 46 valorizaram mais que a inflação, outros 20 renderam mais de 100% e 4 papéis tiveram suas cotações elevadas em mais de 200%. Foi uma festa. Ações como as da Vale do Rio Doce e da Petrobrás ofereceram até 30 de junho uma lucratividade de 285,6% e 185,5%, respectivamente.

Para os ricos, há muitas outras chances de ganhar dinheiro

Acontece que o pequeno investidor é escaldado em relação ao mercado de ações. As grandes perdas sofridas por milhares de pessoas durante a grande onda especulativa de 1971/72 ainda estão na memória de muita gente. Ainda hoje o mercado de ações não é confiável, apesar de toda retórica oficial de que a Bolsa de Valores agora está saneada, disciplinada ou coisa que o valha. As cotações das ações volta e meia são escandalosamente manipuladas e o recente Caso Vale está aí mesmo para não deixar ninguém em dúvida quanto a isso. Uma coisa, portanto, continua sendo verdade: para ganhar na Bolsa é preciso ser um *insider*, ou seja, um sujeito bem informado, por dentro das jogadas e manobras especulativas. Algo inteiramente fora das possibilidades do pequeno investidor.

Para os ricos há muitas outras chances de ganhar dinheiro. Uma delas é comprar ouro. Há um ano um quilo do metal custava cerca de Cr\$ 280 mil. Hoje em dia já está valendo Cr\$ 1,8 milhão. Outra jogada que dá muito dinheiro, mas exige conhecimento especializado, astúcia e alguma dose de

paciência é o mercado de artes. Em 1976 um Guignard foi adquirido por Cr\$ 10 mil. Num leilão recente, realizado pela Bolsa de Artes do Rio de Janeiro, o mesmo quadro foi vendido por nada menos que Cr\$ 2,6 milhões. Um Bianco comprado há quatro anos por Cr\$ 12 mil, hoje pode ser tranquilamente vendido por Cr\$ 250 mil. E assim por diante.

As chances dos ricos não param por aí. Comprar imóveis e vender algum tempo depois continua sendo um excelente negócio. Segundo Luis Álvaro Ribeiro, da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (Embraesp), de abril para maio deste ano os preços das casas e apartamentos em São Paulo tiveram uma alta de 40%. Para um período de apenas um mês chega a ser espantoso. Como é espantoso, também, saber que em certas regiões do interior de São Paulo um alqueire de terra subiu 100% a 200% de preço em apenas quatro a cinco meses. Em Pedrinhas, município próximo a Assis, o alqueire passou recentemente de Cr\$ 100 mil para Cr\$ 300 mil. Há quatro anos podia ser comprado por Cr\$ 35 mil. Em Ribeirão Preto um alqueire que há 4 meses era comercializado por Cr\$ 200 mil hoje não muda de mãos por menos de Cr\$ 300 mil e pode chegar até a Cr\$ 500 mil.

Permitir que os ricos ganhem muito dinheiro e fazer com que as mingudas poupanças dos assalariados emagrecam ainda mais, não é a única consequência perversa da inflação. Quando os preços disparam rapidamente, quando o dinheiro perde valor da noite para o dia, há uma forte tendência a realizar aplicações especulativas, que são absolutamente inúteis para o país do ponto de vista da geração de riquezas, ou seja, da produção de mercadorias e serviços. É muito mais atraente aplicar na especulação imobiliária do que correr riscos jogando dinheiro para ampliar a produção de uma indústria.

Além disso, há uma forte tendência a poupar menos, investir menos e consumir mais. A razão é muito simples: é melhor comprar hoje do que amanhã, pois amanhã tudo estará muito mais caro. Esse fenômeno já vem acontecendo por aqui. No ano passado a poupança bruta (ou seja, a parte da renda que não foi consumida) cresceu apenas 64% no Brasil. Ora, como a inflação foi de 77,2%, na verdade a poupança diminuiu em termos reais.

A inflação não é algo neutro, que prejudica a todos por igual

E daí? Daí que essa "excitação do consumo", esse aquecimento da demanda acaba às vezes contribuindo para alimentar a própria inflação. Para que a demanda não se excite ainda mais, o governo resolveu inclusive aplicar um golpe baixo. O dinheiro proveniente das restituições do Imposto de Renda vai chegar com atraso às mãos dos assalariados que a ele têm direito. A Secretaria da Receita Federal está retendo propositalmente a devolução da grana, para que a demanda não ganhe novo alento com os bilhões de cruzeiros que iriam ficar à disposição dos assalariados. Uma safadeza, pois haveria uma maneira muito mais eficiente e justa de retirar dinheiro de circulação sem prejudicar os assalariados, que perdem na caderneta de poupança e ainda têm que aceitar o golpe do IR.

Qual? Não há mistério para tirar dinheiro das mãos do público. Bastaria, por exemplo, adotar medidas que taxassem violentamente os ganhos de capital, ganhos com a venda de ações, imóveis e terras. Assim seriam desestimuladas as jogadas especulativas, que botam lenha na fogueira da inflação, e uma parte da grana dos ricos ficaria congelada nos cofres oficiais. É verdade que o governo criou um empréstimo compulsório que atinge os que têm rendimentos não tributáveis superiores a Cr\$ 4 milhões em um ano, mas o imposto é modestíssimo, suave demais. Basta dizer que quem tem uma renda não tributável de Cr\$ 5 milhões, pagará ao governo Cr\$ 10 mil por mês durante 10 meses. Ora, numa jogadinha especulativa qualquer dá para recuperar esse dinheiro com a maior facilidade. Dinheiro que, aliás, será devolvido um ano depois com juros e correção monetária.

É isso aí. A inflação não é algo neutro, que prejudica a todos por igual. Frequentemente os ricos ganham com ela e os assalariados, em especial os mais pobres, perdem, pagam caro por ela. Aliás, se todos perdessem com a inflação (inclusive os ricos) como certos ficcionistas da área oficial gostam de dizer, seu combate seria muito mais sério do que é e não teríamos que amargar algo tão trágico como 100% ao ano — marca que será atingida quando os dados de julho forem divulgados, lá pelo começo de agosto.



“Calma gente, muita calma”

Um ano de luta contra o racismo

“Gente, vamos começar a pensar um pouquinho em pegar em armas”.

“Calma gente, muita calma e reflexão política”. Estas foram frases da platéia emocionada pelos discursos e depoimentos (uma negra que distribuía os panfletos de convocação do ato público contra o racismo fora presa) durante o ato realizado no Teatro Oficina, em São Paulo, no dia 7 de julho — o Dia Nacional contra o Racismo. O ato foi convocado pelo MNU — Movimento Negro Unificado — para comemorar uma data significativa para os negros: neste dia, no ano passado, esse movimento foi lançado publicamente nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em resposta à discriminação racial sofrida por quatro garotos proibidos de jogar voleibol — pelo fato de serem negros, assim como à violência sofrida por Robson Silveira da Luz, preso e torturado no 44º Distrito Policial de Guaiunases (SP), onde morreu em consequência dos ferimentos.

Este ano, a comemoração do Dia Nacional contra o Racismo significou um avanço na luta dos negros brasileiros, por ter exposto publicamente as diferentes posições políticas do movimento negro que podem assim ser reconstituídas: 1) a primeira se propõe apenas a denunciar aspectos do racismo contra o negro e a formar uma consciência negra, a partir da família; 2) a segunda posição pretende organizar os negros nas suas bases (principalmente na periferia), mas não diz como organizar e critica as inúmeras reuniões “reunificadas” de outras organizações

negras. Essa é a posição espontaneísta; 3) a terceira posição denuncia o aspecto alienante de se levar apenas uma luta racial ou somente a luta de classes para os negros. Exige uma luta contra a expressão racial combinada com a luta de classes (exploração econômica e marginalização social da grande maioria da população negra). Essa é a posição do MNU.

Outro fator que veio engrossar o movimento negro — é que se contou, neste ato, com representantes da Frenap — Frente Negra Para a Ação Política de Oposição, recentemente lançada. Frente esta de parlamentares negros que se articularam para defender a causa negra no país. Os representantes da Frenap — vereador Milton Santos (PMDB) e Benedito Cintra (Tendência Popular do PMDB) — ressaltaram que não são opositores aos grupos e organizações negras existentes.

O vereador de Carapicuíba, Genésio Arruda, ressaltou, durante o ato, que o Brasil é o país de maior número de negros após a Nigéria: “aqui, a maioria negra vive esmagada, num país que está de cabeça pra baixo porque os negros não estão também governando. Os negros, como parte integrante da luta do povo brasileiro, precisam pôr o país de cabeça pra cima, libertando-o do imperialismo e construindo uma verdadeira democracia racial. Temos de acabar com esse mito de que o negro só serve para ser artista ou jogador de futebol. Temos uma história de trabalho de mais de 500 anos e vamos resgatá-la”. (Cândido Fernandes)

NATAL/RN

Um encontro de prostitutas

Numa iniciativa inédita, a Coordenação do MobraI em Natal, no Rio Grande do Norte, reuniu, na semana passada, 510 prostitutas que, durante dois dias, discutiram seus problemas: utilização indiscriminada de pílulas anticoncepcionais, aborto e doenças venéreas. Os debates, nas plenárias e em grupo, foram além tentando analisar as causas do elevado índice de prostituição no Estado e as formas de capacitar a mão-de-obra feminina para que a prostituição não seja a única alternativa de sobrevivência.

Além das discussões, as 510 participantes do I Encontro Estadual de Prostitutas, representando 80 municípios do Rio Grande do Norte, assistiram a palestras de assistentes sociais, médicos e psiquiatras. Receberam orientação sobre como cuidar do corpo, sobre as consequências físicas dos

abortos seguidos e do uso permanente de anticoncepcionais. E, agora, o MobraI — segundo sua coordenadora, a socióloga Lurdinha Guerra — pretende realizar reuniões mensais com as prostitutas com o objetivo não só de alfabetizá-las mas, também, de capacitá-las profissionalmente.

Lurdinha Guerra acredita que a falta de emprego para as mulheres que migram do campo para a cidade é a principal causa do aumento da prostituição no Rio Grande do Norte. Pesquisas realizadas em diversos municípios do Estado indicaram que 50% das prostitutas têm entre 11 e 25 anos; 60% delas, antes de se prostituírem, trabalhavam como domésticas, quando tiveram seu primeiro filho; 70% ficaram grávidas e tiveram filhos entre 13 e 20 anos, e 60% são analfabetas. (Airton Bulhões, de Natal)

FAVELADOS/ABC

Contra o despejo

A resistência às sucessivas ações de despejo já faz parte da luta dos favelados do ABC. Na semana passada, foi a vez de 47 famílias da favela do Jardim Farina, em São Bernardo do Campo, SP. Organizadas, e contando com o apoio de muitos membros do Movimento de Defesa dos Favelados, as famílias resistiram à ação violentada policiais, que tentaram expulsar os moradores. Diante da reação da população, os PMs não puderam executar o despejo e os favelados conseguiram, ainda, que o prefeito Tito Costa, que foi chamado à favela, lhes promettesse que vai desapropriar a área e cedê-la aos moradores.

A ordem de despejo dos moradores da favela do Jardim Farina foi decretada pelo juiz João Gamaliel, da 2ª Vara Cível de São Bernardo, que deu ganho de causa a Cassiano de Paiva, proprietário da Imobiliária Soinco, uma das maiores grileiras do ABC. Só em São Bernardo existem 47 processos con-

tra essa imobiliária.

Cassiano de Paiva, que diz ser o dono da área de 38.753 metros quadrados, onde fica a favela, ainda aluga terrenos para a Socittec, uma empresa fantasma. E foi sob a alegação de que a Socittec não paga os aluguéis dos terrenos, que Cassiano Paiva requereu o despejo dos favelados do Jardim Farina. E conseguiu ganho de causa.

Para os moradores da favela, não restou outra alternativa a não ser enfrentar os policiais. Durante dois dias, eles permaneceram de vigília, ajudados por muitos integrantes do Movimento de Defesa dos Favelados. Quando os policiais chegaram, eles não arderam pé de seus postos. Enquanto os PMs ordenavam que deixassem os barcos, o padre Rubens Chasseraux, um dos líderes do Movimento de Defesa dos Favelados, com um megafone, dizia aos moradores para não saírem.

Padre Rubens foi ameaçado de prisão, mas os policiais não conseguiram prendê-lo. Quando os policiais investiram contra o líder do Movimento de Defesa dos Favelados do ABC, os moradores cercaram o padre e gritaram: “Se ele for preso, nós vamos juntos”.

Foi nesse clima de muita tensão que os favelados exigiram a presença do prefeito Tito Costa no local. E o prefeito de São Bernardo, diante da posição dos favelados, foi ao Jardim Farina e prometeu desapropriar a área. E doá-la aos moradores. (Pedro de Souza, do ABC)

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA

Oposição venceu mas não levou

A brutal perseguição aos componentes da chapa de oposição, que culminou com o assassinato do candidato a presidente Raimundo Ferreira de Lima, o “Gringo”, não intimidou os lavradores de Conceição do Araguaia, no sul do Pará. A chapa de oposição, Chapa 2, conseguiu a maioria dos votos na eleição realizada no dia 29 de junho.

Apesar de vitoriosa, a Chapa 2 não foi eleita, porque não houve quorum no primeiro escrutínio. Votaram pouco mais de mil lavradores. O próximo escrutínio foi marcado para

setembro e, até lá, a oposição espera fortalecer ainda mais a sua posição entre os lavradores filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia e tirar os pelegos — eternos aliados dos fazendeiros e grileiros — da direção da entidade.

Mesmo não tendo conseguido quorum, a vitória da oposição foi muito importante para a região. A Chapa 2 conseguiu a maioria dos votos, apesar de todas as manobras feitas pela situação, como o controle das urnas volantes. (L.M.)

Várias

O padre Gabriel Chey-ness e o agente pastoral e supervisor do MEB (Movimento de Educação de Base) Orlando Solino, da diocese de Marabá, estão ameaçados de morte pelo propagandista volante Salomão Amoury, pretendo proprietário de terras.

Por incrível que pareça, a ameaça foi feita diretamente ao agente pastoral, em plena cidade de Marabá, na manhã do sábado retrasado (dia 5). O grileiro parou seu carro, chamou Orlando à janela e disse: “Rapaz, vocês estão mandando os posseiros invadirem minhas terras. Mas esse 38 aqui, carregado de bala, é para você e o padre Gabriel. E não adianta ficar na saída do bispo, que mesmo assim eu encho vocês de bala”. Com muito sangue frio Orlando respondeu que a terra era dos posseiros, e que ele, Salomão, é que era o invasor.

A área em questão — fazenda Surubim — tem perto de 80 famílias de lavradores. Alguns moram lá há mais de 30 anos. O fazendeiro tem um título para uma área próxima, mas quer se apoderar da terra dos posseiros.

PRISÃO ILEGAL — Na estrada PA/150 (Belém/Marabá), a violência policial continua a solta. No mesmo dia 5, na localidade de Goianésia do Pará, município de São Domingos do Capim, o comissário da Polícia Militar, soldado Manoel Dias Aragão, mandou prender dentro de sua casa, o lavrador Valdomiro Costa dos Santos, maranhense, 23 anos. Já conhecendo a fama do soldado Aragão — o novo terror de Goianésia — Valdomiro fugiu da cadeia.

Ainda sem saber da fuga sua família, acompanhada pelo padre Paulo Joanil, da diocese de Marabá, dirigiu-se ao comissariado para pedir explicações ao soldado Aragão e responsabilizá-lo pelo acontecido (havia receio de que o comissário tivesse mandado matar Valdomiro). O soldado desrespeitou o padre, dizendo que era homem para acabar com ele ali mesmo, naquela hora, e colocou-o para fora. O padre então resolveu sentar-se na porta da delegacia, dizendo que só sairia quando o lavrador aparecesse, ou quando tivesse certeza de sua fuga. O soldado não gostou

e mandou que o padre se afastasse da porta. Ele se afastou um pouco, mandou buscar a Bíblia e, com a família de Valdomiro, pessoas da comunidade e agentes pastorais, iniciou a leitura e a reza.

ASSASSINATO — Na mesma estrada, em Nova Ipixuna, município de Itupiranga, um outro militar, o cabo Pedro, está espalhando o terror. Seu último crime — até então não denunciado — ocorreu no dia 29 de junho: ele matou covardemente, pelas costas, o operário Otavio Soares da Silva, de 18 anos, topógrafo da firma Planagro.

Era domingo, dia de São Pedro. Otavio estava jantando no hotel da dona Lindalva. O cabo chegou, viu que ele tinha uma faca na cintura, e pediu. Sem qualquer reação o operário entregou a faca. Não satisfeito, o cabo o prendeu, mandando que saísse na frente. Conhecendo muito bem a fama do cabo Pedro (quatro baleamentos nos últimos dois meses, embriaguez permanente, etc) Otavio saiu correndo, desesperado. O cabo saiu atrás, dando tiros. “O rapaz fugindo, ele atirando direto”, conta a Movimento em Nova Ipixuna, o comerciante José Wilson, o cabo fugiu, acobertado pelo agente municipal Mario Cortes Vieira, representante na cidade do prefeito de Itupiranga, José Brasil Monteiro.

A comunidade mandou chamar a polícia do km 12, para “atestar a morte e autorizar o enterro”. Os policiais só chegaram no dia seguinte, detendo o cabo que havia se dirigido ao comando da PM em Marabá. No dia seguinte o cabo já estava lá de novo, com a metralhadora nas mãos, pelas ruas, fazendo ameaças e completamente impune. Os mais diretamente ameaçados são os testemunhas José Wilson e Maria Aparecida, esta última, conforme disse, já “jurada de morte pelo cabo Pedro”. Ela está tão apavorada que nem sai à rua. Wilson também foi ao comando, pedir providências, mas ainda ouviu desaforos do tenente Modesto, que lhe disse que o cabo não era doido.

O operário assassinado deixou desamparada sua mãe, Paulina Soares da Silva, e uma filha, Adriana da Silva, de um ano e dez meses. (Luis Macklouf, de Belém)

Curso de Férias — 80

28/7 a 01/8/80

C. A. Leão XIII — PUC-SP

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Inscrições até 18/7 na secretaria do Leão XIII — R. Monte Alegre, 984 - SP fone 263.0211 - r. 339

Em agosto os estudantes param as aulas.
Esta foi uma das decisões tomadas por
500 entidades reunidas com a UNE no Rio.

UNE aprova uma greve nacional

Márcio Bueno

O ginásio de esportes da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, esteve apinhado de estudantes nos dois primeiros dias úteis da semana passada. Eram representantes de 500 entidades estudantis (das 650 filiadas à União Nacional dos Estudantes), que despendaram de todos os Estados do Brasil para participar do Coneb (Conselho Nacional das Entidades de Base) que foi convocado pela UNE para definir as diretrizes do movimento estudantil para o segundo semestre.

Na semana anterior a UNE tinha realizado o seu III Seminário Nacional, que foi extremamente prejudicado pelas falhas de preparação e de organização em todos os aspectos: falta de um local adequado (foi realizado em um ginásio aberto, sujeito a chuvas e ventos, coincidindo com um dos invernos mais frios do Rio), esquema de alimentação deficiente, falta de alojamento para os participantes — que acabavam se amontoando em salas de aulas, quadras de esportes, ou sendo obrigados a resolver o problema por iniciativa própria. As queixas sobre a infra-estrutura multiplicaram-se. Os participantes atribuíam à União Estadual dos Estudantes (UEE) local a responsabilidade pelas falhas na organização, ao mesmo tempo em que citavam como exemplo o congresso de Salvador que, mesmo reunindo um número muito maior de estudantes, teve uma organização impecável.

Diretoria, Barbieri, Liberdade e Luta: as divergências.

Uma das questões que mais polarizaram as discussões foi a proposta apresentada pela diretoria da UNE, de uma greve nacional por três dias em agosto. Contrapondo-se a esta surgiram três outras: Liberdade e Luta, aliás a única tendência política que se apresentava como tal, defendeu uma greve por tempo indeterminado; Marcelo Barbieri (vice-presidente da UNE) defendeu a proposta de que o Coneb não devia aprovar nenhuma proposta de greve — esta questão surgiria, segundo ele, quando os estudantes estivessem preparados; Lula, outro diretor da UNE, defen-

deu a greve de um dia. As discussões se estenderam por um longo tempo, provocando realinhamentos e resultando na aprovação, por uma maioria folgada, da proposta apresentada pela maioria da diretoria da UNE. Esta discussão ocorreu no primeiro dia, quando a mesa era presidida por Aldo Rebelo. Quando Paulo Massoca, que foi candidato à presidência da UNE, pela chapa *Unidade*, foi anunciado para defender a proposta de Barbieri, irromperam coros de "pelego" no plenário. Os defensores de Massoca responderam com o de "polícia". E a coisa esquentava quando Aldo interrompeu a todos dizendo: "a UNE não reconhece entre os estudantes a presença de nenhum pelego" (aplausos demorados de uma parte do plenário). E prosseguiu: "por outro lado não reconhece entre os companheiros nenhum policial" (aplausos da outra parte do plenário). E finalizou: "o que a UNE reconhece é a presença de um sectarismo irresponsável, ao mesmo tempo que espera que ele seja eliminado nesta reunião".

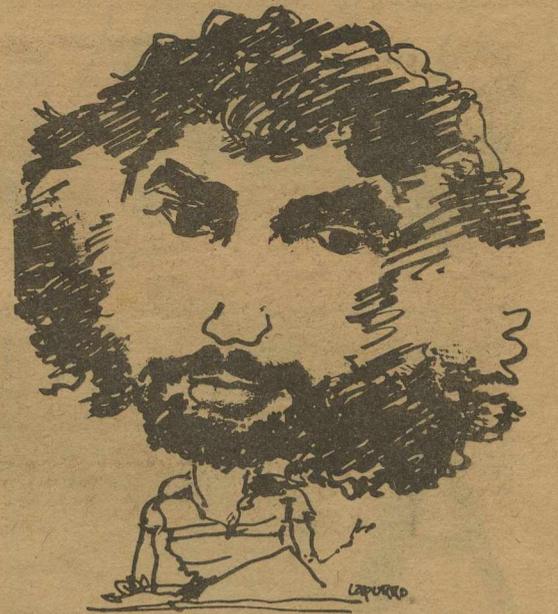
Outras questões que polarizaram as discussões (veja ao lado as resoluções aprovadas) foram a proposta de luta por nenhum aumento no segundo semestre, as próximas eleições da UNE (diretas ou em congresso), a questão do reconhecimento da UEE do Rio Grande do Sul como única entidade representativa e também uma moção de apoio ao ENTOES (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical). Esta proposta consumiu quase duas horas de discussões e duas votações. Na segunda votação, e pela primeira vez neste Coneb, foi necessário fazer a contagem dos votos. Resultado: por uma margem bastante apertada, o Coneb não aprovou a moção. Isto bastou para que uma parte do plenário passasse a cantar o coro: "até o final — Unidade Sindical". Sentindo que o resultado poderia ser mal compreendido, a diretoria da UNE se reuniu rapidamente e apresentou a ressalva de que a não aprovação da moção não significava que o Coneb tinha se posicionado contra o ENTOES. Ao mesmo tempo a diretoria propunha uma moção de apoio à luta dos trabalhadores pela liberdade sindical. Para esse resultado influíram, certamente, a falta de informações

sobre o ENTOES e o resultado do encontro preparatório de São Paulo (veja *Movimento*, edição N° 260).

E finalmente a UEE gaúcha foi reconhecida pela UNE

Sobre a questão do Rio Grande do Sul (onde a UNE não reconhecia nenhuma das duas entidades que se apresentavam como representantes dos estudantes: a UEE e o DEE), surgiram três propostas: a primeira delas, apresentada em nome da diretoria da UNE, propunha uma reunião de todas as entidades gaúchas, presidida por Rui Cesar, para marcar eleições unitárias para a UEE. Um dos membros da UEE apresentou a proposta que acabou vencedora e o DCE da Universidade de São Paulo surgiu com uma proposta que dizia reconhecer que há divisão no movimento estudantil gaúcho e ao mesmo tempo reconhece a UEE. E sugeria que a UNE, juntamente com a UEE, convocasse as entidades estudantis do Rio Grande do Sul para uma reunião que decidiria a questão. A primeira proposta, que foi a aprovada no último Coneb (Conselho Nacional de Entidades Gerais) e referendada na reunião da diretoria da UNE realizada posteriormente em São Paulo, foi apresentada por Marcelo Barbieri e defendida apenas por diretores que dizem ter feito autocrítica das posições da chapa *Mutirão* (a atual diretoria). Antes de entrar em regime de votação a diretoria da UNE reuniu-se ao lado da mesa e decidiu retirar a paternidade da proposta. Ela seria mantida apenas como a proposta do último Coneb.

Apesar de algumas indefinições e oscilações, como a que se evidenciou sobre a questão do Rio Grande do Sul e de ter perdido a proposta de realização das próximas eleições de forma direta, a diretoria da UNE conseguiu fazer aprovar a grande maioria de suas propostas. O Coneb referendou todas as suas proposições a respeito das lutas políticas e das lutas relacionadas com o ensino, além das questões internacionais. No restante, o Coneb teve o mérito de "atropelar" as divergências internas da diretoria. O peso das decisões é considerável, levando-se em conta que foram aprovadas pela maioria das entidades de base, às quais caberá diretamente a tarefa de executá-las.



Rui Cesar, presidente da UNE

As decisões do encontro estudantil

Estas são as principais resoluções aprovadas pelo Coneb:

1) Campanhas e lutas relacionadas com a universidade:

A) por mais verbas para a educação, definindo-se o índice de 12% do orçamento federal para a educação como meta.

B) nenhum aumento de anuidades no segundo semestre, cabendo a cada escola ou região definir as formas de luta a serem adotadas. (Estas duas primeiras foram definidas como as prioritárias).

C) pela democratização da universidade.

D) pela federalização das escolas falidas.

E) contra subsídios para escolas particulares, ressaltando-se casos de escolas como as de universidades católicas.

F) pelo ensino público e gratuito para todos.

A forma de luta por estas reivindicações e especialmente pelas duas primeiras será uma greve nacional de três dias, provavelmente em 10, 11 e 12/8, em conjunto com a greve dos professores. Nos dois primeiros dias serão promovidas discussões nas escolas juntamente com os professores e o terceiro será um Dia Nacional de Luta, com manifestações de rua. Em data a ser marcada a UNE convocará o VI Coneb para avaliar os resultados do movimento e definir o seu prosseguimento.

2) Questão do Rio Grande do Sul:

A) a UNE revoga a decisão de propor novas eleições unitárias para os estudantes gaúchos.

B) reconhece a UEE como a única entidade estadual representativa dos estudantes gaúchos.

C) a diretoria da UNE comparecerá ao Rio Grande para expor sua decisão às entidades de base gaúcha e para convocá-las para o próximo CEE.

3) Política Nacional:

O Coneb referendou todas as propostas aprovadas pela diretoria da UNE na semana anterior (ver a edição passada de *Movimento*), acrescentando uma campanha pela reintegração dos sindicalistas cassados.

4) Questão internacional:

A) solidariedade aos estudantes latino-americanos.

B) apoio à luta dos povos africanos contra o colonialismo e o racismo.

C) Um dia de protesto durante a visita do general Figueiredo ao Chile.

5) Próximas eleições:

O Coneb posicionou-se pela realização das eleições no congresso que será realizado na segunda semana de outubro em São Paulo. Mas esta posição foi tomada apenas como um referencial para discussão nas escolas. Foi esclarecido que a única instância com poderes para decidir sobre esta questão é o próprio congresso, onde a questão será rediscutida.

6) Moções principais:

A) contra o pacote econômico de Delfim Netto, que influirá na questão das verbas.

B) apoio à realização do conclat (Congresso das Classes Trabalhadoras).

C) repúdio à Lei dos Estrangeiros.

D) pela indicação das Madres de La Plaza de Mayo para o prêmio Nobel.

E) apoio à reconstrução do sindicato rural de Conceição do Araguaia e em repúdio ao assassinato do líder da oposição, Raimundo Ferreira Lima, o "Gringo".

Acordo nuclear:

José Maurício de Oliveira

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência vai propor ao Estado, em nome da comunidade científica, a suspensão do programa nuclear brasileiro e a realização de um amplo debate sobre os vários aspectos da questão, que deverá culminar na realização de um plebiscito nacional a respeito da utilização dessa forma de energia. A proposta foi aprovada por unanimidade na assembléia geral realizada na quinta-feira à noite, como parte dos trabalhos da 32ª reunião anual da entidade, encerrada sábado, no Rio.

A questão nuclear acabou sendo um dos principais temas do encontro que mobilizou sete mil cientistas, professores, estudantes e intelectuais durante uma semana, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na terça-feira à tarde, a política nuclear brasileira foi debatida numa mesa-redonda ("Programa nuclear, uma visão de dentro"), coordenada pelo presidente da SBPC, José Goldenberg, com a participação de mil pessoas.

Goldenberg disse que ficou "perplexo" com a decisão do governo federal de dar andamento ao programa nuclear, anunciando a implantação de dois reatores no

litoral de São Paulo. "Tudo indicava que as coisas estavam se encaminhando para uma solução de compromisso, na qual toda a retórica do acordo com a Alemanha permanecia. Mas, na prática, as coisas seriam adiadas e discretamente o assunto deixaria de ser foco de tanta discussão".

Pressões alemãs

Luis Pinguelli Rosa, secretário da Sociedade Brasileira de Física, em sua intervenção, denunciou pressões alemãs para o prosseguimento do acordo, lembrando que o presidente mundial da Siemens — empresa à qual a KWU está ligada — esteve no Brasil na época no anúncio da construção dos dois reatores em São Paulo, defendendo, em suas declarações à imprensa, a utilização da energia nuclear. O próprio embaixador alemão, segundo Pinguelli, reconheceu que a KWU utilizou vários expedientes para forçar o governo brasileiro a não "congelar" o acordo.

Entretanto, para Pinguelli, o fato novo mais importante ligado à política nuclear é o relatório dos organismos de segurança do Ministério das Minas e Energia, denunciando uma absurda conspiração "judaico-soviético-norte-americana" contra o acordo com a Alemanha. O empenho do governo em acobertar os responsáveis pelo relatório revela, segundo o físico, a existência de grupos fascistas organizados, atuando dentro do aparelho de Estado, que põem em risco a luta pela democratização do país.

O relatório da DSI do Ministério das Minas e Energia também foi objeto de

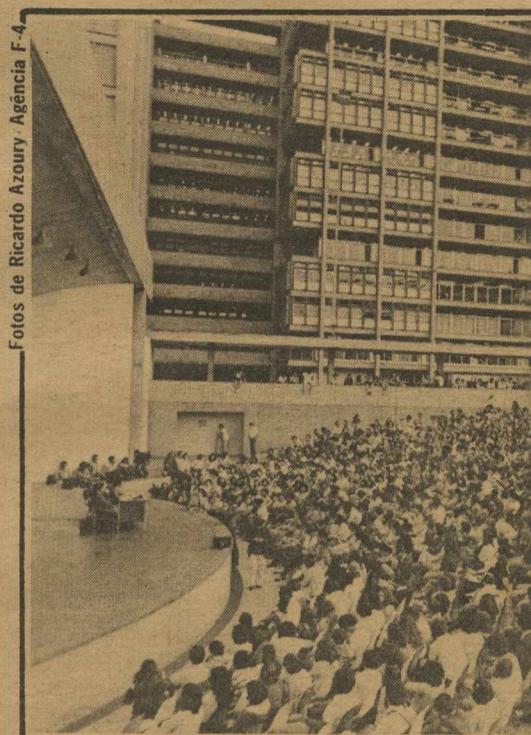
uma moção de repúdio aprovada por unanimidade na assembléia da SBPC.

Ainda nos debates sobre a questão, durante a mesa-redonda de terça-feira, um ex-funcionário da Nuclebrás denunciou um fato que, se comprovado, põe por terra um dos últimos argumentos não-militares que o governo vem utilizando para a defesa do acordo — a transferência de tecnologia alemã para o Brasil. Segundo o ex-funcionário, a maior parte dos documentos confidenciais com informações tecnológicas da KWU — aos quais ele afirma ter tido acesso — não passam de folhas de papel timbrado em branco e patentes de domínio público.

Repúdio a atentados

A assembléia da SBPC aprovou, ainda, moções de repúdio aos atentados sofridos pelo jurista Dalmo Dallari e pelas sedes do Comitê Brasileiro de Anistia e do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, exigindo do governo a mais ampla investigação sobre a atuação de grupos fascistas paramilitares.

A direção da SBPC vai se pronunciar, também, a respeito de vários aspectos envolvendo a política indigenista brasileira — um dos temas mais debatidos na reunião deste ano. Entre outros problemas, a assembléia aprovou uma moção de defesa da criação do parque Yanomani, em Rondônia, e um pedido de esclarecimento das perseguições que a Funai vem movendo contra indigenistas mais comprometidos com a luta das Comunidades Indígenas pelo direito à terra e à sobrevivência física e cultural.



Fotos de Ricardo Azoury - Agência F-4

A SBPC não é mais o único fórum dos g

Educação

Entre mais de três mil trabalhos, teses e debates, com cinco ou mais atividades importantes ocorrendo ao mesmo tempo, cada participante da 32ª Reunião Anual da SBPC tinha de se decidir rapidamente sobre o que assistir e enfrentar os sete mil transeuntes que subiam e desciam as rampas, disputando cada pedacinho de espaço nas salas e auditórios, para depois consumir com voracidade a fala dos intelectuais e cientistas de maior prestígio. Como num supermercado, constataria, sem fazer juízo de valor, qualquer observador.

Pelo critério de prestígio, certamente, Paulo Freire foi a estrela. Duas mil pessoas em pé, aplaudiram sem parar sua entrada em cena, terça-feira passada, na concha acústica da UFRJ — aplausos que valeram mais que a sessão pública em sua homenagem que a SBPC não realizou, "por motivos de política interna" explicaria depois Luiz Eduardo Wanderley, do Centro de Educação da PUC-SP, que o "apresentou" ao público.

Como o tema central da SBPC deste ano foi "Ciência e Educação para uma Sociedade Democrática", pode-se dizer que as figuras mais importantes foram Paulo Freire e seu grupo, do *Institute D'Action Culturelle* — Rosiska Darcy de Oliveira, Miguel de Oliveira e o cartunista Claudius. Nas várias mesas-redondas de que participou, um tema constante: a relação entre a educação e os movimentos populares.

Na terça-feira à tarde, o tema do grupo foi a experiência de educação de base na Guiné-Bissau. Na introdução, Paulo Freire expôs o que talvez seja a questão central de suas concepções: a educação, sozinha, não pode ser responsável pela transformação radical da vida cotidiana e do homem. Ela só pode agir nesse sentido na medida em que a própria sociedade esteja empenhada na ruptura das práticas e instituições "velhas". Mais: não há modelos para uma educação comprometida com os movimentos populares. É a prática concreta que aponta as necessidades a serem preenchidas pelo sistema edu-

OPINIÃO

A democracia, sob o microscópio dos cientistas

Perseu Abramo

O Estado brasileiro já não está mais conseguindo resolver nem os problemas da própria classe dominante a que serve. É assim que se poderia resumir o diagnóstico mais geral que transparece das exposições e dos debates da maior parte das atividades da 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Não que o Estado tenha sido o tema central das centenas de mesas-redondas, simpósios, conferências e cursos que se realizaram durante a semana passada no enorme e monstruoso edifício da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A temática central desta 32ª Reunião Anual foi "Ciência e Educação para uma Sociedade Democrática". Dentro desse tema — e fora dele — sete mil participantes, entre cientistas, professores universitários e de primeiro e segundo grau, estudantes de graduação e de pós-graduação, pesquisadores e curiosos, tentaram fazer um balanço crítico de como andam as coisas no Brasil.

A primeira conclusão óbvia — em praticamente todos os casos — foi a de que não vivemos numa democracia. Mas os expositores e debatedores não ficaram nisso, e foram mais além. Difícil mente se conseguirá democratizar de verdade as várias áreas sociais — da educação à saúde, da pesquisa universitária ao trabalho feminino, do índio ao menor nos quadros atuais da sociedade

brasileira.

É claro que muitos foram os que apontaram decididamente a superação do capitalismo e a construção do socialismo como a única forma de resolver os problemas globais e setoriais diagnosticados. Nem todos estes, contudo, se puseram de acordo sobre o que fazer até lá. Cruzar os braços e esperar que o socialismo caia do céu? Abandonar tudo e partir já para obtê-lo? Ou ir construindo a futura sociedade desde logo, nos quadros da sociedade capitalista?

A questão foi colocada no início da semana, na primeira mesa-redonda que atraiu multidões à concha acústica do *Campus*, ("democracia e socialismo") na segunda-feira à tarde. O poder — disse José Álvaro Moysés — não se concentra apenas no aparelho do Estado, mas vive em todas as esferas da sociedade. Portanto, a transformação não se resumirá em tomar de assalto o poder, mas implica uma participação democrática das bases em todos os níveis em que existe o poder.

Sob outras palavras e outras roupagens, a mesma temática foi retomada — não por acaso, certamente — em vários outros debates, principalmente nos campos da saúde e da educação. É, de certa forma, o que aparece no discurso de Marilena Chaui sobre democratização, em geral, e sobre democratização da cultura e da educação, em particular. E os parâmetros do pensamento liberal já não conseguem encaminhar soluções para os problemas que o próprio sistema capi-

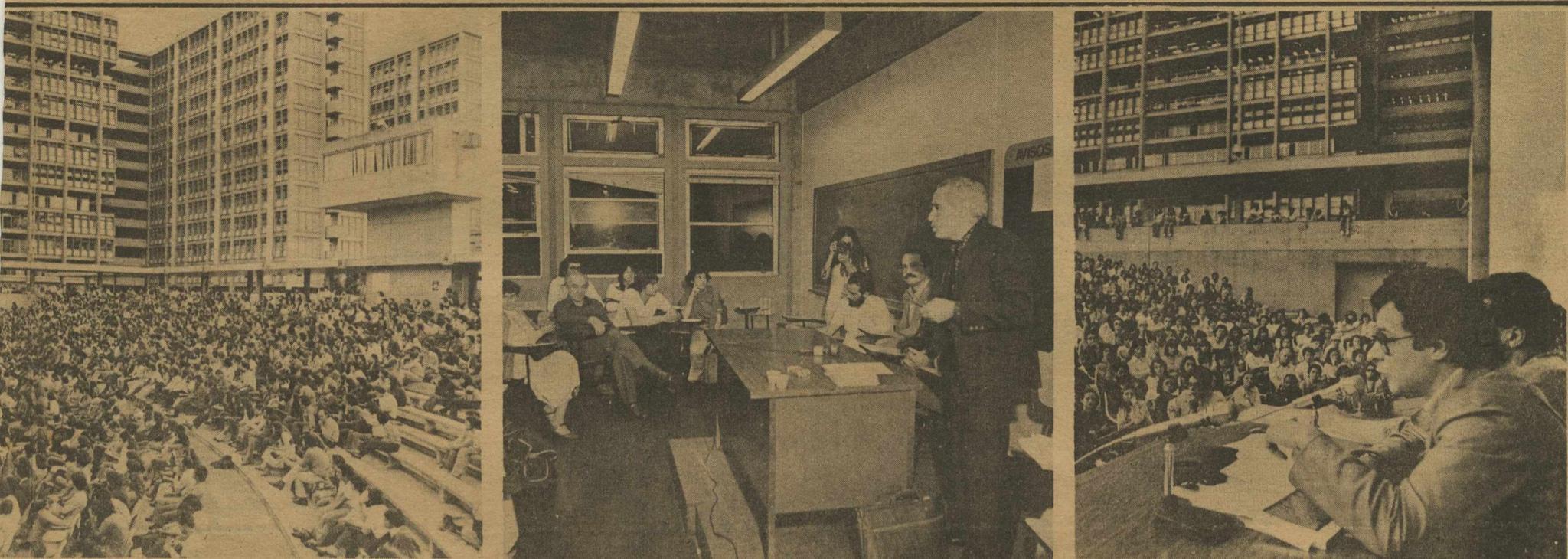
talista gerou. O liberalismo é autoritário, — diz Maria Silvia de Carvalho Franco, num aparente paradoxo, mas precisando com extremo rigor o conceito, no simpósio sobre as perspectivas de desenvolvimento da Universidade. Por essa e outras razões, não parece fácil aos liberais e socialistas chegar a um acordo sobre como transformar a sociedade, nem em que direção.

Os cientistas reunidos não chegaram a apontar soluções definitivas para resolver os dilemas do Estado brasileiro em crise. Refreiam-se, como seria de esperar, às diversas propostas que têm surgido no campo científico e no campo político. Desde a Constituinte, como querem o filósofo Fausto Castilho e o prefeito Tito Costa, até a associação dos ex-internados da Funabem, nas palavras de Lia Junqueira, ou a escola de tempo integral, velho sonho de Anísio Teixeira defendido reiteradamente por Darci Ribeiro. Ou as oito sugestões, extremamente simples e extremamente revolucionárias, do professor e pesquisador Warwick Kerr.

A SBPC — e as suas reuniões anuais — já não constituem mais, evidentemente, como o eram há alguns anos, o único fórum dos grandes temas nacionais. Hoje em dia, a sociedade civil já dispõe de outros instrumentos, quicá mais eficazes. Mas, não resta dúvida, a reunião anual da SBPC é, ainda, o grande e específico fórum não-governamental do debate sobre as intrínsecas relações entre a ciência e a política. Como, do lado do governo, o é a Escola Superior de Guerra.

a SBPC que reuniu, na semana passada, no Rio, sete mil cientistas

o povo deve decidir



os grandes temas nacionais. Mas ainda atrai milhares de interessados, por ser o local privilegiado do debate sobre as relações entre a ciência e a política.

popular, índios, violência nas cidades: os temas empolgantes

acional, bem como sua própria estruturação.

A apresentação da experiência de reorganização do sistema educacional da Guiné-Bissau numa situação de transição revolucionária, feita pelos outros membros do grupo, deram a dimensão concreta às teses de Paulo Freire. Por exemplo, Rosiska Darcy de Oliveira contou a história do trabalho do grupo na Guiné. Convidados para organizar um sistema nacional de educação de adultos, eles resolveram, após muitos debates, iniciar um trabalho experimental numa aldeia. Várias dificuldades travaram o projeto, entre elas, a ausência de uma língua unitária — o português era a fala do colonizador e os dialetos locais ainda não receberam codificação escrita.

Mas a educação se ligou à vida pela porta dos fundos. Tendo que estudar à noite, os moradores da aldeia tiveram que organizar uma horta coletiva para poder comprar candeieiros e óleo para iluminar a sala de aulas, uma vez que um Estado pobre, como o da Guiné, não podia exercer a função de fornecedor de serviços. Da horta coletiva acabaram surgindo os temas que relegaram o trabalho de alfabetização a um segundo plano: a coletivização do trabalho e sua repercussão na vida cotidiana da aldeia, técnicas do plantio etc. A partir dessa experiência, foi possível sistematizar um modelo de educação que se ligava aos problemas concretos da Guiné em transformação e o início da ruptura com o sistema educacional herdado dos colonizadores portugueses, responsável pela reprodução das desigualdades sociais que interessavam aos dominadores.

A mesma questão já havia sido ilustrada por Miguel de Oliveira pela manhã, na mesa redonda "Reinvenção da educação pelos movimentos sociais", ao relatar a luta dos operários italianos, no início da década de 70, por um sistema educacional alternativo, gerido por eles, comprometido com a elucidação das questões propostas por um movimento operário que iniciava o trabalho de

colocar em questão não só a exploração a que estavam submetidos os trabalhadores em sua dimensão imediata — como a luta salarial, por exemplo — mas a própria gestão e organização do sistema produtivo como um todo.

Índios

Mas não só Paulo Freire mobilizou massas na SBPC. Uma outra questão lotou os espaços da concha acústica e dos auditórios maiores da UERJ: a luta dos índios brasileiros pelo direito à terra, à identidade cultural e à própria sobrevivência física. Várias mesas-redondas, debates e simpósios denunciaram o etnocídio que vem sendo praticado contra as comunidades indígenas, com a cumplicidade criminosa das próprias instituições oficiais.

O assassinato de lideranças indígenas, como o kaingang Angelo Kretan, o pan-karare Antonio de Lino e vários outros, foi objeto de repúdio. Foram denunciadas as invasões de várias regiões indígenas por agroindústrias, sob a complacência de autoridades locais, como o caso da Rondônia — que foi tema de uma mesa-redonda em defesa da criação do Parque Yanomani. E a própria atitude da Funai (Fundação Nacional do Índio) que não só vem se omitindo em relação aos crimes cometidos, como ainda está reprimindo seus funcionários mais comprometidos com a luta indígena, como mostra a demissão recente de 38 antropólogos, médicos e funcionários de postos empenhados na organização da Sociedade Brasileira de Indigenistas — foi alvo de moções e críticas por parte dos participantes das atividades relacionadas com o tema.

Porém, mais do que denúncias, os aspectos mais importantes dos debates relacionaram-se com as medidas que vêm sendo tomadas para o avanço das lutas de resistência entre os índios. O antropólogo Darci Ribeiro, anunciou a convocação do 4º Tribunal Bertrand

Russel, que se reunirá a partir de novembro, na Holanda, para debater e julgar os crimes cometidos contra os índios nas Américas. Embora não disponha de força legal, o Tribunal Bertrand Russel é um dos mais importantes mobilizadores da opinião pública internacional em relação às questões de que trata, como demonstra a sua ação em relação aos crimes cometidos pelos norte-americanos no Vietnã e as torturas e a violência policial nos países latino-americanos submetidos a ditaduras militares.

Mais importante talvez do que o anúncio da constituição do Tribunal foi o debate sobre a estruturação da União das Nações Indígenas, criada em junho, em Brasília, com a participação de representantes de 15 nações indígenas. O debate — iniciado na segunda-feira e encerrado na terça — contou com a participação de representantes de comunidades indígenas, como Mario Juruna, Domingos Terena e Amplan, da nação Shuar, do Equador, que relataram a mais de 500 pessoas as atrocidades que vêm sendo cometidas contra seus grupos, o esforço de organização e suas principais reivindicações.

Violência

E, finalmente, nem os antropólogos foram poupados das críticas. Darci Ribeiro, que coordenou a mesa-redonda "por uma antropologia mais leal: como devolver aos índios o que aprendemos deles" acusou-os de estarem, em sua maioria, produzindo conhecimentos totalmente desvinculados da luta dos índios pela sobrevivência, baseados em critérios falsos e isentos e assécticos, sem qualquer preocupação política e humanitária. O antropólogo defendeu a criação de uma "Ciência Social de Devolução" e anunciou sua disposição de produzir textos voltados para as próprias comunidades indígenas, com o objetivo de permitir-lhes a reapropriação de sua história.

Mas a intelectualidade não poderia estar imune às preocupações das classes médias urbanas. Daí a importância que acabou adquirindo na SBPC deste ano a questão da violência nas cidades, objeto de quatro mesas-redondas. Mas, em todas elas, uma preocupação: demonstrar a existência, por trás da verdadeira histeria que está sendo estimulada principalmente pela grande imprensa, rádio e televisão em torno do pretensão aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos, dos interesses das classes dominantes, empenhadas em manter intacto e até expandir o aparelho repressivo do Estado.

Para os cientistas sociais, não é novidade a exortação para que a sociedade se unifique em torno da luta contra um "inimigo comum", quando o Estado enfrenta uma crise profunda de legitimidade. Desta vez, o alvo seria o banditismo. Mas o verdadeiro atingido são as classes populares, submetidas, segundo o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, a um estado de "apartheid social" permanente, em razão da autonomia e da arbitrariedade com que sempre agiram os aparatos policiais. Nas conclusões, um consenso: somente o desmantelamento do aparato repressivo e o enfrentamento radical das desigualdades sociais — e não a pena de morte e outros expedientes do tipo — podem dar conta do problema.

Um balanço das questões que mais atraíram público na SBPC ainda teria que dar conta de temas como a reforma agrária e o avanço da luta dos trabalhadores do campo, questões ligadas à sexualidade e à situação da mulher na sociedade, o avanço das lutas sindicais dos trabalhadores da cidade, a crise econômica, debates em torno da democracia e do socialismo. O que indica um objeto preferencial para a voracidade intelectual no supermercado do conhecimento científico: as classes populares.

(J.M.O.)

Em meados de fevereiro, cerca de 50 mil camponeses, filiados à Associação dos Trabalhadores do Campo (ATC), realizaram uma passeata na Praça da Revolução, em Manágua. Seu objetivo era exigir que o governo interrompesse a devolução de terras ocupadas por pequenos produtores ou confiscadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA). A demonstração pretendia frustrar a ação dos antigos proprietários, latifundiários que haviam recorrido, em parte com sucesso, ao governo, reclamando que os camponeses da ATC, com as ocupações, estavam excedendo os regulamentos da reforma agrária.

Este incidente é apenas uma pequena ilustração dos problemas com que se defronta o governo sandinista, um ano após a vitória contra a ditadura Somoza dia 19 de julho do ano passado: um esforço do qual participaram não apenas os camponeses e os operários explorados, como também os setores mais conservadores que se juntaram à luta anti-somozista. Está mesma aliança de classes — com exceção de alguns setores empresariais que se afastaram — está presente hoje no Governo de Reconstrução Nacional (GRN), sob a direção sandinista. Assim, de uma forma geral, a questão é como realizar, de maneira comum, a reconstrução do país, conciliando os interesses e os direitos conquistados pelos trabalhadores na luta, com os interesses dos setores conservadores, cujos direitos foram parcialmente mantidos como parte da aliança.

“O exército é a base para todas as mudanças”

José Acevedo Vogl, da Frente Sandinista (FSLN), explica como acha que se dará o trabalho de reconstrução em comum: “as leis do capitalismo continuarão a funcionar, mas de maneira controlada e dentro de certos limites. Estes serão progressivamente estreitados à medida que as novas relações de produção tomarem o seu lugar, criando a base sólida de uma nova economia”. Pedro Cerda, vice-ministro do Planejamento Econômico, acrescenta que “alguns dos benefícios que geralmente ficam nas mãos dos interesses empresariais privados, passarão a servir aos interesses do país”. De uma forma geral, o objetivo do GRN



Membros da liderança da FSLN e da Junta: Henry Ruiz, Sérgio Ramirez, Carlos Nuñez, Jaime Wheelock, Tomas Borge, Bayardo Arce, Luís Carrion, Humberto Ortega, Moisés Hassan

A luta para “cercar a burguesia”

é “aumentar a produção ao mesmo tempo em que se redistribui a renda”, o que exige “uma crescente integração e participação das organizações populares” em todas as áreas da economia.

Os sandinistas tomaram diversas medidas, no sentido de controlar as atividades econômicas. A base deste controle, segundo os sandinistas, é o exército: “geralmente”, diz Jaime Wheelock, ministro da Agricultura e da Reforma Agrária, “a mais importante característica da burguesia é o fato de ela estar armada. Na Nicarágua o que importa é que o povo está armado; o Exército (sandinista) torna-se a base para todas as mudanças”. Com isso em mente, foi criado o Exército Popular Sandinista sobre os escombros da antiga Guarda Nacional somozista, assim como as Milícias Populares Sandinistas, mais recentemente.

Foi com base em seu exército (única força armada no país) que os sandinistas impuseram uma série de medidas: primeiro, a expropriação dos bens de Somoza (154 empresas e cerca de 20% das terras aráveis do país, estatizadas em ambos os casos); depois a estatização de todos os bancos comerciais (que seria uma forma de “cercar a burguesia”, tirando de suas mãos o controle financeiro); e enfim,

também a estatização do comércio de exportação dos produtos agrícolas principais (algodão, café, açúcar e carne), que rendem dois terços das divisas do país.

Mais recentemente, a FSLN deu outros passos. Um dos mais importantes foi a indicação de um sandinista para o lugar do empresário Roberto Mayorga no ministério do Planejamento Econômico, ampliando o controle dos ministérios-chave ao lado da Defesa, Interior e Agricultura e Reforma Agrária. Outra medida foi o controle sobre o único setor onde as multinacionais têm maior presença: a mineração de ouro.

Para os operários e camponeses obterem o poder

Mas a área crítica onde os sandinistas estão aumentando o controle estatal é a agricultura, que além de fonte de divisas para o país, é a fonte de renda direta ou indireta para 70% dos nicaraguenses. O INRA controla 25% das terras aráveis. Embora restrito na área de terra, ficando mais da metade desta para os grandes latifundiários e o resto com os pequenos produtores, o controle do INRA se amplia de forma indireta. Assim, a capacidade produtiva de algodão cabe em maior parte aos latifundiários (67%, contra

25% aos pequenos produtores e 8% ao INRA), mas o INRA controla a exportação e 50% do total dos equipamentos de processamento. Tem apenas 10% do gado (contra 20% para os grandes e 70% para os pequenos produtores), mas controla 80% dos matadouros. Quanto ao café, o INRA tem o controle de 15% das terras e 70% do processamento. O Instituto pretende também alterar a distribuição da terra, usando campos de algodão para produzir cereais — com melhora no fornecimento para o mercado interno, muito fraco hoje, pesando naturalmente sobre os salários.

Estes avanços relativos no controle da economia, são apoiados de fato por um esforço mais amplo na área política, principalmente entre os setores populares. “Nós estamos preparando os operários e camponeses para que eles possam exercer o poder político”, disse um dos líderes sandinistas às “brigadas” de alfabetização, talvez a maior campanha popular lançada até agora pelo governo: cerca de 200 mil pessoas saíram pelo país em uma “cruzada” de cinco meses para “erradicar totalmente a ignorância”, usando inclusive métodos do brasileiro Paulo Freire. Com 60% de analfabetos no país, “do ponto de vista econômico, a alfabetização é uma campanha

crucial”, como disse um dos membros do governo. “É que o passo seguinte será dar capacitação técnica (aos trabalhadores) para elevar a produção”, acrescentou.

Um claro boicote dos empresários e latifundiários

O esforço popular tem uma meta mais imediata na organização dos setores populares e sua integração ao Estado, cujo passo mais importante foi a criação em maio do Conselho de Estado, com funções legislativas consultivas, e onde os sandinistas fizeram o seu maior avanço até agora para “cercar a burguesia”, isto é, forçá-la a aceitar a correlação de forças e direcionar suas atividades menos no rumo dos lucros e mais no interesse da maioria da população. No Conselho, de 47 membros, 24 são sandinistas e suas organizações (sindicatos, comitês de defesa de bairro, associação de mulheres e de jovens); 3 são da Frente Patriótica que apoia a FSLN (inclusive o Partido Socialista Nicaraguense, o PC pró-Moscou); 14 cabem a outros partidos, sindicatos, organizações da Igreja etc.; e apenas seis vão para os empresários (há 29 organizações no Conselho).

Este remanejamento do Conselho (que deveria ter 33 membros, cabendo maior proporção aos empresários, às custas das organizações populares) custou à FSLN o desmantelamento da Junta de cinco membros que governa o país, com a saída dos dois grandes empresários, Alfonso Robelo e Violeta Chamorro, que passaram a acusar os sandinistas de “totalitarismo” e de querer provocar “o caos” no país. Eles foram substituídos por dois outros representantes da burguesia (Arturo Cruz e Rafael Cordova), mostrando que a aliança continua de pé. Mas esta foi apenas a primeira demonstração de força da classe, que continua em pé de guerra, pelo menos entre os seus setores mais poderosos. Os exemplos dessa luta são vários, tanto no campo político como no econômico. Os investimentos cairam muito, cabendo ao Estado fazer este ano 90% das novas inversões e contribuir com 40% do Produto Nacional Bruto. Muitos latifundiários e empresários estão boicotando claramente a produção — meta maior do GRN — e a “fuga” de capital para o exterior é alta, cerca de US\$ 60 milhões este ano. A idéia de Robelo e do Partido Democrático Conservador, por exemplo, é mostrar que “o clima de anarquia” impede “uma ativa cooperação de todos os setores no processo produtivo”: isto é, caso a FSLN tente conter a burguesia, a aliança está falida.

Vitória operária

A agitação social parece, no momento, ter sido freada na Polônia. O retorno à calma — após seis dias de movimentos de protesto contra a alta dos preços da carne — permanece porém precário, segundo informa o Comitê de Defesa Operária (KOR), a principal organização oposicionista.

Para evitar uma extensão das greves operárias que se iniciaram na semana retrasada, as autoridades foram obrigadas a fazer uma série de concessões aos trabalhadores. Inicialmente, elas aceitaram aumentos de salários de cerca de 10% nos complexos operários onde a determinação de luta era maior, sobretudo no combinado de máquinas agrícolas de Ursus, de onde foram deflagradas as greves de 1976. Em seguida, elas aliviaram, ou mesmo suprimiram, o novo ritmo de trabalho, definido paralelamente às altas de preços com o objetivo de aumentar a produtividade. Finalmente, ela só aplicará com

grande prudência os aumentos de preço que deveriam entrar em vigor no dia 1º de julho.

Procurando assegurar-se uma margem de manobra, a direção do Partido havia decidido só estender pouco a pouco as altas ao conjunto do território. Diante das ações operárias, ela freou o movimento.

Segundo *Le Monde* (9/7/80), as subvenções ao consumo alimentar custam ao Estado polonês uma soma considerada "exorbitante" e para que a carne seja oferecida aos consumidores a "seu preço real", seria necessário que a alta de preços fosse de 50% a 100% e não de apenas 14,2% a 20%, como ocorreu. Outra dificuldade enfrentada pelo governo de Varsóvia é a inflação, que já atingiu nos quatro primeiros meses deste ano a taxa de 5,4% (conforme declarações oficiais reportadas pela agência UPI). Com os aumentos de julho, prevê-se que a inflação polonesa atinja seu recorde até o final de 1980.

Mulher prá Khomeini só com véu

O endurecimento do regime islâmico do Irã parece contar com o apoio de uma parcela significativa da população. Pela primeira vez, no dia 8, sete traficantes de drogas foram executados em praça pública. Por outro lado, milhões de pessoas se manifestaram, no dia 4, em várias cidades do país, em apoio à islamização intensiva proposta pelo aiatolá Khomeini.

Em Teerã, os manifestantes, em número de 500 mil, substituíram pouco a pouco suas palavras de ordem contra o imperialismo americano, por outras contra as organizações de esquerda. Um manifesto de 16 pontos reivindica

a dissolução dos dois principais partidos de esquerda — o Fedayin (marxista) e o Mujahidin (muçulmano progressista) — uma intensificação dos expurgos nos ministérios, maior "severidade" nos tribunais islâmicos e o restabelecimento sem concessões do vestuário muçulmano. Um grande número de mulheres vestidas com o *chador* (indumentária tradicional), desfilou gritando: "a honra da mulher muçulmana está em seu véu". No dia 5, sob os insultos dos partidários da "linha do imã" (Khomeini), cerca de duas mil mulheres se manifestaram contra a obrigatoriedade de usar o *chador* nas repartições públicas.

Férias sob bomba no país basco

Uma nova onda de atentados a bomba sacode a Espanha. No dia 6, bombas foram lançadas em duas igrejas de Bilbao, no País Basco, sem fazer vítimas. Em San Sebastian, também no País Basco, duas outras bombas explodiram no dia 5, destruindo um bar e vários veículos num estacionamento. As operações, que já receberam a denominação de "guerra das férias", estariam sendo conduzidas pelos separatistas bascos da

ETA com o objetivo de prejudicar as atividades turísticas da Espanha. Num comunicado enviado à Agência France Presse, a ETA afirmou que poderá pôr fim aos atentados se "se abrirem perspectivas reais para a resolução dos problemas da anistia para os presos e exilados, de integração institucional de Navarra à Euskadi (País Basco) e de evacuação das forças da ordem pública do território basco".

A contra-revolução cultural

Segundo o *Daily News*, de Hong Kong, que cita fontes de Pequim, o Comitê Central do Partido Comunista da China finalizou um documento sobre a Revolução Cultural e sobre o papel desempenhado nela por Mao Tsé-tung e a qualificou como "uma catástrofe monumental". O documento elaborado sob a direção do secretário geral do Partido, Hu Yaobang, considerado próximo de Deng Xiaoping, sublinha que não havia nenhuma linha revisionista na China antes do início da Revolução Cultural, e que esse movimento, lançado por Mao para "se opor ao revisionismo", cons-

tituiu-se num "golpe de espada no ar". O documento aponta 13 personalidades, que jogaram papel destacado durante a Revolução Cultural, como "traidores" do povo chinês. São elas: Lin Biao, Jiang Qing (viúva de Mao), Kang Sheng, Chen Boda, Zhang Chunqiang, Yao Wenyuan, Wang Hungwen, Hsieh Fuzhi, Ye Qun, Huang Yunsheng, Wu Faxian, Li Zuopang e Qiu Huizuo. Entre elas, Lin Biao, Kang Sheng, Hsieh Fuzhi e Ye Qun estão mortos e os membros da "gang dos quatro" (Jiang Qing, Zhang Chunqiao, Yao Wenyuan e Wang Hungwen) estão presos, aguardando julgamento.



A maior força convencional alemã poderá ser apoiada pelo poderio nuclear da França: a bomba de nêutron, principalmente, ou seu míssil "Plutão" (à esquerda)

FRANÇA-ALEMANHA

Nova força militar

"Os povos irmãos" serão "os pilares da construção européia"

A Europa se distanciou um pouco mais da tutela americana após a visita do presidente francês, Giscard d'Estaing à Alemanha Ocidental. Recebido com "um calor excepcional", Giscard chamou a atenção para os vínculos militares entre os dois países, propondo que "os povos irmãos" sejam "os pilares da construção européia", destinada a recuperar para o Velho Continente "seu papel e sua influência no mundo".

Giscard e Schmidt, chanceler alemão, parecem em vias de efetivar um "pacto" militar, proposta ainda mal definida do presidente francês. A idéia seria unir a maior força convencional alemã à força nuclear francesa, com sua bomba de nêutron e os submarinos atômicos (ambos prontos para entrar em produção). Segundo acordos que datam da II Guerra, a França tem 50 mil soldados em território alemão, e esta pode ser a base do "pacto". A questão no entanto é que, como força de dissuasão contra um eventual ataque soviético, a bomba de nêutron precisa ser montada na própria Alemanha. Não se sabe se isto ocorrerá. A imprensa alemã parece dar como coisa certa. Schmidt disse apenas que os dois países "contribuíram para o

equilíbrio de poder entre o Leste e Oeste".

Os dois foram os únicos líderes ocidentais a se encontrar com o presidente Brejnev da URSS, desde a invasão soviética do Afeganistão, quebrando o "gelo" que os EUA queriam impor a Moscou e efetivamente se afastando da liderança dos EUA. O encontro de Schmidt foi o mais importante, resultando numa proposta soviética para limitar os mísseis nucleares de médio alcance na Europa. Após a visita de Giscard a Bonn, a URSS fez nova proposta, agora sobre as tropas de infantaria na Europa Central: além dos 20 mil homens que Moscou já se oferecera para retirar da Alemanha Oriental, unilateralmente, a URSS retiraria mais 20 mil em vários países, caso os EUA reduzissem suas tropas européias em 13 mil soldados.

Sobre a proposta soviética feita a Schmidt, o *Pravda*, órgão do PC soviético, esclareceu alguns pontos esta última semana. Após a decisão européia em dezembro de instalar os mísseis americanos Cruise e Pershing-II, para contrabalançar os SS-20 soviéticos, Moscou disse que só aceitaria negociar uma redução se aquela decisão fosse cancelada ou suspensa. Agora a URSS negociaria sem condições, e mesmo antes da

ratificação do acordo de limitação de armas nucleares de longo alcance (SALT-II), cuja assinatura os EUA cancelaram após a questão afegã. Segundo o jornal alemão *Die Welt*, que publicou o "protocolo secreto" (considerado verdadeiro) da conversa entre Schmidt e Brejnev, os soviéticos estariam interessados apenas nas armas americanas, e não nas européias e chinesas. No primeiro caso estaria a bomba de nêutron francesa, que os soviéticos pretendem discutir num eventual SALT-III, mas não agora. A agência Tass soviética fez uma lista das armas que interessam a Moscou, que vão dos mísseis de médio alcance na Europa (antes e depois de dezembro), aos bombardeiros baseados na Inglaterra e na Alemanha Ocidental, além dos Phantom ("nucleares") baseados em porta-aviões no Mediterrâneo e no Báltico. A dúvida, segundo o *Die Welt*, seria quanto aos SS-20: Moscou diz que estes são apenas uma modernização de arsenais já existentes, destinados a manter "o conjunto do equilíbrio estratégico" (leia-se nuclear intercontinental). Para Schmidt eles aumentam o poderio soviético a partir de 1970, de 600 ogivas nucleares para 1.350, sendo ainda mais eficazes.

MAURITÂNIA

Finalmente abolida a escravidão

"A escravidão está definitivamente abolida a partir de hoje na Mauritânia". Esta decisão foi adotada, no dia 5 de julho, pelo Comitê Militar de Salvação Nacional, instância suprema do país, reunido na capital, Nuakchott, sob a presidência do chefe de Estado, tenente-coronel Mohamed Khuna Uld Haidalla. Assim, o CMSN, que já havia se lançado à resolução de uma série de problemas políticos, econômicos e sociais (acordo de paz com a Frente Polisário, que luta pela independência do Saara Ocidental; reforma lingüística, para satisfazer as reivindicações dos negro-africanos; programa de austeridade, para endireitar as finanças; luta contra a corrupção etc.), acaba de atacar uma outra das pragas de que sofre a Mauritânia.

Por enquanto, essa medida tem sobretudo um efeito psicológico: resta ainda ao governo fazê-la aplicar. De fato, um dos componen-

tes essenciais da sociedade mauritana é constituído pelos *haratine*: de pele negra, esses escravos alforriados continuam a ser considerados como sua propriedade por vários de seus antigos senhores mouros. Chega a ocorrer, por exemplo, que os *haratine*, tendo abandonado seus senhores, lhes sejam restituídos, com a ajuda das autoridades locais.

Para facilitar a aplicação de uma decisão que representará um golpe nos interesses econômicos dos privilegiados e que não deixará de se chocar com a resistência da tradição, o CMSN cercou-se de precauções. Ele procedeu a uma ampla consulta junto aos *ulemás* (juristas muçulmanos), que declararam que "o Estado pode substituir os senhores para alforriar os escravos, da mesma forma como tem o direito de expropriar os bens individuais no interesse da nação". Uma comissão nacional, composta

de *ulemás*, economistas e administradores estudará os casos suscetíveis de indenização e fixará suas modalidades. Esse organismo deverá abrir caminho à reforma agrária indispensável ao desenvolvimento do país: quando o êxodo rural atingir proporções inquietantes, ele deverá entregar a terra aos que a trabalham, sobretudo os *haratine*.

A Mauritânia não tem o monopólio da escravidão. Esta suscita periodicamente reações indignadas — e freqüentemente hipócritas — no mundo, enquanto o tráfico de seres humanos e sua exploração vergonhosa continuam e são denunciadas pelos organismos internacionais. Segundo os especialistas da ONU, há mais de 250 mil escravos no mundo, sem falar de milhões de pessoas — em particular crianças — vítimas de práticas que se assemelham à servidão, sobretudo no terceiro mundo. (*Le Monde*)

Sem abdicar da luta armada, mas investindo principalmente na diplomacia, a OLP conta hoje com amplo apoio internacional

A maré alta dos palestinos

Mustafá Yazbek

"Tentaram matar-me mas falharam. Podem tirar minhas pernas, mas não minha vontade... Se todos os palestinos forem mortos, menos uma mulher, seus filhos continuarão a luta" — com estas palavras, o prefeito palestino Bassam Shakaa, se dirigiu à multidão que o recebeu em triunfo em sua volta a Nablus, na Cisjordânia ocupada, no último dia 9. Bassam Shakaa, que é hoje talvez o principal líder da Cisjordânia ocupada, perdeu as duas pernas num atentado terrorista cometido no dia 2 de junho, e desde então esteve recebendo tratamento médico na Jordânia, já que se recusava a ser medicado em Israel. Milhares de habitantes de Nablus saíram às ruas e a cidade foi enfeitada com bandeiras vermelhas, verdes e amarelas para saudá-lo em seu retorno.

O atentado contra Shakaa e outros dois prefeitos palestinos tem sido atribuído a organizações israelenses de ultradireita (sobretudo o Gush Emunin — "Bloco da Fé"), mas o governo israelense, que prometeu investigar rigorosamente o atentado e punir os culpados, até agora não prendeu nenhum suspeito. Como se sabe, grande parte dos votos com os quais o primeiro ministro Menachem Begin foi eleito foi devida à ação do Gush Emunin, e essa organização conta com ardorosos defensores no interior do Gabinete israelense, como o ministro da Agricultura, Ariel Sharon, um dos maiores defensores da implantação de colônias israelenses nos territórios árabes ocupados.

Na matéria seguinte, o repórter Mustafá Yazbek — que voltou recentemente do Líbano, onde acompanhou durante três meses as atividades da resistência palestina — lembra as principais fases da campanha política do povo palestino por sua independência nacional.

As soluções políticas que conduzem à criação de um Estado palestino (tendência que os acordos de Camp David, entre o Egito e Israel, procuram transformar numa questão de autonomia dos palestinos que se encontram vivendo nos territórios sob ocupação militar israelense) têm sido fortalecidas consideravelmente nos últimos anos, especialmente a partir de 1974. Nesse ano, o presidente do Comitê Executivo da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, falava perante a Assembleia Geral da ONU, onde foi recebido na condição de representante oficial do povo palestino. Também em 1974, a Conferência de Cúpula Árabe de Rabat reconhecia a OLP como única e legítima entidade representante do povo palestino.

À parte esses evidentes progressos, de todas as adversidades sofridas pela resistência nestes seis anos, os acordos de Camp David são encarados pelos palestinos como um dos mais sérios golpes políticos. Após a assinatura do tratado de paz entre Israel e Egito (o dia da assinatura da paz em



Com as duas pernas amputadas, Shakaa retorna triunfalmente a Nablus

separado, em Washington, a 26 de março de 1979, foi declarado dia de luto nacional pelos palestinos). Arafat afirmava que "as negociações legítimas a ocupação dos territórios árabes e condena o povo árabe da Palestina a um exílio perpétuo".

Entre a diplomacia e a luta armada

Movendo-se entre a luta armada e a busca do apoio diplomático, a resistência palestina opera num quadro bastante complexo, onde os governos árabes conservadores, mesmo quando manifestam alguma espécie de simpatia pelo movimento, procuram eliminar tudo que se aproxime de uma revolução ou de um processo de libertação nacional.

Depois da ocupação dos territórios árabes em 1967, o mês de setembro de 1970 — "setembro negro" para a resistência — marcou a conclusão sangrenta de um período durante o qual os guerrilheiros chegaram a ameaçar diretamente a própria existência do Estado monárquico da Jordânia. A guerra civil do Líbano de 1975/76, foi o movimento seguinte no processo de enfraquecimento da luta armada palestina, um processo que visava a aniquilação total da resistência. Os conservadores libaneses, com apoio de Israel e dos Estados Unidos, moveram uma violenta guerra aos palestinos e simultaneamente às forças da esquerda e da oposição em geral do país.

Mais de 60 mil mortos e um país seriamente atingido do ponto de vista material não decidiram o confronto — encerrado com a intervenção das tropas da Liga Árabe — em favor desta ou daquela força. É claro que a resistência sofreu um grande desgaste, mas ainda hoje o Líbano pode ser considerado o centro político e militar do movimento. Mais de 400 mil palestinos vivem no país, e,

em função das circunstâncias, a capital, Beirute, transformou-se em sede, ainda que nem sempre em caráter oficial, das principais organizações da resistência.

Se na Síria, onde há cerca de 300 mil palestinos, os militantes são mantidos sob estreito controle, tendo o governo de Damasco inclusive procurado manter sua influência através da criação e do fortalecimento da organização *Al Saika*, o mesmo não ocorre no Líbano. A mobilidade dos palestinos e sua organização nos campos de refugiados é consideravelmente ampla.

É ainda a partir do Líbano (o sul do país, junto à fronteira com Israel, é conhecido como *Fatahland*, a "terra da *Fatah*") que inúmeros grupos efetuam ataques aos povoados israelenses vizinhos, ataques nem sempre encampados ou feitos sob a direção da OLP, mas que provocam, claro, imediatas represálias, num eterno ciclo que não poupa civis libaneses e os palestinos abrigados nos campos espalhados pelo país. Em poucos minutos a sofisticada aviação israelense tem condições de sobrevoar os principais campos palestinos do Líbano, desde Tiro, no Sul, até Trípoli, ao Norte, operação que realizam praticamente imunes à defesa antiaérea palestina.

A reaproximação com o rei Hussein

Ao menos militarmente, a ação palestina em outras partes é restrita. Na Cisjordânia ocupada, por razões óbvias. Mas, nesse território, a OLP desempenha um papel importante na organização de movimentos como as poderosas greves nas principais cidades (Nablus, Hebron etc.) contra a ocupação, a repressão, contra medidas discriminatórias, contra os recentes acordos de paz e a constante criação

de novas colônias israelenses em terras ocupadas. No reino jordaniano, onde a população palestina ultrapassa um milhão de habitantes, só recentemente foi retomado um processo de reaproximação entre a resistência e o rei Hussein, quebrando um gelo que vinha desde setembro de 1970, quando violentos choques opuseram a guerrilha às tropas reais. Pouco numerosos no Iraque — cerca de 20 mil — os palestinos organizam-se, mas sempre mantidos ao alcance do controle oficial.

Mas é na ação da diplomacia que a OLP tem conhecido progressos significativos. No ano passado, apesar de uma resolução do Conselho Nacional Palestino (organismo equivalente a um parlamento provisório que reúne representantes de todas as organizações civis e militares palestinas) haver definido os Estados Unidos como "inimigo primeiro do povo palestino", esse raciocínio não tem sido estendido indiscriminadamente a todos os países do mundo capitalista. Por isso, a OLP, além da sustentação que já vinha lhe sendo dada pelas nações do "bloco socialista", tem procurado — e obtido — crescente apoio na Europa Ocidental. A Áustria foi o primeiro país da região a reconhecer a organização, permitindo a instalação de um escritório em Viena.

Decolagem rumo à Europa Ocidental

Entre as inúmeras conseqüências dessa decolagem diplomática rumo ao Ocidente, estaria a expulsão, em fins de 1979, da OLP da Líbia, e o fechamento de seus escritórios no país de Khadafi. Este chegou a declarar que compreendia a "posição dos libaneses que preferiam aliar-se ao inimigo, Israel, do que à *Fatah*", e deixou clara sua opinião de que a organização liderada por Arafat havia "perdido seu caráter revolucionário e não deveria mais representar o povo palestino". A mesma razão — aproximação do Ocidente — foi invocada pelos palestinos para justificar a atitude de Khadafi, ainda hoje, por sinal, insuficientemente explicada.

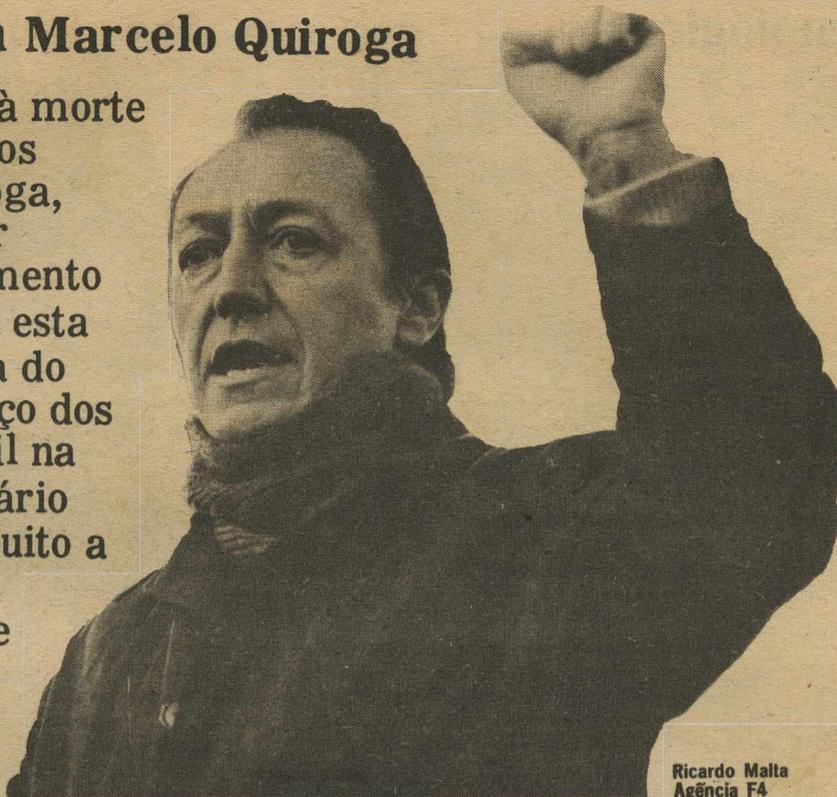
Importante no "cerco a Camp David", parte do peso político da OLP atualmente deve-se ao apoio dos países da região produtores de petróleo e portanto em condições de pressionar países do Ocidente no sentido do reconhecimento da organização. Claro que as razões que levam os governos a demonstrar tal apoio variam. Sem dúvida não são as mesmas da parte da absolutista, conservadora e pró-americana Arábia Saudita, que da parte do Iraque, próximo das posições soviéticas, para citar somente dois países. Mas é de um país não árabe, ainda que muçulmano, que tem vindo as principais manifestações de solidariedade e apoio à causa palestina. Em nome da luta antiimperialista, antisionista e do renascimento islâmico, o Irã é talvez o principal aliado que os palestinos conseguiram nestes anos. Dependendo das circunstâncias, seu papel pode vir a tornar-se decisivo no processo de luta dos palestinos pelos seus direitos.

Mustafá Yazbek

Do nosso
correspondente,
Licínio Azevedo

Entrevista com Marcelo Quiroga

Apesar de condenado à morte pelos fascistas, o líder dos socialistas, Marcelo Quiroga, vive tranqüilo, sem qualquer proteção especial, num apartamento em La Paz, onde nos concedeu esta entrevista. Ex-ministro da Energia do general Ovando Candia, no começo dos anos 70, nacionalizador da Gulf Oil na Bolívia, Quiroga deu um extraordinário salto nestas eleições, elevando muito a influência eleitoral da esquerda e transformando-se numa espécie de herdeiro dos velhos caudilhos, Zuazo e Estenssoro. Para ele, "este é o fim de uma era".



Ricardo Malta
Agência F4

Força nova na Bolívia

Movimento — Os militares bolivianos já estão preparados para a democracia? Vão aceitar os resultados das eleições?

Quiroga Santa Cruz — Pensamos que a maioria dos membros das forças armadas vai aceitar os resultados de bom grado. E há um setor minoritário que terá de aceitar de qualquer maneira. A realidade impõe isso independente do desgosto que possa ter provocado.

M — Mas ainda existe possibilidade de um golpe militar?

QSC — Não há condições internas nem internacionais para a execução de um golpe. Mas nunca se pode descartar de todo a possibilidade de uma aventura, de uma tentativa demente.

M — Fala-se que os militares argentinos incentivaram um golpe. Há verdade nisso?

QSC — Presumimos que pelo menos alguns setores das forças armadas argentinas, representadas aqui pelo adido militar, estavam desenvolvendo algumas atividades de estímulo a um projeto semelhante.

M — Se os resultados finais das eleições mantiverem mais ou menos o quadro atual, qual será a alternativa para a Bolívia? O Partido Socialista. Um apoiaria Siles Zuazo?

QSC — Não. Nós não apoiariamos nenhum dos candidatos. Não seria honrado que convertêssemos os votos dados conscientemente ao nosso programa e à nossa posição política, em votos a favor de uma opção diferente, contraditória. E nossos votos não serão indispensáveis para a solução do problema. A Unidade Democrática Popular (UDP), que tem a primeira maioria relativa, precisa dos votos de Paz Estenssoro.

M — Que esperaria de Siles Zuazo caso ele chegue ao poder?

QSC — Nada. Pensamos que desenvolverá uma política econômica essencialmente semelhante à dos seus predecessores. Será um governo altamente contraditório. O seu programa não tem nada de parecido com o nosso.

M — Que situação econômica o partido vencedor vai encontrar?

QSC — Muito grave. Em 1980 a Bolívia deve destinar 50% de suas exportações para o pagamento da dívida externa (1). O volume das reservas monetárias caiu tanto que dá para cobrir apenas as necessidades de um mês de importações. Os preços dos bens de consumo têm subido rapidamente e a capacidade aquisitiva da

população caiu muito nos últimos anos. Há um declínio geral da produção mineira de exportação. A reserva excedente de petróleo se esgotou em um ano; a Bolívia terá que começar a importar pelo novo preço internacional de 32 dólares o barril. As empresas estatais mais importantes estão com déficits muito grandes e isso compromete o conjunto da economia do país. A situação é grave.

M — A que se deve o grande crescimento do seu partido nestas eleições?

QSC — O país está polarizado politicamente. O descenso vertical de Paz Estenssoro e o ascenso relativo (porque muito modesto) de Banzer, mostra que o eleitorado conservador prefere uma resposta mais coerente. Para a direita a resposta de Banzer é mais clara em relação à resposta contraditória de Paz Estenssoro. O mesmo ocorre com a UDP, a maioria relativa também diminuiu sua votação em relação ao ano passado. Em troca o PS-UM subiu oitenta por cento. Nossa resposta política e programática atinge os trabalhadores e os setores populares.

M — Quais os itens mais populares do programa do seu partido?

QSC — Algumas das medidas econômicas mais importantes são a nacionalização dos bancos estrangeiros e de empresas mineiras médias, a reversão ao domínio do Estado das concessões petrolíferas. Há outras medidas fortes, de caráter monetário e creditício, dentro de uma política econômica global, que é substancialmente diferente da que desenvolve este governo. Tudo isto foi captado pelo povo. É um programa não somente viável mas de realização inevitável mais ou menos a curto prazo.

M — Como definiria a direita boliviana?

QSC — Teríamos que falar da classe, de uma burguesia que comparte com o resto das burguesias da América Latina sua condição intermediária e portanto sem destino histórico. A da Bolívia, em particular, é uma burguesia que vê somente o dia seguinte. Não vê o que pode ocorrer depois de amanhã. É uma burguesia sem visão dos seus próprios interesses de classe. Uma burguesia esquelada, miserável.

M — Como está correndo o processo que vocês abriram contra Banzer no Congresso, acusando-o de corrupção em seu governo?

QSC — Está em desenvolvimento mas foi interrompido com as eleições. Pedimos um juízo de responsabilidade contra

Banzer e muitos dos seus colaboradores, ex-ministros. Apresentamos ao Congresso as provas de todos os delitos que cometeram contra as liberdades e direitos fundamentais: o exílio, a prisão, a tortura e o assassinato de muita gente. Os delitos econômicos são muito graves. Estão provados, com documentos, delitos que se referem à soberania, integridade e dignidade nacionais que têm relação com a política exterior de Banzer.

M — Têm algo a ver com os acordos assinados pelo governo dele com o Brasil?

QSC — Muito. Nós sempre combatemos o convênio assinado para a venda de gás ao Brasil, por exemplo (2). Vamos fazer de tudo para invalidar esse compromisso. Há muitas outras questões que envolvem o Brasil neste julgamento de responsabilidades.

M — Entre os camponeses bolivianos ainda se mantém o mito de Paz Estenssoro, o mito do homem que patrocinou a reforma agrária. Como seu partido pode enfrentar e superar isso?

QSC — A realidade está mostrando que isso já está sendo superado. Estenssoro foi chefe-fundador do MNR, autor da reforma agrária e a resposta política do eleitorado mostra que ele está decaindo rapidamente. Acreditamos que estas eleições marcam o fim de uma época. Os velhos líderes se acabaram. Sobre Siles Zuazo porque atrás dele se colocaram forças novas, que revitalizaram sua figura. Se não fosse isso ele iria seguir o destino dos outros.

(1) A dívida externa atinge mais de US\$ 3 bilhões. O seu serviço (amortização mais juros) custou em 1978 mais de 70% da renda com exportação.

(2) A venda de gás boliviano ao Brasil (segundo as acusações a preços muito abaixo do mercado, que causariam um prejuízo de US\$ 100 milhões anuais à Bolívia) foi inicialmente negociada com o ex-presidente Torres. Após o golpe de Banzer em 71 contra Torres (no qual, segundo as acusações, o Brasil teria se intrometido, inclusive fornecendo armas, através do seu adido militar, general Bethlem) os acordos foram definitivamente acertados. Quiroga foi um dos mais ativos denunciadores destes acordos e foi a insistência do Parlamento boliviano em investigar as denúncias contra Banzer, que teria precipitado o golpe fracassado do coronel Natusch após as eleições do ano passado.

Um salto de oito para mais de cem mil votos!

A esquerda boliviana parece ter agora a maior força eleitoral na América Latina, e uma das razões disso foi a votação obtida pelo Partido Socialista-Um, de Quiroga Santa Cruz, que deverá aos 10% dos votos, concorrendo sozinho, sem formar alianças ou frentes como os outros 12 candidatos às eleições presidenciais.

Contados um milhão e quatrocentos mil votos, a União Democrática Popular (UDP) de Siles Zuazo, o grande vencedor, tinha 450 mil votos (31%), a Aliança do Movimento Nacionalista Revolucionário (AMNR) de Paz Estenssoro, 260 mil (18%), a Aliança Democrática Nacionalista (ADN) de Hugo Banzer, 214 mil (15%), e Quiroga, 111 mil (8%).

A influência da esquerda deve ser medida pela soma dos votos de Quiroga aos de Zuazo, que tem atrás de si o PC (pró-Moscou) e de pelo menos uma outra formação de esquerda importante, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), além da própria UDP estar com um programa social-democrata, bem à esquerda de seu antigo companheiro, Estenssoro (em cuja aliança consta o PC pró-chinês).

Essa influência ultrapassa o máximo de 10% que a esquerda latino-americana consegue obter e mesmo os 30% durante as eleições constituintes no Peru (que caiu nas eleições gerais agora para 20%).

Mas o mais notável é a ascensão de Quiroga, que em cidades importantes como La Paz, Cochabamba e Oruro (grande centro mineiro) chegou em terceiro lugar. Em 78 ele obteve 8 mil votos, saltou para quase 80 mil em 79 e agora espera-se que chegue aos 130 mil. Uma pesquisa anterior às eleições, dá a Quiroga os votos de estudantes, operários e da "classe média progressista", mostrando que seu partido é o que mais agrada aos jovens. Para ele, que considera as eleições como um meio de propaganda apenas, o que importa é que socialistas tenham tido uma votação "lucidamente comprometida com um programa revolucionário" (que prevê principalmente a completa nacionalização das minas, em particular as de estanho, do qual a Bolívia produz cerca de 20% do total mundial, e que é um "mineral estratégico", essencial à indústria americana sem que os EUA produzam nada).

As façanhas tecnológicas dos grandes (e pobres) astros do esporte

Moscou está pronta para os jogos Olímpicos de 1980. As instalações esportivas, das quais 10 são construções novas, estarão ábrigoando, a partir do dia 19, perto de 700 mil espectadores. Seis milhões e meio de ingressos foram vendidos, mais que o dobro das últimas Olimpíadas, em Montreal, Canadá.

A medida que se aproxima o momento da abertura dos jogos, cresce a expectativa dos dois bilhões de pessoas que acompanharão em todo o mundo, pela televisão, o desempenho dos oito mil atletas presentes às competições.

Esse público certamente terá a oportunidade de assistir mais uma vez façanhas in-críveis de desempenho físico dos atletas — a quebra de recordes trará novos nomes às manchetes. E cairão um pouco no esquecimento nomes como Kornélia Ender, Mark Spitz, Nadia Comanecchi, Olga Korbut. Nomes de deuses consagrados nos últimos jogos, poucos anos atrás.

Novos nomes sairão do anonimato das piscinas e quadras para a adoração da opinião pública mundial. São jovens, na maioria com menos de 20 anos, forçados a rotinas de treinos quase insuportáveis por longos anos e que terão a chance de, em fração de minutos, mostrar um desempenho nunca antes registrado nas várias modalidades esportivas em disputa.

Os Jogos Olímpicos do Canadá mostraram que está definitivamente no passado o tempo em que as técnicas de saltos, corridas, arremessos, natação, progrediam acidentalmente, devido à tenacidade dos competidores apenas. Em Montreal, o esporte revelou-se uma ciência, a serviço da qual se



Kornélia Ender e Roland Matthes: depois das medalhas, "viver a vida"

Monstros Olímpicos

FLÁVIO DECKES

Agência Keystone

mobiliza toda uma tecnologia que testa e aperfeiçoa equipamentos capazes de materializar todas as potencialidades do corpo. A ciência é o limite. Se novos recordes não se estabelecerem em Moscou, certamente será porque a ciência dos recordes extraiu dos músculos humanos tudo o que eles podem render.

Pode parecer exagero mas os norte-americanos deram, na seqüência da campanha pelo boicote internacional aos Jogos Olímpicos de Moscou, a imagem quase perfeita de um mundo quase ignorado pelo

público que acompanha as competições.

Programaram a réplica aos soviéticos na forma dos Jogos de Inverno realizados na cidade de Lake Placid, Estados Unidos. E os atletas que competiram em Lake Placid, em fevereiro passado puderam sentir involuntariamente um pouco da vida dentro das prisões norte-americanas: a vila olímpica que os abrigou está prevista para servir em seguida de prisão federal.

Prisões à parte, a vida dos atletas na atualidade não difere muito daquela vivida por um prisioneiro que ocupará as instalações de Lake Placid. Afinal eles, os atletas, também são cativos dos campos de treinos, de técnicos e de equipes médicas — todo um aparato que constitui hoje em dia o processo de fabricação do campeão olímpico. Uma rotina que — como a campanha odiosa pelo boicote desfechada pelos norte-americanos aos Jogos de Moscou — negligencia o aspecto profundamente humano do olimpismo: fraternidade, congraçamento e paz.

A tecnologia, os progressos na medicina esportiva expressam nas Olimpíadas a alienação a que se submete na atualidade o ser humano, o atleta. As fórmulas para preparar o campeão perfeito são quase sempre das mais mirabolantes. O organismo

humano foi dissecado, novos métodos de treinamento foram introduzidos. uma parafernália de aparelhos modernos utilizada e as marcas, os recordes, considerados sempre como impossíveis de serem batidos, estão caindo. O corpo do homem é tratado como máquina. Os futuros campeões são treinados para vencer a mais importante competição do dia e superar os recordes anteriores, e nada mais que isso.

O Código de Conduta de Atletas, Dirigentes e Técnicos dos Estados Unidos, elaborado para orientar o comportamento das seleções nacionais do país no exterior mostra como é limitada e incolor a vida de um atleta. Entre outros itens proíbe o uso de álcool, fumo e drogas, além daquelas prescritas pelos médicos; impede a presença em festas, a presença de pessoas de sexos diferentes no mesmo quarto com portas cerradas etc.

A busca desesperada de melhor rendimento físico quase nunca chega a ser humanamente aceitável numa Olimpíada. Kornélia Ender, a super-atleta criada na República Democrática Alemã — bateu 25 recordes mundiais — é um exemplo vivo da mecanização de um indivíduo, entre muitos outros, inclusive de regimes políticos ocidentais.

Foi um médico que a levou a praticar a natação e vivê-la intensamente desde que a viu na piscina do jardim de infância da cidade de Plauen Vogtland, sul da RDA. Em consultas regulares, o médico orientou a família para que ela praticasse a natação a fim de

prevenir possíveis anomalias. Desde então sua rotina diária foi a mesma adotada desde os seis anos de idade: exercícios de aquecimento e natação — pelo menos 15 quilômetros de percurso na água por dia.

Em 1976, Kornélia anunciava, aos 18 anos de idade, o abandono das piscinas: "A gente não pode competir a vida toda. Já sou uma espécie de veterana, agora quero estudar, terminar o secundário e depois fazer Medicina". Enfim, a nadadora campeã voltou a viver a vida como qualquer mortal.

No 1º Campeonato Mundial de Natação, realizado em 1973 em Belgrado aconteceu a surpresa. A República Democrática Alemã que ganhara só duas medalhas em Munique, contra 17 dos norte-americanos, conseguiu quebrar uma hegemonia de 13 anos e ganhou 12 provas, contra 11 dos EUA. Entre as revelações estava Kornélia Ender.

A imprensa ocidental espalhou boatos de doping, mas nada ficou provado. Os dirigentes esportivos alemães orientais explicaram: fora realizado um treinamento científico intensivo, sob cuidados médicos. "Desempenhos" desse tipo são comuns entre atletas de grandes potências e também ocorrem em países ocidentais. Mark Spitz, sensação nos Jogos Olímpicos de Munique, é exemplo disso. Assim como a ginasta Nadia Comanecchi, estrela em Montreal, criticada até pelas companheiras por praticar técnicas que podem prejudicar seu desenvolvimento físico.

A justificativa do nadador campeão norte-americano John Naber, para abandonar as competições reflete o que é a vida do atleta: "Já não posso continuar nessa vida monótona, que não permite fazer nada além de nadar. De agora em diante vou fazer tudo que a natação impediu que eu fizesse e que sempre tive vontade".

Há quem diferencie atletas ocidentais dos orientais de uma maneira curiosa: nos países socialistas, os atletas são falsos soldados; nos países capitalistas são falsos estudantes. Todos, porém, são submetidos à dura preparação científica, muitas vezes correndo riscos de seqüelas orgânicas através de treinos e tratamentos médicos que tiram do atleta os momentos de uma vida normal em troca da consagração por alguns minutos, pelo ouro olímpico e a manipulação política que dele advém.

E como pano de fundo resta o esporte, cuja significação e finalidade continua fora do alcance das grandes massas populares. Discutir a validade ou não de promover espetáculos da dimensão de uma Olimpíada moderna aparece em segundo plano diante da realidade. Assiste-se ao grande espetáculo mas poucos, ainda têm condições de participar dele em dezenas de países.

MOVIMENTO CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS

Todos os acionistas de Edição S/A, a empresa que edita Movimento, estão convocados para a Assembléia Geral Extraordinária que elegerá a sua nova diretoria e discutirá os planos e realizações do jornal, culminando os debates de nosso 5º aniversário.

Data: dia 20 de julho, domingo, 15 hs
Local: auditório do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, rua Rego Freitas, 530, sobreloja

Flávio Deckes é jornalista.

ENTREVISTA COM CHICO BUARQUE

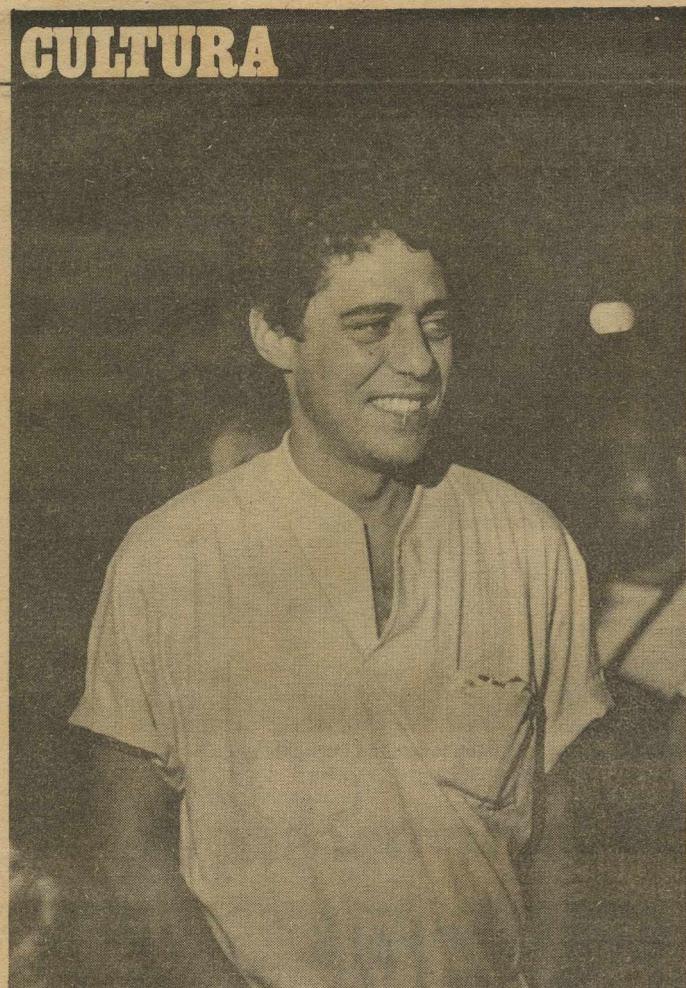
Chico Buarque, considerado pela crítica e pelo público um dos maiores nomes da música popular brasileira nos últimos anos, participou de mais uma apresentação internacional. Depois de dois meses no Brasil, desde sua recente participação no Projeto Kalunga que levou a Angola, na África, uma caravana de artistas brasileiros — entre os quais Dorival Caymmi, João do Vale, Martinho da Vila, Dona Yvone Lara, Djavan, João Nogueira, Clara Nunes, Geraldinho Azevedo, Elba Ramalho, Miucha, Cristina, Novelli, Quinteto Violado, conjunto Nosso Samba e outros — Chico Buarque liderou agora outra comitiva musical que finalizou com uma noite de música popular brasileira em Portugal a já tradicional festa promovida pelo jornal *Avante*, órgão do Partido Comunista Português.

“Na verdade, é mais uma festa popular do que um festival que se realiza todos os anos no bairro da Ajuda, em Lisboa, desde a revolução de 25 de abril”, explica Gil Camendes, responsável pelo convite a Chico Buarque, Simone e conjunto MPB/4, que representaram o Brasil este ano. A festa dura três dias — este ano estava programada para o

final de semana passado. “Aí tem de tudo, cinema, teatro, música, dança, enfim, vários tipos de manifestações populares com a participação de mais de 100 artistas de 11 países”, diz Camendes.

Chico Buarque, que nos últimos anos tem se restringido à aparições em palco apenas em shows beneficentes, como o show *Primeiro de Maio*, feito no Rio nos últimos dois anos, explica nesta entrevista a viagem a Angola e como optou por menos palco e maior diversificação de atividades como indicam seus recentes trabalhos em teatro, cinema, trilhas sonoras, literatura infantil e shows coletivos como o *Festival Carifesta*, em Cuba, o *Projeto Kalunga*, em Angola, ou a festa da *Ajuda*, em Portugal.

Entrevista a Dulce Tupy,
que acompanhou, como jornalista, toda a excursão dos artistas brasileiros a Angola.



“Eu descobri que

não sou um artista de palco”

Movimento — Qual foi o marco decisivo na sua trajetória que te levou a optar por menos shows e um trabalho mais diversificado e por outro lado mais dirigido?

Chico Buarque — Bem, num determinado dia eu descobri que realmente não sou artista de palco. Não gosto de palco. Então, resolvi parar de fazer show. Por outro lado, passei a poder viver sem fazer show. Pude escrever prá teatro, gravar disco e viver desse trabalho. Meu último show profissional foi com Maria Bethânia, no Canecão, acho que em 1976. A partir daí, muito freqüentemente eu era convidado a fazer shows com esta ou aquela finalidade. E passei dois anos fazendo isso, só shows beneficentes. Aí, eu também cansei porque não fazia shows beneficentes nem prá mim...

Só fazia show beneficente, não fazia outra coisa, e essa também não era a minha. Porque deixou de ser um fator profissional, ficou sendo uma coisa mais amadora. Participava de shows sem ensaiar, sem saber a letra de cor. Então, resolvi largar isso também. Mas aí apareceu o *Primeiro de Maio* do ano passado. Como eu não estava fazendo mais nenhum show, resolvi colaborar com o pessoal na organização do show. Mas envolvido pelo próprio processo de organizar o show, acabei apresentando-o também. Aí ficou sendo o meu show. Todo *Primeiro de Maio* eu faço. As solicitações são muitas e a gente tem que ser duro mesmo: Não faço. Só faço o *Primeiro de Maio*. Se não tudo é prioritário. Amanhã tem a greve não sei de que, depois de amanhã tem outra coisa... No Brasil, se você se dispuser a fazer shows beneficentes, você acaba fazendo show todo dia. Não faz outra coisa. Aí eu deixo de escrever, de compor...

M. — E como é que você se sentiu no palco em Angola, num contexto diferente, se apresentando para outro público?

C.B. — Foi até bom fazer o show do *Primeiro de Maio* antes de ir para a África. Depois daquele show, que foi muito tumultuado, tudo foi mais fácil. A gente ficou preparado prá qualquer coisa. Mas de qualquer maneira eu não

fico tranqüilo no palco, não.

M. — No entanto, o seu número foi considerado um dos pontos altos do programa, dentro do Projeto Kalunga.

C.B. — Quando estou no palco tenho a sensação de estar colhendo frutos. Não estou plantando nada. As pessoas já conhecem as músicas, meu nome já é conhecido. Então, quando entro no palco o meu número já está garantido, mas não pelo que vou fazer na hora. É todo um passado, um trabalho que já foi plantado. Eu não sinto prazer em colher muitos frutos não...

M. — Apesar de tudo, você teve uma preocupação em mudar todos os dias, lá em Angola, o seu número. Isso foi voluntário?

C.B. — Nós fizemos três shows em Luanda, um foi transmitido pela televisão para o país inteiro, outro pelo rádio. Aí tem aquela música, antes daquela música tem aquela fala. E eu fico pensando que os outros podem pensar: “lá vem aquele sujeito de novo com aquela mesma música, aquela mesma gracinha”. Então, procurei

variar. Não foi fácil não, porque eu não tinha ensaiado. Peguei músicas que nunca mais tinha tocado, como “Pedro Pedreiro”. Foi uma música que descobri que sabia de cor, de tanto que toquei. Foi a minha primeira música, há 15 anos. Música que eu tocava na TV Record. Eu tinha contrato na televisão. Faziam-me tocar “Pedro Pedreiro”, só “Pedro Pedreiro”. Mesmo que eu não quisesse, a minha mão sabia de cor a harmonia e a letra estava na cabeça. Em Angola me pediram “Construção”. “Construção” é muito difícil eu cantar agora. A letra é muito complexa. Até lembrar, a mão já esqueceu...

M. — Como pintou o convite para Angola?

C.B. — Havia um convite já antigo para ir a Angola. Inclusive um convite anterior à definição política do regime, digo entre o 25 de abril português e a oficialização do MPLA no poder em Angola. E essa coisa foi adiada por problemas deles e por problemas meus também.

M. — O que você achou desta

caravana imensa, 64 pessoas, talvez a maior caravana artística que já saiu do Brasil? Para você foi mais difícil trabalhar em Angola do que em Cuba?

C.B. — Não porque a caravana a Angola foi organizada com mais tempo. No meio dessas 64 pessoas tinha muita gente trabalhando na organização: técnicos de som, de iluminação, monitores para orientar as pessoas etc. Em Cuba não. Eram 15 pessoas e ficou tudo na minha mão. Foi organizado em 10 dias. Já em Angola, o show estava sendo preparado há quase um ano. Comparando com Cuba foi quase uma moleza, avião especial... Aliás, era o que o Fidel Castro também queria fazer, mandar um avião, mas não foi possível.

M. — Você acha que a partir desse convite você poderá voltar a Angola para dar continuidade ao intercâmbio musical?

C.B. — Eles estão muito interessados em outras caravanas, mesmo artistas isolados e nós estamos trazendo um material de lá prá ver se a gente estabelece um intercâmbio. Não só a música brasileira ir prá lá, mas trazer a música angolana prá cá um pouquinho também.

M. — O que você achou da música angolana?

C.B. — Ouvi o som de um músico, o Waldemar, no último show, na praça dos Touros, em Luanda. É uma música ótima. Eu já conhecia alguma coisa antes de ir, o Ruy Mingas, por exemplo, que hoje é ministro dos Desportos. Mas me surpreendeu o fato da música angolana ser muito mais aparentada com a música do Caribe do que com a música dos negros brasileiros. Eu imaginava antes que fosse uma espécie de samba. Não é, é um merengue. Quer dizer, a música antilhana está mais próxima das raízes do que o nosso samba. Ou, não sei, talvez nosso samba simplesmente tenha vindo de outras regiões.

Eu acho que esta viagem vai marcar a minha produção musical. Não quero dizer que vou sair imediatamente prá um merengue. Mas de qualquer forma, uma coisa dessas mexe com a cabeça da gente, aliás, em todos os sentidos, não só musical.



Chico Buarque em Angola: “uma coisa dessas mexe com a gente”.

Iniciação ao sindicato

Embora didático, este resumo mantém o rigor histórico.

Lindolfo de A. Marques

Se os outros nove volumes anunciados da coleção "Primeiros passos", da Brasiliense, seguirem a maneira de exposição e o rigor à verdade histórica desse "O que é o sindicalismo", (96 páginas, Cr\$ 80,00), estaremos, sem dúvida, diante de uma pequena-grande coleção.

Ricardo Antunes, o autor, consegue colocar tudo o que é essencial sobre o sindicalismo de modo didático e coerente: cada frase tem sua razão de ser. Mostrou, assim, estar plenamente familiarizado com a matéria, o que se percebe pela leitura dos diversos tópicos do trabalho, desde as origens do sindicalismo até o seu renascimento pujante no Brasil depois da longa noite pós-64. Ao explicar as duas ten-



dências oposicionistas à ditadura de Vargas, ele diz que "A primeira (liberal e burguesa) limitava-se às classes dominantes e temia o projeto nacionalista de Var-

gas. A segunda (nacional e popular), liderada por organizações populares como o PCB, tinha no nacionalismo de Vargas um possível aliado para a resolução dos problemas nacionais".

Não foi propósito do autor analisar em detalhe a atuação do PCB nos diversos momentos históricos brasileiros. Entende-se, por isso, que tenha apresentado o PCB, desde sua origem, como um partido voltado para a classe operária e para a massa explorada de um modo geral. Sabemos, porém, e cremos que o autor também saiba, que isso não é verdade.

Quando o PCB foi fundado, em 1922, teve entre seus militantes elementos vindos do anarcosindicalismo, o que explica em parte erros cometidos na época. Mas é justo que pessoas interessadas em dar seus primeiros passos em política saibam também qual foi a atuação do PCB a partir do momento em que oportunistas pequeno-burgueses nele se infiltraram, tendo como figura de destaque Luiz Carlos Prestes.

O declínio da ditadura de Vargas e a maior projeção alcançada pelo PCB (a partir de 1944) foi justamente a época em que essa linha pequeno-burguesa mais danos causou ao proletariado brasileiro.

Prestes queria ganhar a burguesia para suas idéias; daí o PCB, sob sua influência, ter lançado as famosas palavras de ordem ao proletariado de "apertar o cinto", não fazer greves, não lutar por aumentos salariais, tudo isso numa época em que a situação do proletariado era das mais difíceis, cerceado em seus movimentos mais elementares pela repressão do Estado Novo.

Devem também saber os iniciantes na arte da política que data desse período o apoio do PCB, tendo à frente Prestes, a políticos corruptos, como Ademar de Barros, em troca de cargos públicos e mesmo a associação com pelegos para dominar sindicatos.

Esse mesmo PCB ainda está aí: desmoralizado, com um ativo de traições à classe operária que só aumenta com o passar do tempo e, no entanto, continuando com sua política de conchavos com a burguesia em troca de cargos, aliando-se aos pelegos e trabalhando contra as greves, como na recente do ABC.



Gullar: "A poesia quando chega não respeita nada".

A forte poesia de Gullar, como sempre

Aristides Klafke

Seguramente, Ferreira Gullar é o único poeta brasileiro vivo que pode ser colocado ao lado de Carlos Drummond e João Cabral. Afirmou-se em nosso contexto literário não só como lúcido criador de poesia, mas também como teatrólogo, ensaísta e crítico. Em toda essa sua trajetória, já entrou e saiu de todas as estruturas, como diria Caetano Veloso. Entrou e saiu, mas manteve sempre a coerência de nunca desvincular a arte de sua instrumentalização política.

Depois da publicação de seu primeiro livro, "Um pouco acima do chão", esteve envolvido com o Movimento Concretista. Inventou em seguida o Neconcretismo, passou pelo populismo do Violão de Rua para, finalmente, produzir suas melhores obras poéticas, que são "Dentro da noite veloz" e "Poema sujo".

A Civilização Brasileira publica agora "Na vertigem do dia", reunindo poemas seus "escritos depois de Poema Sujo, ou seja, depois de 1975, refletindo o período de readaptação à vida brasileira, depois de longo período de ausência".

Nesse trabalho, o maranhense-carioca Gullar se apresenta com toda a sua tarimbada elaboração de texto, todo o seu profícuo engajamento literário. Tanto

quanto em "Poema sujo", se coloca no texto como um verdadeiro mergulhador de memórias, que vai ao fundo buscar restos de vida que a história recusou.

Da obra, vale a pena destacar "Bananas podres", em que o autor atinge sua mais forte expressividade poética. Expressividade, aliás, que ele mesmo define em outro poema, "Arte poética": "Não quero morrer não quero/ apodrecer no poema/ que o cadáver de minhas tardes/ não venha feder em tua manhã feliz", ou ainda em "Subversiva", onde diz que "A poesia/quando chega/não respeita nada/Nem pai nem mãe/Quando ela chega/de qualquer de seus abismos/desconhece o Estado e a Sociedade Civil/desrespeita o Código de Águas/refincha/como puta/nota/em frente o Palácio da Alvorada/... E promete incendiar o país".

Os objetos em seus textos adquirem movimento, falas, e a todo momento relâmpagos passam pelas páginas, vertiginosos, apreensíveis, como a queimar a consciência do leitor.

Para quem quiser esperar, em setembro, quando o autor completará 50 anos, a Civilização Brasileira publicará, num só volume, toda a sua obra poética, sob o título de "Toda poesia (1950-1980)".

O Uruguai de J.C. Onetti



Parece que as editoras estão redescobrimdo a literatura latino-americana. Depois do relançamento de "Ninguém escreve ao coronel" e do novo romance de Manuel Puig, "O beijo da mulher aranha", chegou a vez do uruguaio Juan Carlos Onetti (foto) ser editado aqui pela primeira vez. Seu romance, "Junta-cadáveres", escrito há mais de 10 anos, é um retrato amargo, porém comovente, das relações humanas na América espanhola. Francisco Alves, 230 páginas, Cr\$ 280,00.

Estamos preparando novo catálogo, com os últimos lançamentos nas áreas de sociologia e política, literatura, assuntos brasileiros, educação e psicologia, cinema, teatro e televisão. Se você ainda não é nosso cliente, mande seu nome e endereço para receber também um exemplar gratuito desse catálogo.

LIVRARIA

Zapata

Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285, tel. 222-2861
CEP 01221 SÃO PAULO, SP

Movimento vem cumprindo o justo plano editorial e político traçado em março. Mas deve corrigir erros formais persistentes e ampliar os temas que trata.

Erros no rumo certo

Raimundo Rodrigues Pereira

O debate dos 5 anos de Movimento aproxima-se de seu desfecho; no próximo sábado, dia 19, nossa Convenção Nacional, formada por delegados escolhidos por todas as áreas de trabalho do jornal, deverá eleger um novo Conselho de Direção, o editor e a nova diretoria da empresa. Antes disso quero apresentar de forma resumida as minhas opiniões aos leitores e amigos do jornal, esperando poder aprofundá-las nos debates que ainda restam.

1 — Quanto à linha político-editorial — Esta continua sendo a questão primeira a ser resolvida pela Convenção. A resolução do Conselho de Direção de Movimento, na sua reunião do último dia 1 de março, publicada como a peça de abertura do debate nessas páginas, aponta o rumo básico a ser seguido e faz a avaliação mais geral que temos em comum sobre a conjuntura que o país atravessa e dentro da qual temos de fazer nosso jornal. A resolução, porém, não resolve divergências, a meu ver inconciliáveis, que persistem no jornal quanto à sua orientação; e, portanto, os debates devem ser aprofundados. São duas as posições básicas existentes. A carta de Luis Bernardes, publicada na edição passada, expressa uma delas. A reunião do Conselho dizia que Movimento deveria ser um jornal de uma frente oposicionista, de combate a um regime militar que "vem realizando uma série de modificações reais na forma do Estado, faz concessões efetivas, atende a certos interesses antes descontentes e, com isso, promove realinhamentos entre as diversas correntes oposicionistas". Dizia ainda que, em consequência das concessões feitas pelo regime, o jornal deveria "combinar a luta contra a ditadura militar com o combate à tentativa dessas correntes (conciliadoras) de facilitar o trabalho do regime". E, finalmente, que, a fim de "constituir um grupo de jornalistas, intelectuais e colaboradores de diversos pontos de vista, voltado para a educação multilateral e profunda do povo", Movimento deveria "partir dos fatos tais como eles são", "retratá-los da maneira mais fiel possível", "não omitir nenhum fato relevante", não "desprezar nenhuma opinião relevante", não ter medo "de enfrentar nenhum tema que seja colocado em relevância pelo processo social, cultural, ideológico e político". A despeito de ter subscrito junto comigo esse mesmo texto, Bernardes diz que o jornal não combate o regime militar, persegue correntes políticas oposicionistas — é citado especialmente o PC do B — e se perde no debate de temas irrelevantes, enquanto o meu julgamento é o contrário: o jornal vem seguindo, mais do que nunca, a deliberação do Conselho de combater o regime militar, a conciliação e, ao mesmo tempo, não ter medo de enfrentar todas as ques-

tões relevantes colocadas em debate no país.

Conhecer e superar as dificuldades

Ora, isso mostra que não basta que o jornal tenha uma declaração sobre os seus objetivos futuros. É preciso que o jornal avalie a sua prática passada, especialmente seus pontos decisivos. A Convenção deve deliberar se o jornal esteve certo ou não na aplicação prática da linha aprovada. A meu ver, é absurda a acusação de que o jornal transformou-se num jornal de tendência e, em particular, voltado contra o PC do B. Acho que a linha geral seguida nos últimos meses em relação ao tratamento das divergências e das diversas posições no seio do movimento oposicionista é justa e deve ser mantida. É justo publicar as críticas à degenerescência do

socialismo na URSS; é justo publicar — como publicamos — o debate sobre a guerrilha do Araguaia —, e é justo publicar as dificuldades enfrentadas pela União Nacional dos Estudantes, como publicamos. Tais fatos apresentam dificuldades para a oposição; mas é só partindo de seu conhecimento que ela pode superá-las.

2 — Quanto à conjuntura que atravessamos — No debate de março também não conseguimos explicar a evolução das vendas do jornal desde a suspensão da censura prévia. Luis Bernardes realiza um esforço nesse sentido no artigo citado. A meu ver, ele diz que Movimento deveria estar vendendo cada vez mais, a partir do pico alcançado em outubro de 1978, porque acredita que vivemos uma conjuntura em que a oposição popular, no campo da ação política, passou a estar sempre cada vez mais unida, enquanto o regime militar, ao contrário, estava não só em desagregação política, como incapaz de um recuo organizado. Nós dois — a meu ver — achamos que o regime recua; mas ele

acredita que o regime está em desagregação e debandada descontrolada, que suas manobras não provocaram qualquer alteração no campo oposicionista, sequer temporária.

Conteúdo, forma e politização

Isso tem uma relação imediata com as nossas vendas, no ver dele e no meu. Para facilitar o debate, publico nesta página um trecho que escrevi sobre a evolução das vendas de Movimento a partir de outubro de 1978. Como os leitores verão, considero que a evolução das vendas do jornal se explica por um conjunto de fatores. Não penso que, se o movimento popular, no geral, avança, Movimento deveria automaticamente vender cada vez mais apenas pela adoção de uma linha editorial e política justa, democrática e popular. Se fosse assim, como ex-

plicar os recordes de assinaturas de Veja, uma revista cada vez mais empenhada em dar cobertura a todos os planos políticos do regime? Por ter uma linha editorial e política injusta, antidemocrática e antipopular deveria vender cada vez menos.

3 — Quanto à forma do jornal — As opiniões levantadas por Hamilton Almeida Filho e Narciso Kalili exigiriam um artigo especial. Em resumo, porém: a — acho que eles não estão certos em criticar a politização de Movimento e a minha particularmente; sem isso não teríamos sobrevivido como grupo de jornalistas, desde 1972, quando fizemos o Opinião. b — eles têm razão, porém, ao destacar o descaso jornalístico em que Movimento cai freqüentemente. Contra o absurdo do culto à forma sem conteúdo, Movimento ergue, muitas vezes, o absurdo oposto do conteúdo sem forma.

4 — Quanto às ligações do jornal com o movimento popular — No combate a uma tendência sectária que via Movimento como um partido político e na prática transformava nossas ligações com o movimento popular numa tentativa de organizar o movimento popular com uma orientação partidária, Movimento adotou certas políticas excessivamente profissionalizantes. Nesse sentido, José Alcides, de Salvador, apontou nesse debate alguns rumos que devem ser tentados. Tomando como base a sua experiência passada, seus erros e acertos, Movimento deve retomar o sistema de entregas diretas de jornais aos setores populares organizados, nos locais onde isso seja política, econômica e administrativamente viável. Deve, também, criar uma rede de colaboradores voluntários ligados ao movimento popular, como vem criando, e estreitar seus laços com os intelectuais ligados à oposição popular.

Descaso com a produção cultural

5 — Quanto à amplitude dos temas tratados — Maurício Segall levantou uma crítica justa e precisa a Movimento: freqüentemente temos uma cobertura unilateral dos acontecimentos, que privilegia apenas seus aspectos políticos e econômicos e despreza os culturais. Além disso, nas suas poucas produções culturais, Movimento freqüentemente imita a crítica da grande burguesia no seu casuismo de viver dizendo apenas que gosta disso e não gosta daquilo. No setor cultural, o movimento popular também faz grandes esforços. Muitas vezes são os jovens dos grupos de teatro, de folclore e de música do movimento popular, dos que mais se mobilizam em torno das lutas concretas do povo. São, além disso, dos que mais lêem.

Política e vendas

Uma tentativa de explicar as oscilações de vendas desde 78

1 — A verdadeira imprensa popular e democrática, que busca elevar o nível da consciência política do povo, não alcançará largas tiragens num regime sócio-econômico impopular, onde tudo dentro da economia trabalha a favor dos grandes monopólios de informação. As tiragens de uma verdadeira imprensa popular são necessariamente reduzidas, especialmente num país submetido a um modelo de desenvolvimento capitalista dependente, atrasado e deformado como o nosso, onde o trabalhador e as grandes massas populares em geral não têm qualquer estímulo material e espiritual para elevar seu nível cultural e de consciência política; a grande maioria dos trabalhadores, por exemplo, não tem nem dinheiro, nem tempo, nem espaço, nem condições físicas para ver mais do que um pouco de televisão de baixo nível.

Alguns acham, então, que o caminho é rebaixar o nível político de nossas publicações. Ora, se é para fazer um jornal que rebaixe o nível de consciência popular, com manchetes falsas e apelativas apenas para vender mais colocando os métodos e objetivos políticos em segundo plano, melhor deixar a tarefa para O Dia e Notícias Populares.

2 — As empresas alternativas aos monopólios de informação, como as nossas têm poucos recursos materiais; e não se consegue largas tiragens sem amplos recursos materiais. Veja-se a experiência do Jornal da República, que fechou com um prejuízo de vários milhões de cruzeiros, sem ter alcançado vendas médias muito superiores às de Movimento. O exemplo do República também mostra que, para vender mais, não bastam talento e boa vontade: o JR, a meu ver, tinha uma das melhores equipes de jornalistas da imprensa diária do país.

3 — A venda da verdadeira imprensa popular está intimamente associada ao destino das forças sociais e políticas que ela defende; se as forças populares têm êxito no campo político, a sua imprensa política tende a se desenvolver; se enfrenta dificuldades e inimigos poderosos, suas publicações estacionam ou retrocedem. Assim, no meu entender, no segundo semestre de 1978, quando ganhou consistência efetiva a frente pela democracia e contra o governo militar, com as propostas

do General Euler Bentes, Hugo Abreu, dos deputados autênticos como Chico Pinto e de várias outras lideranças e personalidades democráticas e populares, e em função das inúmeras denúncias de corrupção do regime militar que esses militares passaram para a imprensa popular, inclusive, nossas vendas em bancas, se elevaram de 9 mil exemplares em média, logo após o fim da censura, para 21 mil exemplares, no seu pico máximo. Após esse boom de vendas, o governo militar conseguiu êxito parcial em vários projetos políticos — anistia, reformulação partidária — e dividiu e desarmou, momentaneamente, a frente política ampla que ameaçou sua própria e essencial base de sustentação militar. Os movimentos populares que se desenvolveram em 1978, e ganharam novo ímpeto com as greves do ABC não representaram, a meu ver, o mesmo perigo imediato para o regime, já que não evoluíram rapidamente para uma unidade política contra ele, e permaneceram, no geral, no nível de reivindicações econômicas. Todas essas causas políticas, que o jornal só poderia alterar limitadamente, contribuíam para que nossas vendas voltassem a um nível próximo ao atingido após a suspensão dos 3 anos e meio de censura.

4 — Finalmente, acho que a queda de nossas vendas — estamos apenas 50% acima do que vendíamos na época da censura, quando já estivemos mais de 100% acima — foi maior do que a que foi comandada por fatores alheios às nossas forças e vontade. E isto porque, por exemplo, não acompanhamos a boa cobertura das denúncias de corrupção que fizemos, com um grande trabalho político que fixasse nossos leitores, que compraram o jornal naquela época apenas pelos assuntos quentes da semana. O nível de análise, a profundidade do jornal e a cobertura de outros temas políticos também relevantes, mas muito menos espetaculares, sofreram com a ênfase excessiva e às vezes injustificada sobre as denúncias. Com isso, inclusive, o jornal semeou certa confusão entre seus colaboradores e leitores fiéis, mesmo que, a meu ver, a cobertura daquela época tenha sido essencialmente positiva.

A imprensa alternativa não tem chances de competir industrialmente com a grande imprensa e deve criar formas próprias de sustentação e crescimento.

"Superar o amadorismo"

Para Nilton Santos, editor de assuntos internacionais do jornal *Companheiro*, as crises dos jornais da imprensa alternativa se ligam, de uma forma ou outra, às bases de sustentação que têm cada um desses jornais. Ele observa ainda que a situação fica mais complicada para os jornais de frente, que correm o risco constante de se transformar em jornais de tendências — questão que deve ser discutida para que os caminhos da "imprensa de frente" voltem a ser trilhados, com a criação de mecanismos definidos para que cada corrente política possa influir.

"A imprensa alternativa está em crise". Este é um comentário que surge em qualquer discussão sobre a imprensa alternativa. Dois elementos fundamentais: em primeiro, o ritmo lento, contraditório e desigual de crescimento dos principais jornais e publicações independentes. O segundo é o fato de que após a multiplicação de jornais "alternativos" desde 1975, mais recentemente começa a falir uma série de jornais e publicações políticas de caráter nacional ou regional, outros que tratavam de assuntos culturais, outros de caráter de "tendência".

Destas observações alguns deduzem a falência da imprensa alternativa ou pelo menos a derrota de seu projeto de ser uma alternativa à grande imprensa, de não ter conseguido se sustentar, aumentar a tiragem, e se tornar "tão interessante e informativo" (e deste modo competitivo) quanto a imprensa burguesa. A consequência prática deste tipo de análise, tem sido uma postura nihilista, a despreocupação e a falta de solidariedade com a sustentação, ampliação e avanço da imprensa alternativa.

Dinamização na imprensa alternativa

Na verdade esta opinião perde de vista o essencial do fenômeno. É bem verdade que, como um subproduto do processo de "abertura", a grande imprensa adquiriu maior agilidade, ampliou o número de assuntos tratados de interesse popular e perdeu seu tom evidentemente comprometido com a ditadura militar, dando maior expressão a determinadas lutas e interesses populares, mesmo sem romper com sua linha editorial de cunho reacionário e antipopular. Com isto conseguiu ampliar seu espaço dentro de setores do povo, ainda que não naqueles mais mobilizados e organizados.

Mas ao mesmo tempo, há

de se constatar que o mesmo que acontece ao nível da conjuntura acontece ao nível de imprensa. Mesmo no quadro de iniciativa da ditadura militar a alternativa consegue um determinado nível de ampliação de seu espaço.

A questão fundamental que permite compreender o processo é verificar que a capacidade de sustentação da imprensa alternativa não está na sua capacidade de "concorrer com a grande imprensa". Mesmo que não existissem as ameaças, a repressão e perseguição feitas à imprensa alternativa pela ditadura militar, as ofensivas terroristas de organismos paramilitares, mesmo sem isto, a imprensa alternativa dificilmente poderia sobrepassar o poderio econômico da grande imprensa.

A capacidade de sustentar um organismo de imprensa alternativa está na sua transformação em um instrumento coletivo de uma parcela do movimento. Deste modo, verificamos que a capacidade de sobrevivência e crescimento da imprensa alternativa está diretamente ligada ao anterior. Em menor ou maior grau, os organismos que sobrevivem são instrumentos identificados como seus por correntes políticas do movimento (com um nível de posicionamento maior ou menor segundo cada um deles) e sustentados por estas correntes. Aqueles que não se apoiaram nas forças organizadas do movimento desapareceram (exceto aqueles que entraram na "faixa" da grande imprensa como por exemplo o *Pasquim* — com todas as concessões que é necessário fazer para isto).

Ainda poderíamos falar em "crise" dos que sobreviveram. Mas "crise" entendida como um processo de transformação que se torna necessário a partir da transformação da realidade. A dinamização da imprensa burguesa cobra da imprensa alternativa uma dinamização em todos os níveis. Em primeiro lugar exige que esta aprofunde suas relações e se

sustente de maneira mais efetiva em bases mobilizadas e organizadas. Em segundo lugar, exige que ela seja capaz de ampliar a sua infra-estrutura, as formas de organização no seu interior, aprofundar o processo que vem existindo de construção de uma corrente de jornalismo que não seja nem a leviandade do jornalismo burguês, nem a ortodoxia e o proselitismo de outras épocas. Em parte, isto já vem sendo superado por nossos organismos de imprensa, mas não ainda de maneira global que se torna hoje necessário. Em terceiro lugar cabe superar os aspectos amadores no campo da distribuição, da sustentação e da produção de matérias aumentando a qualidade e transformando a imprensa alternativa numa verdadeira escola de um novo tipo de jornalismo.

A imprensa de entidades de massa

Isto não significa que não possam sobreviver ou se desenvolver outros ramos da imprensa alternativa menos definidos ideologicamente. É o caso particular da imprensa de entidades de massa que cada vez se torna mais

necessária como forma de estabelecer e ampliar a democracia, a conexão e aprimorar a organização de base no movimento de massas. As experiências neste sentido ainda são ocasionais e assistemáticas. Isto se dá pela falta de consciência (em grande parte) das diretorias das organizações populares sobre a importância que pode ter para o movimento um instrumento de imprensa com publicação sistemática por parte de uma entidade de massa. Uma discussão neste sentido, dentro do movimento, permitiria construir uma importante base de sustentação para uma imprensa deste tipo. Quanto a organismos de definições mais amplas, a chamada "imprensa de frente", cabe ressaltar que suas dificuldades estão exatamente ao nível do problema da sustentação. Num momento em que as diversas correntes políticas, tinham (como ainda têm) o central de seus esforços, visto as suas debilidades, voltado para a construção de seus próprios instrumentos, dificilmente instrumentos de frente poderiam se sustentar.

Na maior parte das vezes, estes organismos terminaram por apoiar-se em uma corrente política e na prática estreitam sua base política. No próprio caso de *Movimento*

isto também se verificou. Exatamente por isto a discussão que deve ser feita quando o jornal *Movimento* busca retomar a sua definição como um "organismo de frente". Em que bases organizadas ele buscará se apoiar e que objetivo ele deverá cumprir, se terá o caráter de organizador de debates, ou de dar expressão para correntes diversas dentro do campo popular em suas páginas: esse é um caminho para discussão, mas ele não poderá ser trilhado se na própria política de organização do jornal não se estabelecerem mecanismos pelo qual possam influir as correntes políticas organizadas do movimento popular. Neste caso, o jornal *Movimento* poderá ser um instrumento importante e aprimorar a contribuição que já tem dado ao movimento. Poderá vir a ser um instrumento que estabeleça um canal de troca de experiências e discussão, não ao nível teórico mas ao nível dos problemas do dia-a-dia, entre aquelas correntes do movimento popular que não se situam nos limites desta importante frente política que tem servido à unificação dos setores mais combativos do movimento que é o PT, que, por sua vez, também necessita aprimorar os seus instrumentos de imprensa.

Trabalhadores de Movimento reafirmam sua independência

Falsa acusação

A redação, funcionários e vendedores do semanário *Movimento* em São Paulo vêm a público deixar claro que não endossam as opiniões emitidas pelo conselheiro editorial Luís Bernardes, em nossa edição da semana passada. Recebem com especial estranheza e espanto a acusação de que *Movimento* tenha se transformado numa publicação de tendência, empenhada em perseguir o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ressaltam ainda que Wladimir Pomar, nomeadamente apontado por Luís Bernardes como dissidente do PC do B, tem publicado colaborações na seção "Opinião", cujos artigos, como é sabido, são de exclusiva responsabilidade dos que os subscrevem, além de ser seção na qual já foram publicadas opiniões de militantes dos mais diversos partidos e correntes de pensamento. Ademais, *Movimento* sempre fez questão de nunca procurar saber qual a filiação partidária de seus colaboradores e funcionários.

Relembrem ainda não ser esta a primeira vez que acusações desse tipo são levantadas. Em outra ocasião, *Movimento* já foi acusado de ser porta-voz do PC do B pela polícia e por parcelas desinformadas (e algumas vezes inconseqüentes) da oposição — acusação mentirosa

é, por isso mesmo, nunca provada, a despeito de todo aparato investigativo da ditadura. Mas que trouxe a *Movimento* graves prejuízos políticos e financeiros. Trabalhadores de *Movimento*, que zelam pela independência deste semanário, não podem, assim, deixar passar em branco a infundada acusação do conselheiro Luís Bernardes.

Ana Maria Machado, Antonio Carlos Ferreira, Antonio Carlos Ruy, Armando Augusto Tadeu Sartori, Célia Regina de Souza, Cláudio Morelli, Flávio Carvalho, Flávio Pardi Dieguez, Francisca Gonçalves Mattos, José Tadeu Arantes, Lia Ribeiro Dias, Lúcia Helena Caetano, Marcelo Garcia e Souza, Maria Leonor Viana, Maria Stella Carvalho Ferreira, Miguel Coelho Jimenez, Paulo Eduardo Martins Araújo, Paulo Koza, Raimundo Rodrigues Pereira, Roldão Oliveira Arruda, Sílvio Barini Figueira Pinto, Sonia Foianesi, Tibério Canuto.



MULHERES X FIGUEIREDO

Imagens de estrebaria

A carta abaixo foi enviada ao general João Batista Figueiredo por grupos feministas e femininas do Rio de Janeiro, em protesto contra expressões que o general usou ao referir-se a mulheres em uma entrevista à imprensa paulista:

Em entrevista à imprensa paulista, dia 23 de maio, Vossa Excelência declarou que "cavalo e mulher, só depois de montar ou casar". As componentes das entidades signatárias, mulheres de várias idades e condições, cumpridoras das leis (ainda que muitas vezes lhes pareçam de duvidosa origem ou justificação), trabalhadoras, contribuintes do erário, fornecedoras e disciplinadoras de mão-de-obra para o desenvolvimento efetivo para a defesa (mesmo que às vezes não seja fácil saber o que se está desenvolvendo e o que se está idendo neste país), confessam-se surpreendidas por tão insólitas expressões. Podem elas, com boa vontade, admitir que não tenha havido intenção ofensiva: é bem possível que essa

associação mental entre cavalo e mulher haja sido inspirada por vivências de estrebaria particularmente gratas. Não lhes cabe, porém, julgar motivações, e sim manifestar sua estranheza: seja qual for o animus, a expressão é injuriosa.

Num momento em que se cogita de cassar mandato parlamentar outorgado por sufrágio popular a um representante que teria, supostamente, cometido excessos verbais, seria de esperar que excessos verbais fossem eliminados da vida pública brasileira, com a conseqüente — e tão necessária — elevação do nível geral da linguagem. Como também seria justo pretender que os que reivindicam respeito à dignidade de sua corporação, demonstrassem respeito pela população que sofre, labuta, paga impostos e forma renda nacional, nela se incluindo sua metade feminina.

Centro da Mulher Brasileira, Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, Grupo Feminista do Rio, Sociedade Brasil Mulher-RJ, Rio de Janeiro, RJ.

METALÚRGICOS

A democracia concreta

O término de greve dos metalúrgicos e a proposta dos dirigentes sindicais do ABC de manter mobilizada a classe operária por todo o ano, o que serve de exemplo a todos os trabalhadores, revela o grau de consciência, de organização e de avanço que alcançaram nas lutas por suas reivindicações gerais nesses últimos três anos — ainda que só em parte obtidas — para concretizarem nos locais de trabalho condições materiais primárias para o exercício de suas funções e progrediram no caminho em direção a novas relações de trabalho nas empresas.

Deve-se destacar a importância dos resultados da greve de 1º de Abril a 11 de Maio, que está produzindo influência em diversas classes trabalhadoras através de um de seus aspectos principais — o do exercício da democracia concreta e de massas nas decisões que orientaram os operários no enfrentamento com os patrões e com o governo, transformando-a num meio justo e necessário em suas negociações.

Quanto maiores forem as preocupações políticas da classe operária na formação de um forte partido que a represente, na indicação de delegados sindicais e de representantes operários no Conselho de administração das Fábricas, na luta pela independência e autonomia dos sindicatos, na estabilidade de emprego, na modificação

completa da CLT, com a educação pública e gratuita, com os pisos salariais, com a previdência e assistência social e em reunir esforços de todos os brasileiros pela real independência nacional, assim começa a ser entendida a construção das bases políticas e econômicas para alcançarmos esses objetivos que representam, já há algum tempo, os pontos principais de nossas lutas entre muitos outros, também importantes.

Neste momento de grave crise, provocada e criada por interesses particulares da ditadura, a classe operária e todas as suas aliadas possuem agora responsabilidade de definir, através do seu partido e dos seus sindicatos, propostas de novo tipo rumo a transformação e desenvolvimento proporcional do país e do povo.

Raimundo Geraldo de Pinho
Rio de Janeiro, RJ

ERRATA

O artigo "A Árdua Construção de Uma Nova Sociedade", publicado na edição nº 260 de Movimento com a assinatura de Daniel Aarão Reis é na verdade de autoria de Samuel Aarão Reis.

MOVIMENTO

Em defesa de Solange, que teria denunciado Lamarca

O livro sobre Lamarca teria um "erro grosseiro"

Na luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita, e agora como membro da diretoria do CBA/RJ — Comitê Brasileiro de Anistia, seção do Rio de Janeiro —, pude conhecer de perto muitos presos, exilados e militantes políticos. Além disso, pertencem à Secretaria Nacional dos Mortos e Desaparecidos, criada pelos movimentos de anistia. Esta minha experiência demonstrou que não se pode julgar fatos e pessoas apressadamente. Movimento, com seu peso e responsabilidade jamais poderia endossar o grosseiro "capítulo inédito" do livro Lamarca, o capitão da Guerrilha.

Conheci Solange Marques, militante que merece o maior respeito, tendo passado dois anos e meio nos cárceres da ditadura e barbaramente torturada. A imagem sensacionalista de "louca" e "delatora" que a reportagem tenta fazer cair sobre a companheira, fere os princípios da dignidade humana, além de não ser este o tratamento mais adequado para os problemas enfrentados por uma companheira.

Solange estava vivendo sob as mais duras condições, que era a vida na clandestinidade naquela época, o que levou vários militantes a terem problemas médicos e psíquicos.

Querer criar uma relação de causa-efeito entre a prisão de Solange, ocorrida a 4 de março de 1971, com a descoberta e morte de Lamarca em setembro, cinco meses depois, é falsear a realidade. Não só a prisão dela ocorreu três meses antes do Capitão Lamarca chegar à Bahia (o que daria tempo de sobra para a organização mudar seus planos naquele Estado) como também os jornalistas e Movimento não contam aos leitores que até o dia 31 de março de 1971 o Capitão ainda

estava na VPR — Vanguarda Popular Revolucionária. Portanto, ele nem pertencia ao MR-8 — Movimento Revolucionário Oito de Outubro — quando a Solange foi presa! Desta forma, não foi a "crise de esquizofrenia de uma dirigente do MR-8 que determinou o destino do Capitão", como está escrito na página 13!

Colocar "o pivô das quedas" sobre os ombros da Solange constitui grave acusação, e na reportagem os

leitores não puderam saber a versão da própria Solange.

A forma sensacionalista pela qual o livro trata assunto de tal gravidade não permite que se possa levá-lo a sério, nem pode ser considerado de "grande importância para a reconstituição do cerco da repressão ao Lamarca", como infelizmente afirma Movimento, endossando tamanha leviandade e desrespeito à inteligência dos leitores. Sérgio Ferreira
Rio de Janeiro, RJ

MEIO AMBIENTE

Omissão nuclear

Não posso entender o destaque à matéria com que a imprensa popular tem tratado da instalação de usinas nucleares no litoral paulista. Como leitor fiel de Movimento há anos, achei inconcebível que na semana em que uma onda de indignação e revolta assumia grandes proporções entre a população de São Paulo em oposição à ameaça atômica, o jornal tenha preferido dar destaque aos rachas da UNE e à morte de um líder camponês. Não que tais assuntos não fossem de interesse popular, mas quer me parecer que a proliferação nuclear no país é uma ameaça muito mais premente, exigindo das forças populares um efetivo posicionamento e imediata mobilização.

Ao contrário de órgãos da grande imprensa — como o Jornal da Tarde e a Folha de São Paulo, que têm dado bas-

tante destaque à matéria com chamadas diárias na primeira página —, Movimento preferiu dedicar às usinas menos de meia página interna.

No momento em que a consciência ecológica ganha força em todo o país é fundamental que o movimento popular e parlamentares do PT e do PMDB se engajem mais a fundo nessa luta para a preservação de nossas riquezas naturais e contra a agressão ao meio ambiente e conseqüente deterioração da qualidade de vida.

E preciso articular imediatamente um movimento de massa que se oponha energeticamente a esse grupelho de tecnocratas e generais paranoicos que, em conluio com interesses internacionais escusos, desejam impingir à nação uma tecnologia perigosa e nefasta.

S. Santos Capital, SP

APERTE O SEU CINTO, GOVERNO!

UMA PROPOSTA DE NOVO MODELO ECONÔMICO
DO SOCIÓLOGO OSIRO SILVEIRA
NAS BOAS LIVRÁRIAS OU PELO REEMBOLSO POSTAL
EDITORA EDIÇÕES POPULARES
RUA DR. PHIDIAS, DE BARROS MONTEIRO, 7 - CEP 05404 - SP

Faça como as grandes personalidades democráticas do nosso país:

ASSINE MOVIMENTO

ASSINATURA ANUAL
Cr\$ 1.600,00 (Exterior US\$ 70)

ASSINATURA BIANUAL
Cr\$ 2.800,00 (Exterior US\$ 140)

Estou enviando o cheque nº _____ em nome de Edição S/A, Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para conta postal CCP 1778-46-S - M. Villaschi - Paris, FRANCE.

Nome: _____ Idade: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____



Essa seção é obviamente um disfarce prara encobrir a censura às cartas trocadas entre os srs. Pessimus Ignotus, Rocha Corvo, Dalia Manutti, Candidus Otimus, sem esquecer o popular Bolota. Envolvidos em querelas fraccionistas intermináveis foram todos enganados por mim, Dona Benta Lustroso, incluindo aí meu filho Hildebrando, o popular Bolota, que aqui renego publicamente, a bem de minha biografia política futura. Considerei muito desbocada e desrespeitosa a forma como os referidos senhores se comportavam publicamente, e tratei de substituí-la por coisas mais amenas e menos divisoras da oposição. Benção para todos vocês.

Benta Lustrosa,
São Paulo, SP

BOLO ECONÔMICO A 100%

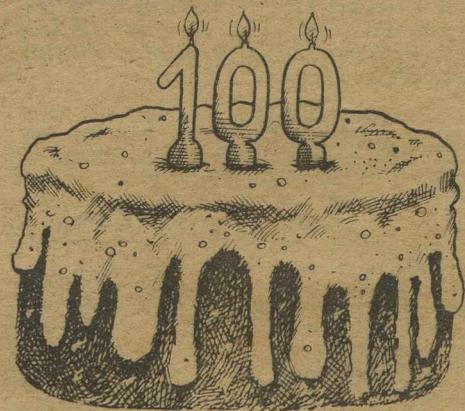
Ingredientes: 1 tonelada de corrupção, 5 mil quilos de entreguismo, 1 pitada de sacanagem.

Modo de fazer: pegue um país com gorduchos recursos naturais, com um povo bom e trabalhador, enfie esse povo num liquidificador modelo militar — 1964, rode bastante até todo mundo ficar bem tonto e esbagaçado. Torture e mate os mais durões. Aí vá sujando amplamente o país com doses maciças de multinacionais e enfeitando com letras de marron glacé em belas frases tais como "este é um país que vai prá frente", "love-me ou deixe-me". Deixe escorrer as riquezas através de um canudinho tipo "dívida externa" e derrame bastante marmelada em bolsinhos cedidos pela loja "Detentores do Poder S/A". O que sobrar você pode mandar depositar para os famintos da Suíça em bancos de lá.

Não se esqueça de prometer sempre que quando o bolo estiver pronto, você vai dividir entre todos. A cada 5 minutos anuncie "— o bolo está crescendo, o bolo está crescendo!" Aí, quando — depois de 16 anos em

banho maria (ou banho Castelo — Costa e Silva — Medici — Geisel — Figueiredo), quando o saco do povo estiver bem cheio e o bolo cada vez mais longe dos olhos de todo o responsável público, diga alto e bom som (embora desafinado): "— O bolo não tá com nada, mas pelo menos a inflação está 100 por cento. Vamos tentar outra vez."

Atire-se Delfim ao forno e deixe-se cremar até derreter e sumir.



PASTELÃO SUPÉRFLUO

Ingredientes: Uma meia dúzia de banqueiros internacionais, um modelo de desenvolvimento baseado na indústria automobilística e no consumo de petróleo barato, uma meia dúzia de militares (ou não) corruptos, cinco atos institucionais.

Modo de fazer: Primeiro bata a massa com a meia dúzia de militares (ou não) corruptos, bata bastante e não deixe ela descansar. Ponha a massa dentro de uma panela de pressão e leve ao fogo, deixando escapar um pouco de pressão de vez em quando para a mistura não *expludir*. Deixe pelo menos 16 anos esquentando. Enquanto se espera, a meia dúzia de militares (ou não) corruptos pode ficar trocando medalhinhas de primeira comunhão e elogios mútuos.

Enquanto a massa está sendo

preparada, comece a preparar o recheio do pastelão. Meta num caldeirão bem grande tudo que você puder importar, junte bastante fermento, qualidades exorbitantes de juros acima das taxas do mercado. Não precisa nem misturar que o recheio começa a crescer sozinho descontroladamente. Primeiro vai transbordar o caldeirão e espalhar por toda a cozinha, mas não se preocupe; passe para a sala e fique assistindo de longe quando a panela de pressão estourar (ou expludir) espalhando o recheio prá todo lado. Corresse o risco da massa cair em cima da meia dúzia de militares (ou não) corruptos; fique longe deles, portanto.



cruzadas reacionárias

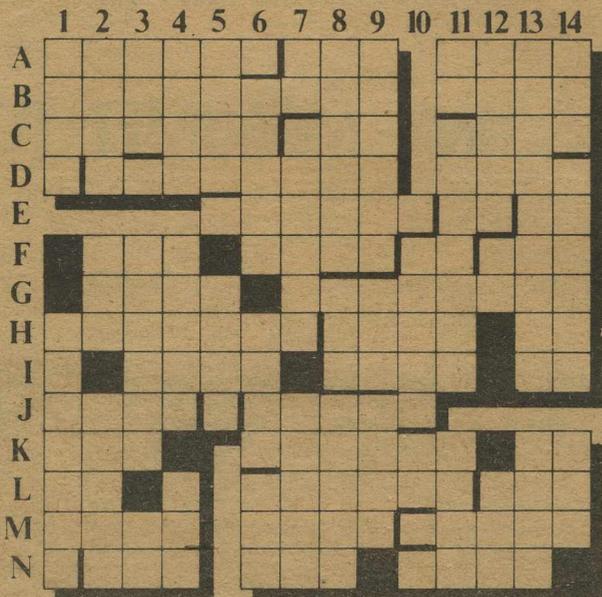
HORIZONTAIS

A) Ex-ministro que entrou para a história apenas por proibir coisas, como a propaganda eleitoral televisionada, por exemplo./Pira de sacrifícios/Lugar onde se deita depois de fazer fama. B) O que falta para o Figueiredo ser presidente/Academia Militar de Agulhas Negras. C) Qualidades diferentes de música/Empresa aérea fascista antes da Revolução dos Cravos./Capital de... D) Tática política para conter o avanço das massas e o recuo do regime/Trazeiro E) Empresas/Quem tem muita paciência ou então um tipo de pão, não sabemos direito./Hospital das Clínicas. F) Partido da Ditadura Sempre/beiras de chapéus/Índice que só quem tem dinheiro para comprar ações entende o que significa./O que se costuma juntar na sopa, para designar uma situação boa, sem que tenhamos entendido direito até hoje porque tal mistura possa ter alguma coisa de boa. G) O que não é fictício./o da ponte Rio-Niterói/H) Eminência parda do Planalto./Interjeição mineira/Amazonas. I) Cesar Cals/Períodos de 52 semanas/amarras de corda ou barbante, J) Subalterno do Califa ou do Sultão, ou Grão-Vizir, qualquer coisa por aí./Coisas originariamente feitas para prender galinhas, mas pode ser obra de arte ou peça de TV e cinema. K) Biblioteca Aquática da Mesopotâmia/Capitão Jari/ruim. L) O em espanhol/Ex-ministro das injustiças/tipo de sapo, ou mulher do sapo que

não é a rã. M) Batalha/Agência do imperialismo/O que acontece com a condição de vida do povo. N) Desaguadouro de um rio/De você/... Paulo II.

VERTICAIS

1) Besta/Pai espiritual da geopolítica 2) Junta politicamente com restrições./A favor/Chefe dos bandidos. 3) Verbo em inglês que pode significar uma porção de coisas/Chamam-no de gordamasisso é uma intolerância preconceituosa deplorável./Estou. 4) Central de Medicamentos/Conhecimento/Aqui... 5) Tipo de artista/regulamentos jurídicos nem sempre cumpridos. 6) Coisa que se o Papa pusesse na boca do Maluf começava a sangrar/caminho/ônibus inglês. 7) Que não se respira nas grandes cidades/Presidente da Colômbia./Cavalo latino. 8) O que cada superpotência faz depois dos acordos de desarmamento./pelada/nome de mulher. 9) Recurso gráfico usado pelos jornalistas para ressaltar as besteiras dos porta-vozes./...Mitrione, agente da CIA justicado no Uruguai./Amas. 10) Orgulhos/Nem em espanhol. 11) Cálcio/ministro do bigode torto, tem alguma coisa a ver com a venda de ações da Vale./Raiva. 12) Substância que tem no corpo humano que serve para uma porção de coisas./Perversa/Ex-colônia portuguesa 13) Líder do PDS na Câmara Federal/Herdeiro do Chagas. 14) período de 360 dias/Aplaudo/Triplo A.



MOVIMENTO

Edição Semanal 263 — 14 a 20/7/80